

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

MAURÍCIO NARDI VALLE

FIOS E TRAMAS: ENTRE PARADAS LIVRES E MOVIMENTOS PELA DIVERSIDADE
SEXUAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

PORTO ALEGRE

2016

MAURÍCIO NARDI VALLE

FIOS E TRAMAS: ENTRE PARADAS LIVRES E MOVIMENTOS
PELA DIVERSIDADE SEXUAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Paula Sandrine Machado

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

FIOS E TRAMAS: ENTRE PARADAS LIVRES E MOVIMENTOS
PELA DIVERSIDADE SEXUAL DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado – Orientadora UFRGS

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni UFRGS.

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato PUC-RS

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado UFMG

Porto Alegre, ____ de ____ de 2016.

AGRADECIMENTOS

Na longa realização deste trabalho, sei que somente perseverarei por aqueles e aquelas que me cercaram de inspiração e de afeto. Cunhar algo neste mundo não se dá sem recorrentes erros e recomeços, sem incertezas e paixão. Tive a sorte de contar com o suporte e o apoio de pessoas de dentro e de fora da militância, pessoas que hoje representam parte indissociável de quem sou. Agradeço aos muitos e muitas ativistas LGBTTT da cidade de Porto Alegre, sobretudo ao Célio Golin e à Marcelly Malta. Agradeço aos companheiros do Nuances e aos amigos e amigas que fiz nos anos de caminhada junto aos movimentos.

E para aquelas pessoas que habitam minha intimidade, que estão marcadas em mim, esta é uma realização também de suas mãos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre as Paradas Livres da cidade de Porto Alegre, com especial ênfase em sua décima nona edição. As Paradas Livres são eventos de mobilização urbana que, desde 1997, levam milhares de pessoas a ocuparem um dos espaços de maior circulação da cidade, o Parque da Redenção. Representando o momento de maior visibilidade para a comunidade LGBTTT local e uma das principais estratégias de mobilização política propostas pelos movimentos sociais de Porto Alegre, as Paradas Livres são resultado de intrincados processos de articulação, negociação e disputa. Aliando os recursos da pesquisa acadêmica à minha experiência em organizações de militância LGBTTT, busquei investigar tais processos através do levantamento histórico, de entrevistas com militantes e da participação nas reuniões do Coletivo de Organização da Parada Livre de 2015. Metodologicamente, tomei como bases o método da cartografia, as análises genealógicas de Foucault e a escrita histórica de Paul Veyne. Através deste estudo, objetivei visibilizar os meandros da ação coletiva que resultam na realização da Parada Livre, colocando em cena o esforço de sujeitos engajados na transformação social e no enfrentamento a regimes de violência e opressão. Tais esforços se mostraram capazes de construir um espaço democrático onde segmentos marginalizados da sociedade podem aparecer em liberdade, tomando parte na construção de uma celebração que remete a um extenso lastro de lutas políticas e sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Paradas LGBTTT; Ação Política; Sexualidade; Gênero

ABSTRACT

The present dissertation focuses on the Paradas Livres of the city of Porto Alegre. The Paradas Livres are events of urban mobilization that since 1997 take thousands of people annually to one of the most crowded places the city, the Redemption Park. Representing a moment of major visibility to the local LGBTTT community and one of the main strategies of political mobilization established by Porto Alegre social movements, the Paradas Livres are a result of intricate processes of articulation, negotiation and dispute. Allying the resources of academic research with my experience participating in LGBTTT militancy organizations, the investigated took place through historic research, interviews with militants and participation in the reunions of the Coletivo de Organização of the 2015 Parada Livre. Methodologically, my supports were the cartographic method, the genealogical analyses of Foucault and the historical writing of Paul Veyne. Through this study, I intend to make the intricacies of collective action that results in the realization of the Parada Livre visible, showing some of the efforts of engaged subjects in the social transformation and in the confrontation of regimes of violence and oppression. Such efforts have proven able to establish democratic spaces where marginalized sectors of society can come out in liberty, taking part in the construction of a celebration that refers to an extensive history of social and political struggles.

Key-words: Social Movements; LGBTTT Parades; Political Action; Sexuality; Gender;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 Fios e Tramas	11
1.1 As Paradas em meio ao Movimento	11
1.2 Os Grupos e a Parada Livre	15
1.3 Trajetória Pessoal	21
2 DEBATES METODOLÓGICOS	25
2.1 Entre academia e militância	25
2.2 Problema, estratégia e objetivos	27
2.3 Estratégias metodológicas	28
2.4 Como conhecer por entre as tramas?	34
3 TRAMAS HISTÓRICAS	40
3.1 Heranças Colonizatórias	40
3.2 O Dispositivo da Sexualidade na Teia das Relações Humanas	43
3.3 Através de <i>Stonewall</i>	50
3.4 Disputas pelo público	53
3.5 Apanhado histórico sobre os movimentos sociais no Brasil	63
4 TRAMAS LOCAIS	67
4.1 A cidade e os Movimentos	67
4.2 Mapeamento Histórico	78
5. O processo de organização da Parada Livre de 2015	108
5.1 A construção Coletiva dos Discursos	109
5.2 Negociações pelo espaço Público	116
5.3 Mobilizações	126
5.4 Organização e Coordenação de atividades no dia da Parada Livre	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
BM	Brigada Militar
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis/Transexuais
GAPA-RS	Grupo de apoio à prevenção da AIDS no Rio Grande do Sul
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
ENUDS	Encontro Nacional Universitário sobre Diversidade Sexual
EPTC	Empresa Pública de Transportes e Circulação
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travistis
ONG	Organização Não Governamental
PT	Partido dos Trabalhadores
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
SAJU	Serviço de Assessorial Jurídica Universitária
SALOS	Secretária da Livre Orientação Sexual
SMAM	Secretária Municipal de Meio Ambiente
SMIC	Secretária Municipal da Produção, Indústria e Comércio

“Revolution is community”

Carl Wittman, A Gay Manifesto

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa sobre as Paradas Livres da cidade de Porto Alegre. Através dela, objetivo analisar alguns dos processos históricos e políticos referentes à construção das Paradas, refletindo sobre o contexto no qual foram iniciadas, sobre os movimentos sociais que as produzem e sobre a ação dos sujeitos que se engajam em sua realização. Para tal, balizei-me na investigação histórica sobre a ação política dos movimentos LGBTT, na pesquisa de campo nas reuniões do Coletivo de Organização da Parada Livre de 2015 e na interlocução com militantes locais. Assim, busquei compreender como os eventos de mobilização urbana convocados em nome da sexualidade e do gênero se estabeleceram e permaneceram enquanto estratégias cruciais para entendermos as disputas políticas contemporâneas.

Minha intenção não foi propor soluções aos inúmeros conflitos e divergências que permeiam as Paradas ou a militância LGBTT; tais soluções são cotidianamente construídas e reconstruídas por via da mobilização social e da ação política. Compreendendo que a experiência de pesquisar se dá num mundo em transformação e disputa, repleto de contradições que não se equalizam, o que busquei foi empreitar esforços que contribuam com a produção de saberes que assumem como referência a ação coletiva de pessoas engajadas no enfrentamento e na transformação dos regimes que naturalizam a exclusão e a violência. No primeiro capítulo desta dissertação apresento preliminarmente o contexto político da militância LGBTT que viabilizou a realização os primeiros atos de mobilizações urbanas a nível nacional. A seguir descrevo preliminarmente o fenômeno das Paradas Livres e situo as organizações militantes que compuseram o Coletivo de Organização da Parada no ano de 2015. Junto a isso, trarei um pouco de minha trajetória pessoal, propondo alguns cruzamentos entre militância e academia.

No segundo capítulo, aprofundo a discussão sobre vinculações acadêmicas e militantes a fim de apresentar o problema e as questões de pesquisa, seus objetivos e as estratégias empreitadas para construí-la. Ao fim, discorro sobre métodos e conceitos em diálogo com o método da cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2014), com a análise genealógica proposta por Foucault (1982) e com a escrita histórica tal como Paul Veyne (1998) a coloca.

No terceiro capítulo situo, em amplo escopo, conceitos e contextos ligados às lutas políticas relativas ao gênero e à sexualidade. Para tal, inicio falando sobre como a ação colonizatória influenciou diretamente na nossa compreensão da sexualidade e do gênero, utilizando esses

conceitos para estabelecer regimes de abjeção. A partir daí, debato os movimentos insurgentes, iniciando por uma breve contextualização da revolta de *StoneWall*

, para então abordar a história de emergência dos movimentos LGBTTT no Brasil, propondo uma análise focada em seus primeiros aparecimentos públicos.

No quarto capítulo me aproximo das tramas locais, contextualizando o advento dos movimentos LGBTTT na cidade de Porto Alegre. Após um primeiro amparo em marcos históricos referentes a vivências que escapam da norma heterossexual, discorro sobre o aparecimento das primeiras associações locais voltadas à militância pela diversidade sexual. A seguir, traço um histórico das primeiras dezoito edições das Paradas Livres, a fim de evidenciar as complexidades relativas às disputas políticas aí envolvidas.

No quinto e último capítulo, descrevo e analiso o processo de construção coletiva da décima nona Parada Livre de Porto Alegre. Através dos desdobramentos de minha participação nas reuniões do Coletivo de Organização da Parada Livre, pontuo diferentes aspectos através dos quais a militância LGBTTT local realiza e mantém um dos maiores eventos de mobilização urbana da cidade.

Esta pesquisa foi aprovada no dia 6 de setembro de 2015 em seus aspectos éticos e metodológicos pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia¹.

¹ Aprovação número 1.216.601

1. Fios e Tramas²

1-1. As Paradas em meio ao Movimento LGBTTT

No dia 29 de junho de 1997, uma marcha de aproximadamente 150 pessoas percorreu a Rua José Bonifácio, localizada nas imediações do Parque da Redenção³ da cidade de Porto Alegre. Entre a pequena multidão, via-se o tremular de bandeiras do arco-íris carregadas por pessoas que celebravam o orgulho e a diversidade. Elas reivindicavam o reconhecimento político e protestavam contra o preconceito, a exclusão, a violência e a perseguição. Naquela tarde de domingo, a primeira Parada Livre de Porto Alegre, convocada pelo grupo Nuances⁴ com o apoio da Anistia Internacional, inaugurou a série de edições desse evento que, em 2016, completou 20 anos. Através das últimas duas décadas, as Paradas Livres alcançaram uma magnitude outrora inesperada; o expressivo grupo que ocupou a Redenção em 1997 abriu caminho para eventos que hoje reúnem um contingente de milhares de pessoas.

Atualmente as Paradas Livres são construídas através da ação em rede dos movimentos pela diversidade sexual e resultam na ocupação massiva de um dos parques mais populares da cidade de Porto Alegre. Ao tomarem o espaço urbano, as Paradas afirmam, nas palavras do grupo Nuances (2006), “a liberdade do uso do corpo e do beijo e a liberdade da expressão das sexualidades e das ideias”. E essa tão preciosa e insólita noção de liberdade que a nomeia busca fortalecer a “participação ampla e democrática e abrir espaço para que quaisquer expressões (sexuais, raciais, de gênero, culturais) venham somar na ruptura do gueto”⁵.

A Parada Livre está contida no processo de profusão dos eventos de ocupação massiva dos espaços públicos decorrentes das lutas protagonizadas pelo que atualmente denominamos de movimento LGBTTT. Tais eventos são nomeados de forma distinta dependendo das contingências locais que lhes são próprios, variando entre Paradas do Orgulho LGBT, Parada LGBT, Parada da Diversidade, Parada Gay, etc., mas se ligam, de forma mais ou menos direta, a um contexto mais amplo da defesa da diversidade sexual e de gênero e dos Direitos Humanos.

Seguindo as controvérsias expostas por Corrêa (2013) sobre o “Marco Zero das Paradas”, podemos situar pelo menos três momentos que demarcam a emergência de eventos desse gênero em

² A referência aos fios e tramas é inspirada na fala de Silvana Conti, militante da Liga Brasileira de Lésbica, durante a I Conferência Nacional LGBT. Disponível em: <<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>>. Acessado em 10 de outubro de 2016

³ Também conhecido como Parque Farroupilha, o Parque da Redenção é o parque de maior circulação humana dentro da cidade de Porto Alegre.

⁴ O Nuances - grupo pela livre expressão sexual, fundado em 1991, foi a primeira entidade da cidade de Porto Alegre a encampar a luta política relativa à diversidade sexual e uma das principais articuladoras da militância LGBTTT no estado do Rio Grande do Sul durante as últimas três décadas.

⁵ Citações do folder de divulgação da décima Parada Livre: “É dando que se recebe” (2006).

território nacional. Primeiramente, temos a Marcha pela cidadania Gay, Lésbica e Travesti que ocorreu na orla de Copacabana, na cidade Rio de Janeiro, no ano de 1995, durante o encerrando da décima sétima Conferência Internacional da *International Lesbian and Gay Association (ILGA)*. Essa primeira saída às ruas não produziu, pelo menos não de imediato, a reedição anual do evento no Rio de Janeiro, visto que as próximas cidades que realizaram Marchas ou, como vieram a ser popularizadas, Paradas, foram São Paulo e Porto Alegre. Dois anos depois, em 1997, foram realizadas, com um dia de distância entre uma e outra, a primeira Parada Livre de Porto Alegre e a primeira Parada GLT de São Paulo⁶. Elas inauguram as Paradas enquanto eventos contínuos realizados anualmente. A partir desses eventos, novas Paradas e Marchas passaram a ocorrer em diversas outras cidades do país, sendo que, atualmente, de acordo com o Grupo Gay da Bahia⁷, são realizadas Paradas em todos os estados brasileiros.

No que tange aos movimentos pela diversidade sexual, considero que há pelo menos dois fatos gerais que condicionaram a emergência das Paradas em território nacional. O primeiro é a existência de organizações militantes⁸ que organizavam o enfrentamento à hegemonia heterossexual desde o fim da década de 1970. O segundo é a influência de *StoneWall*⁹, como um evento político simbolicamente potente e representativo do histórico de lutas relacionadas, sobretudo, à sexualidade e ao gênero.

No Brasil, as marchas inspiradas em *Stonewall* adentraram o espaço público somente na década de noventa. Assim, elas não só tardam em relação a países da América do Norte, América do Sul e Europa, mas também surgem em um momento em que iniciativas de protesto urbano relativos à sexualidade e ao gênero já eram realizadas ao longo de mais de 20 anos em diversas cidades do Brasil. Ainda que comparadas às Paradas essas outras iniciativas possam parecer diáfanas - pouco visíveis para quem não estivesse em contato com organizações militantes e com um potencial de mobilização significativamente menor –, elas sinalizam as primeiras investidas dos movimentos pela diversidade sexual¹⁰ em direção à esfera pública e à política das ruas. As Paradas que hoje

⁶ Segundo informações do site da Associação da Parada LGBT de São Paulo, seu nome é redefinido para Parada LGBT somente a partir de 2009. Disponível em: <<<https://paradasp.wordpress.com/parada/>>>. Acessado em 25 de abril de 2016.

⁷ Segundo dados apresentados na Cartilha do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/LuizMOTT_28_junho_orgulho_gay.html>>. Acessado em 26 de abril de 2016.

⁸ Nesse caso específico, compreendo a militância como o processo através do qual o discurso e a ação coletiva deflagram movimentos políticos que dão suporte às contestações às normas sexuais e de gênero.

⁹ *Stonewall* era um bar em Nova York que foi palco de uma insurgência popular contra a repressão policial. Em vista das recorrentes investidas policiais no sentido de coibir e extorquir o público do bar, devido à suas vivências não normativas no que dizia respeito ao gênero e à sexualidade, no dia 28 de junho de 1969 centenas de pessoas tomaram as ruas para resistir à opressão e à violência.

¹⁰ É importante ressaltar, diante a menção a essas primeiras investidas, a pluralidade constituinte desse que hoje chamamos de movimento LBTT. Se afirmarmos que tal movimento obtivera conquistas imprescindíveis através da ação conjunta, não podemos esquecer que isso se deu e se dá num percurso repleto de disputas, divergências, conflitos e rupturas não só com agentes externos, mas também entre pessoas, associações e grupos que se identificam enquanto pertencentes a um mesmo movimento. Evidentemente, a ação coletiva não é uníssona, independente se falamos de

mobilizam milhões de pessoas não só foram precedidas, mas tiveram como condição de sua existência a coragem de travestis, gays, lésbicas e bissexuais que, em plena ditadura militar, saíram às ruas e gritaram “ABX, libertem os travestis”, “Lutar, vencer, mais amor e mais prazer”, “Sexo anal derruba o capital”, “Ona ona ona é legal ser sapatona”, “u, u, u é gostoso dar o cu”¹¹.

Ainda que a realização das Paradas no Brasil só tenha sido possível décadas depois, a ação desses agentes e organizações no cenário nacional foi crucial para os desdobramentos futuros. E mesmo que não possamos falar do surgimento e estabelecimento de uma militância calcada na sexualidade de forma genérica, sem considerar as especificidades locais desse advento, não podemos ignorar o fato amplo de que nas últimas décadas diversas cidade e países do mundo foram palco de uma articulação ampla em torno da sexualidade. Através dessa articulação é que podemos falar em noções como políticas sexuais ou cidadania sexuais (WEEKS, 1998)¹². Contudo, não apenas a questão da sexualidade, mas também as lutas estabelecidas pelos movimentos feministas e pelos movimentos negros, que colocam em cena as pautas de gênero e raça, tem sido fundamentais para forjar nossa compreensão atual de política e cidadania.

A relação entre esses três movimentos, que certamente não é desprovida de rugas e tensões, remete à bastante conhecida nomenclatura de minorias sociais/políticas. É dado que essa ideia de minorias não corresponde a um cálculo populacional pura e simplesmente, mas, sobretudo no que tange ao movimento feminista e o movimento da população negra, é um reflexo “da discriminação sistemática (...) o que lhes veda o acesso a um poder político-econômico mais compatível com seus números”. (MACRAE, 1990, p.25).

Se temos poucas bases para falar de um movimento homossexual, lésbico, bissexual, travesti ou transexual no período que antecede a ditadura brasileira de 1964, o mesmo não pode ser dito dos movimentos da população negra e das mulheres. Muito antes de 1964, esses dois movimentos tinham “uma longa história de lutas que (...) visavam assegurar os direitos plenos de cidadania que lhes eram sistematicamente negados” (Ibid, 1990, p.25). Ainda assim, os primeiros anos do regime militar resultaram numa desarticulação e em um arrefecimento de ambos. Quando os primeiros grupos de militância lésbicos e homossexuais aparecem na passagem da década de 1970 para 1980, isso acontece de forma concomitante ao fortalecimento desses outros movimentos que os

movimento LGBTT ou de qualquer outro movimento social. Como afirma Facchini (2005, p.87) em referência à Fernandes (1985), cabe compreendermos que os movimentos se dão num “campo rico de tensões” entre diversas polaridades”.

¹¹ TREVISAN, 2000; FACHINNI, 2005; MACRAE 1982.

¹² Weeks fala dessa cidadania em relação ao desdobramento das lutas dos movimentos sociais, encontrando sua razão na forma como a sexualidade tem permeado as subjetividades contemporâneas “para clamar uma nova forma de pertencimento” (WEEKS, 1998, p.35). Assim, Weeks (p.36) situa o conceito numa fenda que a questão da sexualidade tem aberto na “divisão entre público e privado que as culturas ocidentais por muito tempo têm mantido como essenciais”. Essa forma de situar a cidadania sexual faz então referência à retórica do movimento feminista que afirma que “o pessoal é político”.

precederam e à formação de pontes e intersecções entre esses.

Atrelados ao campo da esquerda política e algumas vezes se organizando de acordo com princípios anarquistas, esses movimentos ora denominados de “minorias” ora de “identitários” (SANTOS, 2016), não raro eram boicotados até mesmo por agentes e organizações que também insurgiam contra o regime militar. O discurso da unidade proletária trazia um desdém por pautas que não tivessem como foco principal a luta de classes. Dessa forma, a esquerda ortodoxa se opunha a demanda desses movimentos, as quais eram taxadas de específicas e desagregadoras. Ainda que essa dinâmica de conflito instaurada dentro do campo de esquerda tenha sido atenuada com as décadas, isso não significa que novas formas de disputa não tenham tomado forma.

Não livre de tensões internas e externas, foi no campo político da esquerda que surgiram as primeiras candidaturas homossexuais ainda na década de 1980. Mesmo com poucas chances reais de vitória, essas candidaturas demarcam a articulação das políticas sexuais para dentro do campo partidário. Isso ocorre junto à redemocratização do país e à rearticulação do sistema eleitoral que havia sido suprimido pela ditadura.

Junto ao reestabelecimento democrático, houve também um fortalecimento desses movimentos que pautam a cidadania através do prisma do direito das mulheres, das pessoas LGBTTT e das pessoas negras. No que tange o movimento LGBTTT, não podemos dizer que esse fortalecimento aconteceu de maneira ascendente. Após a súbita proliferação de grupos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis no início da década de 1980, ocorre uma diminuição no número de organizações, a qual em parte tem a ver com o impacto que a epidemia de HIV/AIDS teve sobre esse campo político. Regina Facchini (2005) faz um estudo valioso desse momento entre as décadas de 1980 e 1990, afirmando que não vê esse como um momento de declínio, mas de transformação. Certamente houve conquistas importantes nesses anos de transição, entre elas o lançamento das primeiras candidaturas abertamente homossexuais, a iniciativa e a aliança formada no campo da esquerda para colocar a não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988 e a perpetuação de encontros nacionais relativos à militância pela diversidade sexual (Ibid, 2005, p.122).

Na década de 1990 ocorre, então, o que Fachinni (2005, p.119) denomina de reflorescimento dos movimentos LGBTTT. Esse momento é marcado por uma série de desdobramentos; pelo surgimento de um número significativo de novas organizações, havendo um aumento da participação e representatividade de outros segmentos que não os de homens gays cisgêneros; pela maior periodicidade dos encontros nacionais, sendo esses muitas vezes financiados

por programas estatais de combate ao HIV¹³; pela criação das primeiras redes nacionais do movimento LGBTTT; pela realização das primeiras Paradas. Nessa década, foram fundadas as primeiras setoriais dentro de partidos especificamente voltadas à questão da sexualidade. Creio que aqui é possível afirmar, seguindo as elaborações de Santos (2016) acerca da relação entre partidos políticos e o movimento LGBTTT, que se inicia uma transformação das tensões políticas entre movimentos LGBTTT e partidos. No campo político¹⁴, o que ocorre é que se passa de uma disputa quanto à relevância e a legitimidade da pauta LGBTTT, para outra calcada na manutenção da autonomia do movimento. O ponto nevrálgico torna-se então o da “instrumentalização (identificada no jargão da militância como “cooptação”) do movimento para a consecução de interesses políticos-partidários” (SANTOS, 2016, p.182).

Nessa transformação das disputas que permeia os movimentos LGBTTT, é certo que as Paradas tiveram um papel crucial. O poder de mobilização alcançado pelos eventos de massa representa também um poder para que indivíduos possam se fazer ver e escutar; uma potência que se estabelece no aparecer aos e às outras de forma a também influenciar e persuadir. A visibilidade em meio à multidão tem um valor político e pode ser utilizado para distintos fins: pode tanto desenvolver uma comunidade, marcando sua história e abrindo o espaço para que novos sujeitos e expressões apareçam, quanto pode tornar-se o epicentro de disputas personalistas onde palavras e atos se dissociam.

É em meio a esses processos políticos e históricos que se referem a ações concretas que realizo esta pesquisa, tendo como referência a atuação dos movimentos LGBTTT da cidade de Porto Alegre. Assim, proporei tanto um debate conceitual e histórico que possa nos situar nas ligas entre sexualidade e política quanto uma investigação calcada em eventos e mobilizações recentes, as quais cotidianamente animam o campo da militância.

1-2. Os Grupos e a Parada Livre

No transpassar de apenas algumas décadas, as lutas pelos direitos sexuais mobilizaram um número sem precedente de pessoas ao espaço público das cidades brasileiras. Mas por que foi somente com as Paradas que as ações de mobilização urbana em nome da diversidade sexual alcançaram proporções massivas?

Sem a pretensão de esgotar essa questão, quero considerá-la diante o seguinte

¹³ Esse último fator se liga também a um contexto maior onde diversas entidades e organizações passaram a atuar como Organizações Não Governamentais e a captar recursos do governo brasileiro e de órgãos internacionais. Para uma leitura mais completa quanto a esse contexto vide Facchine (2005, p.72-84).

¹⁴ Aqui me refiro, sobretudo, aos setores da esquerda e não considero às posições extremas que nem sequer são capazes de dialogar com os movimentos LGBTTT.

acontecimento. No dia 16 de abril de 1996, pouco mais de um ano antes da realização da primeira Parada Livre, foi proposta uma caminhada pela cidadania das travestis na cidade de Porto Alegre. Convocada pelo grupo de travestis do GAPA-RS, a atividade trouxe como slogan “A união faz a força” e demandou: basta de violência policial, basta de discriminação em estabelecimentos comerciais e basta da indiferença judicial ao assassinato de travestis. A caminhada foi programada para sair às 14 horas da frente da sede do GAPA-RS, assentada na Rua Luiz Afonso, número 234, do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Sobre a mobilização desse dia, há poucos registros: o que consegui coletar foi um folder convocando para a caminhada e breves relatos de pessoas envolvidas na mobilização. Ainda assim, a escassez de registros não retira a importância do acontecimento, mas pode ser capaz de demarcar o grau de mobilização gerado pela atividade.

É evidente que eventos como a caminhada de travestis – e, nesse sentido, diversos outros eventos poderiam ser trazidos à baila – não gozaram da mesma popularidade e da mesma visibilidade e alcance adquiridos pelas Paradas. Por mais que possamos dizer que as transformações que ocorreram no cenário sócio-político nacional desde a década de 1980 estabeleceram as condições de possibilidade para que tais manifestações ocorressem, isso não parece, por si só, explicar as contingências através das quais somente as Paradas galgaram tamanha magnitude. Por que, então, as demais manifestações de rua propostas por agentes dos movimentos pela diversidade sexual jamais atingiram tais proporções?

Mesmo que tais desdobramentos, em maior ou menor grau, atuem de forma decisiva no surgimento, fortalecimento e expansão das Paradas em território nacional, assumo que, para compreender os processos através dos quais elas são realizadas, é preciso considerá-las em relação a determinadas práticas e modelos que não se limitam a fronteiras nacionais e eventos locais. Sobretudo no transcorrer do século XX, tornaram-se visíveis uma série de esforços que, a nível mundial, tensionaram a norma heterossexual. Dentre esses, alguns certamente adquiriram destaque e passaram a ocupar um lugar privilegiado dentro das narrativas sobre os movimentos pela diversidade sexual, tornando-se referência para o campo da militância. Contudo, não se trata somente do prestígio galgado por determinado evento, mas da ação concreta de agentes que se engajam na luta política.

No que tange à produção das Marchas ou Paradas, vemos que há um conjunto de práticas que são relativamente estáveis. A realização anual da celebração, a tomada ruidosa das ruas, a referência a *StoneWall* e/ou à luta dos movimentos pela diversidade sexual, a produção de materiais de divulgação e o estabelecimento de um calendário de atividades e eventos adjacentes à Parada são apenas algumas dessas práticas. Contudo, mesmo sabendo da recorrência das mesmas, não cabe considerá-las enquanto regras; elas só são reiteradas mediante negociações que podem transformá-las e até mesmo apagá-las. Elas envolvem uma série de agentes sujeitos às circunstâncias e

contextos sociopolíticos específicos.

Localmente, vemos a criação do primeiro grupo militante no estado do Rio Grande do Sul justamente no momento de “reflorescimento” em âmbito nacional. O Nuances, fundado em 1991, insere-se nessa complexa trama política onde demandas se intensificam e a visibilidade dos movimentos pela diversidade sexual é potencializada. Em meio a essa efervescência, o Nuances, após seis anos de atividade, organizou a primeira Parada Livre de Porto Alegre. As Paradas que seguem a de 1997 passam a sistematicamente ampliar a participação popular, fortalecendo o princípio de que o corpo e a sexualidade são territórios de lutas políticas cruciais.

Junto à ampliação das Paradas, os últimos 19 anos também demarcam a profusão e complexificação da militância LGBTT a nível local. Tempo esse que representa uma série de conquistas estabelecidas sobre uma geografia sinuosa; que marca não só a criação de novas organizações, parcerias e alianças, mas também o desdobramento de rixas e disputas.

Nos materiais de divulgação da Parada Livre impressos até o ano de 2002, as entidades que de alguma maneira contribuía para a construção do evento eram alocadas na categoria “apoio” e “realização”. Nesse período, apenas um grupo, o Nuances, assinou os materiais de divulgação das Paradas Livres enquanto organização realizadora, sendo as demais entidades definidas como apoiadoras, as quais, nesse momento, representavam órgãos estatais e empresas privadas que não se identificavam enquanto organizações militantes. Essa demarcação ilustra um contexto da militância onde foi necessário quase uma década até a articulação e consolidação de outros grupos na cidade de Porto Alegre. Ainda que na passagem da década de 1990 para os anos 2000 algumas entidades voltadas à luta pela diversidade sexual e de gênero já estivessem em ação e possivelmente participassem das Paradas Livres, é só em 2003 que essas aparecem nos materiais de divulgação do evento.

Em 2003, seis entidades apareceram nos materiais de divulgação da Parada Livre: Igualdade – RS; Outra Visão – GLBT; Desobedeça – GLBT; Se Ame – Alvorada; LEGAU – Lésbicas Gaúchas; Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade. A partir daí, passa-se a usar uma tripla distinção – Apoio, Organização e Coordenação. Essa tripla distinção permanece até 2011, quando as entidades passam a ser distribuídas entre Coordenação e Apoio¹⁵.

Em 2015, houve um aumento sem precedentes no número de entidades organizadoras do evento, passando de cinco para vinte¹⁶. Nesse ano, entidades que jamais haviam se aliado e agentes que jamais haviam trabalhado em conjunto para a realização da Parada Livre reuniram forças pela primeira vez. Ainda que existam motivos diversos para esse aumento exponencial, dois me parecem

¹⁵ Em 2015 há também a categoria “Financiamento”, na qual figura somente a Prefeitura de Porto Alegre.

¹⁶ É importante pontuar que duas organizações que figuravam no ano anterior como apoiadoras, passaram para a categoria de organizadoras.

ser mais tangíveis. O primeiro é o agravamento das tensões políticas e sociais em torno da questão LGBTT em âmbito nacional, as quais foram constantemente pontuadas e discutidas pelo coletivo durante o processo de construção do evento. O segundo trata-se de uma contingência local onde grupos que antes construam somente a Parada de Luta¹⁷ de Porto Alegre passaram a também compor o Coletivo de Organização da Parada Livre.

A dinâmica de organização da décima nona edição da Parada se deu através da realização de reuniões semanais que transcorreram do dia sete de julho até o dia três de novembro. As reuniões eram abertas a qualquer pessoa que quisesse participar. Em 2015, todas as pessoas que compuseram o coletivo de organização do evento representavam alguma entidade, sendo essas ONGs, coletivos autônomos, organizações ligadas a partidos, diretórios acadêmicos de universidades, grupos de pesquisa e extensão universitária e serviços públicos independentes¹⁸.

Semanalmente, o coletivo se reuniu com o objetivo de realizar o evento de forma conjunta. Para tanto, foi estabelecida e gerenciada uma rede interna de comunicação; foi definido um calendário de reuniões; foram designados subgrupos para encargos específicos (comunicação, infraestrutura e articulação); foram estabelecidas parcerias com órgãos estatais e agências privadas; foi realizada uma captação e gerenciamento de recursos de agências privadas; foi elaborado o tema da décima nona edição e, a partir do tema, uma identidade visual; foi negociado o uso do espaço público com determinadas agências estatais (BM, Polícia Civil, SMIC, EPTC, DMLU, SMAM, Prefeitura); foi obtido financiamento estatal; foram construídas e executadas estratégias de divulgação; foram propostos e promovidos eventos intermediários ligados à Parada Livre, compondo assim um calendário de atividades; foi estabelecido o diálogo com agentes dos movimentos pela diversidade sexual de outras cidades do Estado (para o auxílio mútuo e para a resolução de entraves como Paradas ocorrendo no mesmo dia em diferentes cidades); foram coordenadas as atividades no dia do evento e foi monitorada a entrada e saída de pessoas do palco. Para que todas essas atividades fossem realizadas, as pessoas que participaram do Coletivo dividiram entre si afazeres e responsabilidades, agindo para a realização de um projeto comum.

Evidentemente, cada pessoa agia não só de acordo com o coletivo, mas também mediante sua própria individualidade. Nos momentos de reunião, as pessoas e suas distintas trajetórias de vida encontravam um espaço de e de ação conjunta. Lá, diferentes concepções quanto ao que representam e significavam as Paradas Livres tornavam-se matéria de diálogo e disputa. Dessa forma, as próprias estratégias de mobilização social e política através das quais a Parada é produzida eram continuamente colocadas em questão, elaboradas e reelaboradas. Assim, em suas

¹⁷ A Parada de Luta ocorre em Porto Alegre e representa outra ação de mobilização urbana relativa aos direitos LGBT e inspirada nas marchas iniciadas por Stonewall. Debaterei mais sobre seu surgimento e sua relação com a Parada Livre no quinto Capítulo deste estudo.

¹⁸ Personalidade Jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil.

diferenças, agentes negociavam e expressavam aquilo que para si ou para seus coletivos seria a forma adequada do evento. Entre tais negociações, o peso atribuído à palavra de determinadas pessoas – por sua trajetória de vida, por sua influência ou por prestígio e por sua experiência de participação em outras paradas – influía nos processos decisórios e delineavam posições de comando. Essas posições não eram definitivas e nem sempre estavam bem definidas: continuamente novos e novas agentes tomavam o comando de determinadas ações e iniciavam novos processos, passando a ocupar posições ora menos e outrora mais influentes dentro do Coletivo.

Na composição e dissolução de posições de poder, as interações entre as pessoas tornavam o espaço de militância um espaço de formação e aprendizado. Através do diálogo e da vivência conjunta de experiências, as pessoas, em suas diferenças, afetavam-se mutuamente. O Coletivo, mais do que um grupo voltado a um único objetivo, pode ser pensado como um espaço de formação e reformulação do próprio movimento LGBTT em ato, no qual diferentes indivíduos podem aliar suas trajetórias de vida e não só transformarem uma sociedade que lhes é exterior, mas também se tornam agentes de um movimento em constante reconstrução.

É certo que entre os vinte grupos que compuseram o Coletivo, alguns gozavam de uma maior legitimidade. Esse era um reflexo do histórico das organizações; aquelas que existiam há mais tempo e que eram reconhecidas por sua atuação social, política e cultural ocupavam um lugar diferenciado. E isso evidentemente incorporava-se na forma de seus representantes; a história de vida de alguns e algumas inclusive se mesclava ao histórico da entidade que representavam de forma direta. Essa maior legitimidade por parte de alguns grupos e pessoas não significava uma subordinação das demais, mas era um dos fatores que entravam nos jogos de poder e persuasão que permeavam o Coletivo de organização do evento, como será retomado no capítulo 5 desta dissertação.

A diversidade de entidades que compôs o Coletivo de Organização da Parada em 2015 é representativa do processo de complexificação dos movimentos LGBTT e remete às intersecções entre movimentos características das lutas sociais. A ONG **Nuances**, que não só iniciou a realização das Paradas Livres em Porto Alegre, mas também fomentou a criação de outras Paradas no estado, era uma das principais referências dentro do Coletivo. Junto a ela, a ONG **SOMOS**, registrada em 2001, e realizadora da Parada LGBT de 2005 a 2007, mantinha um sólido histórico de atuação na cidade e também gozava de um importante reconhecimento. A **Liga Brasileira de Lésbicas**, rede nacional que articula “grupos, entidades, movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas/independentes que dela participem”¹⁹, fundada em 2003 na cidade de Porto Alegre, desde 2007 organizava também a Marcha Lésbica, evento que teve diversas de suas edições

¹⁹ Disponível em: <<<https://lbnacional.wordpress.com/sobre/>>>. Acessado em 30 de julho 07 de 2016.

realizadas junto à Parada Livre. O **Outra Visão**, iniciado em 1999 e registado como ONG em 2003²⁰, compunha com essas outras três o quadro das organizações mais antigas dentro da militância local.

Houve também a participação de organizações mais novas e com distintos vieses de atuação. Algumas mantinham o foco global na questão LGBTTT enquanto outras operavam tanto como representantes de um segmento específico do movimento LGBTTT quanto representavam uma pauta transversal a esses. O grupo **Criolos**, voltado à militância de negros e negras LGBTTT, que já participava da organização da Parada há algumas edições, foi o único grupo com o recorte específico de raça que se manteve na organização durante o ano de 2015. Enquanto isso, os grupos **Diversxs** e **Freeda** mantinham-se sobre os temas gerais da cidadania LGBTTT e Direitos Humanos, tendo esse último um foco mais específico no uso e desenvolvimento de tecnologias de comunicação. Já o **IBRAT – Instituto Brasileiro de Trans Masculinidades**, fundado em 2012²¹ enquanto uma rede de atuação nacional, demarcava a presença dos homens trans que, pela primeira vez, estiveram representados por uma organização específica na Parada Livre. O grupo **Mães pela Diversidade** também correspondia à organização local de uma rede nacional criada em 2007. Com o foco nas questões políticas referentes à diversidade sexual e de gênero, o grupo apresenta a especificidade de ser composto por pais e mães de LGBTTs que não necessariamente se identificam, eles e elas mesmas, como LGBTTs. Um grupo que também trouxe particularidades interessantes para o Coletivo de 2015 foi o **Mundo Invisível**, entidade que enfoca o aspecto da prostituição, atuando no sentido de “debates de questões relativas ao trabalho sexual e aos direitos das trabalhadoras, desmistificando a atividade e combatendo o estigma e o preconceito”²². Por fim, a **Frente Quilombola** também participou das primeiras reuniões do Coletivo e figurou nos primeiros materiais impressos, contudo seu representante ausentou-se das reuniões após o mês de agosto.

Ainda que a filiação a partidos políticos não seja de modo algum incomum entre militantes do movimento LGBTTT, a maioria dos grupos que compôs o Coletivo de organização da Parada não tinha ligação direta com qualquer partido. Contudo, no ano de 2015, diferentemente do que ocorrera em 2014, algumas das entidades eram sabidamente ligadas a organizações partidárias. O **Coletivo LGBT Comunista**, o **Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro**, a **União da Juventude Socialista** e o **Juntos! LGBT** apresentavam, direta ou indiretamente, ligações com o PCB (para os dois primeiros), PCdoB e PSOL, respectivamente. Organizado de forma apartidária, o Coletivo não limita a participação de organizações partidárias, ainda que exista um controle para que os espaços

²⁰ Disponível em: <<<http://outravisaolgbt.blogspot.com.br/p/historico.html>>>. Acessado em 30 de julho 07 de 2016.

²¹ Disponível em: <<<http://institutoibrat.org/o-ibrat/como-nasceu/>>>. Acessado em 30 de julho 07 de 2016.

²² Disponível em: <<<http://mundoinvisivel.org/apoie/>>>. Acessado em 30 de julho de 2016.

de visibilidade que a Parada produz não sejam dominados nem por interesses de determinado partido, nem por seus representantes. Ainda que pontos de tensões existam e sejam mediados coletivamente, ao participarem do Coletivo de organização da Parada, os grupos com ligações partidárias se comprometem em colocar a “causa LGBTT” em primeiro lugar e a consolidar sua participação através dessa.

Por fim, temos a participação do **G8-Generalizando**, do **Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX)** e da **Comissão da Diversidade Da Ordem dos Advogados do Brasil**, organizações que já compunham o Coletivo em anos anteriores; a primeira como organizadora do evento e as demais enquanto apoiadoras. A Comissão da OAB, fundada em 2009, “representa a OAB no âmbito da Diversidade Sexual e Gênero, bem como em questões pertinentes aos direitos da população LGBTI”²³. Os outros dois grupos são vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo o G8-Generalizando um grupo dentro do programa de extensão denominado SAJU (Serviço de Assistência e Assessoria Universitária) voltado ao trabalho junto às questões de gênero e sexualidade, e o NUPSEX um núcleo de pesquisa que compõe o programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade. É interessante notar que, em 2015, outras duas organizações ligadas à Universidade passaram a compor o Coletivo de Organização do evento em 2015. Diferentemente da costumeira adesão de grupos relacionados a instituições de ensino público, nesse ano o **DCE Ritter** e o **DCE FADERGS** também participaram do processo de construção do evento.

1-3. Trajetória pessoal

Para falar das Paradas Livres desde uma dissertação de mestrado considero que é necessário colocar em questão o lugar desde onde parto para pesquisar. Nesta sessão, objetivo traçar um pouco de minha trajetória pessoal e de como ela originou esta pesquisa através de uma dupla vinculação enquanto acadêmico e militante. Cabe pontuar que a identificação enquanto gay e as experiências decorrentes de crescer em uma sociedade heteronormativa demarcam não somente minha percepção do mundo, mas a existência que me é própria. Ainda assim, as marcas decorrentes do amparo nessa identidade não têm significado por si só, sendo que os desdobramentos que culminaram na produção desta pesquisa remontam, sobretudo, à minha entrada na universidade e à minha atuação em entidades do movimento LGBTT da cidade de Porto Alegre.

Nos três primeiros anos da graduação em psicologia, meu crescente interesse pela temática

²³ Descrição fornecida pelo Presidente da Comissão da Diversidade no Rio Grande do Sul. As competências da Comissão podem ser encontradas no seguinte endereço virtual: Disponível em: <<<http://www.oabrs.org.br/comissoes/ceds/competencias>>> Acessado em 30 julho de 2016.

da diversidade sexual, bem como minha admiração pelo trabalho das pessoas que se dedicavam à luta LGBTTT me motivou a propor um acordo de estágio entre a faculdade de Psicologia da UFRGS e a ONG SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade. O acordo visava que a universidade aceitasse o SOMOS como local de estágio na ênfase de Políticas Públicas (uma das três ênfases do curso, das quais duas precisam ser cumpridas obrigatoriamente durante a graduação). Uma vez firmada a parceria, iniciei o estágio na ONG no ano de 2011.

Minhas primeiras atividades na ONG foram dentro do projeto “Qual é a sua?”; subsidiado por uma ONG holandesa de nome *Schorer*. Financiado através de capital internacional, o projeto, assumindo os princípios dos Direitos Humanos, buscava atingir um público jovem a fim de sensibilizá-lo para a questão de preconceito e discriminação e educá-lo no tema da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Após alguns meses de atividades, eu e mais um estagiário fomos convidados a deixar o “Qual é a sua?” para compor a equipe de coordenação de um novo projeto que seria realizado pela ONG. Como éramos três colegas de estágio, dois homens e uma mulher, o fato de que o convite foi dirigido a nós unicamente pelo fato de ‘sermos’ homens – e essa seletividade se devia a uma normativa do projeto que preconizava o protagonismo masculino nas ações dirigidas a outros homens gays – gerou, para colocar em termos brandos, um mal-estar que culminou na desvinculação da estagiária que iniciara o percurso conosco. Mesmo fracassando na tentativa de renegociar e propor alternativas ao recorte de gênero estabelecido pelos financiadores, eu e meu colega aceitamos o convite para coordenarmos um projeto piloto que, através de uma parceria entre Ministério da Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública, visava testar uma metodologia importada dos Estados Unidos. Essa metodologia denomina-se *Male Powerment* ou *Mpowerment*.²⁴

No ano de 2012, ainda no período de trabalho junto ao SOMOS, participei pela primeira vez do ENUDS; a participação no evento me auxiliou a perceber a complexidade que a pauta da diversidade sexual assume, não só dentro dos processos de formação acadêmica, mas dentro do movimento estudantil. Ao continuar enveredando pelo campo das questões de gênero e sexualidade, não demorou para que eu voltasse a atuar em um outro espaço voltado à pauta LGBTTT, após minha saída do SOMOS, em maio de 2012 com a conclusão do projeto *Mpowerment*. Naquele ano, passei a compor o grupo G8-Generalizando do SAJU da UFRGS. No G8, atuei enquanto assistente de psicologia dentro de uma equipe multidisciplinar que reunia psicólogas, advogadas, estudantes de direito, ciências sociais e artes visuais. Voltado à assessoria e à assistência jurídica, o G8 atende casos de violência contra a mulher, de LGBTTTfobia, de retificação de registro civil de travestis e

²⁴ O processo de realização do projeto, repleto de críticas, discussões, tensões, disputas, alianças, tropeços e angústias, foi bastante elucidativo para a compreensão dos conflitos que o sistema de financiamento e terceirização das ONGs efetiva nas práticas militantes.

transexuais e ainda outros casos relacionados aos temas de gênero e sexualidade. Pautada em discussões transfeministas e no diálogo com os diversos segmentos que compõem os movimentos pela diversidade sexual da cidade, a participação no G8 possibilitou que eu me aproximasse dos movimentos de mulheres cis, travestis e trans e estimulou minha participação nas reuniões de organização da Parada Livre. De início tímido, frequentei as reuniões de organização da Parada de 2012 como representante do G8 e comecei a inteirar-me do processo de produção do evento. Ao final daquele ano, durante uma reunião realizada logo após a Parada Livre e voltada ao fortalecimento dos vínculos entre instituições, o G8-G e a ONG de travestis e transexuais Igualdade-RS firmaram a parceria que originou o projeto Direito à Identidade²⁵.

Com o ano de 2013 preenchido pelas atividades do Direito à Identidade, bem como pela finalização da graduação em Psicologia, me afastei do grupo de organização da Parada Livre daquele ano. Já em 2014, comecei o percurso de mestrado no curso de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e decidi que era hora de desvincular-me do grupo G8-G.

Ainda em 2014, voltei a integrar o grupo de organização da Parada Livre. Foi através dessa participação que um integrante do grupo me convidou para participar de uma reunião interna do Nuances. A contínua aproximação fez com que eu me reconhecesse enquanto integrante e começasse a participar de projetos e ações pontuais.

Após uma intensa atividade na construção da Parada de 2014, o horizonte de investigação da presente pesquisa foi enfim definido. Essa definição, produzida aos tropeços e mantida através de um exercício de constantemente repensar a interconexão entre militância pela diversidade sexual e pesquisa acadêmica, representa uma indagação de muito daquilo que outrora fora tomado como dado. O fato de atuar como militante e participar de organizações do movimento LGBTTT não significava que eu tivesse me debruçado de modo aprofundado sobre o histórico das lutas as quais eu mesmo encampava. Para mim, pesquisar as Paradas Livres, muito mais do que levantar e sistematizar informações, significou remontar uma coesão histórica para um movimento iniciado e mantido por uma multidão de agentes que lutaram para a transformação social e para a criação de um campo político que hoje diz respeito ao meu próprio viver.

Sem ignorar a importância de pensar crítica e eticamente a posição militante, uma vez que o Nuances é um grupo diretamente comprometido com o processo de realização das Paradas Livres na cidade de Porto Alegre, não tomo essa vinculação como um perigo latente. Nota-se que muito

²⁵ Projeto significativo no quadro regional e nacional da militância sobre diversidade sexual no campo jurídico; o Direito à Identidade consiste numa parceria entre Igualdade-RS, G8-Generalizando, Nupsex-UFRGS e, mais recentemente, defensoria pública de Porto Alegre. Efetiva-se pela realização de mutirões envolvendo profissionais, sobretudo, das áreas do Direito e da Psicologia, agentes dos movimentos sociais e população assistida, para a feitura gratuita dos processos de retificação do registro civil de travestis, transexuais e homens trans. Depois de feitos, os processos são protocolados coletivamente junto ao Foro da Cidade.

da força do Nuances emana de sua história de lutas dentro dos movimentos pela diversidade sexual e da rede que o grupo articulou no decorrer desses anos.

Foi e permanece grande a importância da participação no grupo para minha constituição como militante e pesquisador. As conversas, os afetos, as discordâncias e as tensões no grupo militante representam momentos de aprendizagem e ensino distintos, mas não menos relevantes do que aqueles que vivencio na academia. Nesse sentido, a ação de pesquisar se deu no entrelaçamento entre territórios. O cuidado para que essa não resultasse em perspectivas unilaterais e para que fosse possível contemplar uma pluralidade de ideias e opiniões sem hierarquizá-las foi uma premissa da pesquisa. Diante dessa dupla vinculação, o que acredito ser relevante é situá-la e manter-me atento para os limites entre academia e militância no momento em que disserto sobre processos em que estou implicado politicamente.

Tentar compreender como a Parada Livre, enquanto um momento estratégico de mobilização social e política, que depende da ação e do engajamento coletivo para sua realização e permanência, significa colocar em questão minha própria ação e meu próprio engajamento com as dimensões da militância e da academia. Assim, ao estudar as relações, significados e práticas envolvidas na construção das Paradas, proponho narrativas que contextualizem e reflitam sobre um campo de lutas complexo, no qual tomo parte cotidianamente.

2. Debates Metodológicos

Neste capítulo, tratarei de explicar e descrever alguns dos caminhos tomados durante o processo de produção da presente dissertação. Debruçarei-me sobre a metodologia do trabalho, ou seja, sobre a forma de sua realização. Como dizem Barros e Passos (2015, p.150) “toda produção de conhecimento (...) se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente”. Nesse sentido, a ação de pesquisar não ocorre num mundo supostamente isento das ciências, mas em meio a teia de relações humanas, fora da qual nem mesmo poderíamos conceber qualquer forma de conhecimento. Assim, não há como extrair dados brutos de uma realidade, tanto quanto não há como pensar assertivamente sobre qualquer resultado sem colocar em questão nossas formas de intervenção e sem considerar suas fragilidades e sua inserção na trama das realidades que, ao pesquisar, compomos.

2-1. Entre Academia e Militância

As práticas científicas compõem e, até certo ponto, definem o que chamam realidades pesquisadas e não podem desconsiderar os efeitos de sua intervenção no que tange aos resultados ou produtos de pesquisa. Sendo toda pesquisa produzida por agentes em relação, a ligação entre objetividade e imparcialidade científica dificilmente é mais do que circunlóquios ou um retorno drástico aos universalismos. Quem pesquisa só pode ausentar-se do esquema de relações a que se vê enredado às custas de tomar o lugar de corpo fora da trama.

Como uma instituição que nos últimos séculos adquiriu suma importância enquanto esteio do que é científico e, por consequência, verdadeiro – diferentemente daquilo que paulatinamente tem recebido o título de pseudociência, senso comum ou que é simplesmente considerado falso –, as instituições acadêmicas são arenas em que distintos modos de fazer e pensar ciência são constantemente afirmados e refutados. Arenas onde não há instrumentos, aparatos, mecanismos e procedimentos que não correspondam a práticas sociais e políticas.

Essa compreensão das ciências enquanto atreladas a práticas políticas não é dada. Tanto que ainda vemos constantemente ressurgirem contendas sobre a neutralidade da ciência e sobre seu interesse único na “verdade”. Essa compreensão universalista de que a verdade pode ser descoberta em uma forma pura e não depende e se transforma mediante as constantes interações humanas não raramente coloca às ciências algumas falsas dicotomias. Essas, acredito, interessam a presente pesquisa, sobretudo, em relação a minha vinculação enquanto pesquisador e militante. É certo que assim como a militância LGBTTT, as instituições acadêmicas não representam uma homogeneidade; dentro delas coexiste uma grande diversidade de opiniões e interesses.

Historicamente, podemos reconhecer processos de polarização entre academia e militância. Tais polarizações, produzidas através de discursos científicos que visam à purificação e à neutralidade da ciência, não raro transformaram o espaço entre academia e militância num palco de embates e acusações. Contudo, através das brechas nesse espaço, percebo que pontes vêm sendo erguidas nos últimos anos, tanto que dentro da academia ressurgem os rumores de “pesquisas militantes” (BRINGEL, VARELLA, 2016).

Certamente essa polarização da qual falo não é um bloco histórico desprovido de fissuras; há de se reconhecer que em diversos momentos uma e outra se aliaram e que não é incomum que saberes sobre a militância sejam produzidos por pessoas vinculadas tanto às universidades quanto aos grupos de militância, como é o caso na presente dissertação. Nesse sentido, considero relevante trazer à baila o artigo sobre pesquisa-militante escrito por Breno Bringel e Renata Varella (2016), no qual é debatido o processo histórico no qual se tornou possível a realização de pesquisas engajadas que se posicionem politicamente quanto aos processos de transformação social.

Considerando que entre a década de 1970 e 1980 houve uma busca por padrões alternativos de pesquisa, o autor e a autora destacam as experiências de articulação entre a teoria e a prática de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Fals-Borda, Rodolfo Stavenhagen e Michel Thiollent. Contudo, afirmam que o fortalecimento de políticas neo-liberais e a reconfiguração nas formas de ação coletiva na década de 1990 arrefeceram tais iniciativas. Devido, entre outras coisas, à “mercantilização da educação, a privatização do ensino com o crescimento das Universidades particulares e a individualização e a tecnificação da atividade intelectual” (BRINGEL; VARELLA, p. 477), as pesquisas politicamente engajadas:

“[...] foram objetos de acusações fundadas ou infundadas de manipulação política, de parcialidade, de desrespeito às exigências acadêmicas, de idealizações em relação aos atores coletivos e de reprodução acrítica das vozes dos movimentos sociais”. (Ibid, 2016, p. 478).

Salientando que nas últimas duas décadas vimos o desenrolar “da discussão acadêmica sobre uma série de problemáticas sociais” (Ibid, p.477), os autores atestam que esse foi também um período de carência de referenciais metodológicos interessados “acerca das possibilidades e dos limites da produção de conhecimento socialmente comprometido politicamente posicionado” (Ibid, p.478). Como reverberações desse cenário, apontam para recorrentes tentativas, no âmbito acadêmico, “de deslegitimar o termo militante, conectando-o com a existência de uma vinculação acrítica a organizações político-partidárias e a um sistema de pensamento supostamente dogmático” (Ibid, p.479).

[...] o movimento inverso também é verdadeiro na medida em que a falta de compromisso

de boa parte dos pesquisadores (que entendem, por exemplo, os movimentos sociais como meros objetos de estudo e não como sujeitos políticos) também levou a um descrédito da pesquisa acadêmica no campo da militância. (Ibid, 2016, p.482).

A crítica de Bringel e Varela procura desconstruir a suposta dicotomia entre militar e pesquisar através do reconhecimento de que essa tem mais a ver com a naturalização de determinadas concepções políticas do que com qualquer inadequação ética. Ou seja, essas falsas dicotomias velam o aspecto político presente em toda produção de conhecimento. É assim que realizar uma pesquisa politicamente implicada não significa enviesar o conhecimento, mas reconhecer o contexto no qual o mesmo é moldado e as intenções e interesses que o produzem de determinada forma.

2-2. Objetivos de Pesquisa

A composição do projeto desta pesquisa esteve diretamente atrelada à minha trajetória entre espaços de militância e espaços acadêmicos. De certa feita, a ação de pesquisar se deu a partir do imperativo de compreender quais foram os caminhos percorridos pela militância LGBTTT para colocar em cena a sexualidade e o gênero como pautas políticas. Partindo desse interesse em compreender como a ação política de agentes implicados foi capaz de manter e produzir engajamento coletivo, definições foram traçadas.

Em termos gerais, foi através da definição do tema e da formulação de um problema que a presente pesquisa adquiriu relativa estabilidade. Essa definição e essa formulação se deram, primeiro, em meio a conflitos quanto à própria indefinição da ação de pesquisar. Mediante os debates e as orientações acadêmicas, pouco a pouco se tornou nítido que a articulação entre militância e pesquisa poderia dar margem a uma pesquisa implicada com minhas experiências, ao mesmo tempo em que versaria sobre um fenômeno politicamente significativo. Foi assim que assumi como tema a ação política dos movimentos LGBTTT na realização das Paradas Livres da cidade de Porto Alegre.

A partir da estabilização do tema foi formulado o seguinte problema de pesquisa: **como a ação política de agentes dos movimentos LGBTTT constrói e mantém as Paradas Livres na cidade de Porto Alegre?** Esse problema não só corresponde a implicações relativas à minha atuação dentro do movimento LGBTTT como remonta a debates que me parecem cruciais para a atualidade: as discussões acerca de nossas compreensões – e, nesse sentido, também das transformações dessas mesmas compreensões – quanto às noções de ação política, direitos e espaço público.

A formulação do problema não teve como objetivo forjar uma solução, mas abrir a

possibilidade de construir narrativas sobre processos históricos e políticos. Defini o problema em termos da construção e permanência por considerar que as Paradas se referem a processos sempre em aberto e que envolvem e implicam uma diversidade de agentes em sua reprodução. Nesse sentido, abordar a ação coletiva desses e dessas agentes é uma tentativa de tocar o problema político de que as Paradas constituem espaços de poder e visibilidade que não estão garantidos, mas sempre em jogo.

Através do tema e do problema, foram formuladas estratégias metodológicas que possibilitariam a investigação. Cito a participação nas reuniões do Coletivo de organização da Parada Livre de 2015; a produção de um diário com registros, reflexões e descrições relativas à pesquisa; as entrevistas com militantes dos movimentos pela diversidade sexual da cidade de Porto Alegre; a análise de documentos relativos às Paradas e ao campo da militância pela diversidade sexual.

Estabeleci, como **objetivo geral** da presente pesquisa investigar, através da participação no Coletivo da Parada Livre de 2015 e da pesquisa histórica, o processo de construção e realização do evento. Já como **objetivos específicos**, elenca-se os seguintes: realizar um mapeamento histórico das Paradas Livres que ocorreram em Porto Alegre; contextualizar e debater a ação coletiva de agentes dos movimentos pela diversidade sexual, com ênfase na cidade Porto Alegre, e foco na realização de sua décima nona Parada Livre.

2-3 Estratégias Metodológicas

Nessa sessão, discorro sobre cada uma das estratégias metodológicas empregadas. Conjuntamente, situarei alguns dos espaços onde as ações de pesquisa transcorreram e materiais que foram levantados para a investigação.

2-3-1. A participação nas reuniões

Considerando que a presente pesquisa se localiza no campo das ciências humanas e que conta com intervenções que envolvem a participação de outras pessoas além daquelas envolvidas no processo de formação acadêmica, fez-se necessário que ela fosse aprovada por um comitê de ética que avaliou sua adequação aos critérios de pesquisa com seres humanos. O projeto desta pesquisa contou com um capítulo voltado às implicações éticas e aos limites do processo. Nele defini dois grupos, um que seria convocado e outro em que eu me inseriria para realizar a pesquisa: o grupo convocado foi o das pessoas entrevistadas e o grupo em que me inseri foi o Coletivo de organização

da décima nona Parada Livre da cidade de Porto Alegre. Para o primeiro, foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, para o segundo, um termo de concordância. O TCLE deveria ser assinado pela pessoa entrevistada e o termo de concordância por alguém que representasse o coletivo de organização da Parada Livre.

Durante a primeira reunião do coletivo de organização da Parada Livre de 2015, no dia 7 de julho, tomei a palavra para solicitar que me fossem disponibilizados alguns minutos de reunião para a apresentação do projeto desta pesquisa. Disse que pesquisaria a história do evento e seu processo de realização. Ademais, expliquei que meu plano era o de pesquisar através da participação no coletivo de organização da Parada Livre. Não falei sobre o que isso significaria em termos práticos de minha participação; disse apenas que, num encontro posterior, eu traria o Termo de Concordância e pediria que, se todas as pessoas concordassem com o texto, designassem alguém para assinar o termo em nome do coletivo. Falei também que a pesquisa contaria com entrevistas para as quais algumas das pessoas ali, mas não todas, por impossibilidade prática, seriam convidadas. Na reunião em que participavam 15 pessoas além de mim, em sua maioria homens gays e, em segundo, mulheres lésbicas, ninguém expôs desacordo. De fato, houve um consentimento um tanto silencioso: só algumas pessoas disseram que concordavam e as outras apenas esboçaram uma feição de que haviam compreendido como um 'ok'. Nenhuma questão foi colocada.

Na reunião seguinte, li o termo e me disponibilizei para quaisquer questões, críticas e comentários, “agora ou depois”. Sob o aparente consenso, um dos militantes, com o acordo dos presentes na reunião, se prontificou para assinar o documento.

Quanto a minha participação enquanto agente de pesquisa, vale dizer que foram poucas as vezes que em reunião fui referido como pesquisador. Suponho que isso se deva tanto à minha participação nas reuniões em outros anos, quanto à minha vinculação a um grupo militante. Além disso, o fato de que as pessoas que participavam das reuniões variavam consideravelmente a cada encontro também deve ter tido efeito. Nesse sentido, é inclusive provável que algumas pessoas nunca tenham vindo a saber que ali eu pesquisava.

Uma vez que em boa parte do tempo das reuniões eu fazia registros do que se passava, recorrentemente assumi o papel de “fazedor” de atas. A feitura dessas atas são processos corriqueiros nas reuniões do Coletivo; em quase toda a reunião, alguém se disponibiliza para escrevê-las e depois enviá-las virtualmente através do grupo de e-mails. Em seu conteúdo, eram atas simples contendo apenas as pautas debatidas e os encaminhamentos tirados a cada encontro. Eu as anotava no caderno e posteriormente as repassava para o computador.

Nas reuniões, que ocorriam em diferentes salas do prédio do Sindicato dos Bancários²⁶, as

²⁶ Sobre a sede do Sindicato: “Toda a estrutura diretiva, de serviços e equipamentos para uso dos bancários e da comunidade (auditório, biblioteca, Espaço Cultural) está em um único lugar. A Casa dos Bancários é a referência da

peças se posicionavam em roda, de forma que todos se enxergassem e dialogassem da forma mais horizontal possível. Lá conversavam, debatiam, recordavam e contavam diferentes histórias; histórias das suas vidas e de seu dia a dia; dos impasses da chuva que lhes retardara o trajeto; de mais um assassinato que tomara a vida de alguém que conheciam; das pautas recentes do Congresso Federal; dos protestos e manifestações que tomavam as ruas da cidade, etc. Para além disso, debatiam o que era preciso e crucial para que a Parada ocorresse. Conversavam sobre quais as pautas urgentes, sobre o que já estava pronto e sobre o que era hora de começar. Definiam então tarefas, prazos, objetivos. E em meio a isso também contavam histórias, conflitavam, entravam em acordo, riam, lançavam olhares incógnitos. E, evidentemente, essas incidências eram múltiplas; não se tratava de um conjunto de um único timbre. Hora só algumas pessoas tomavam a palavra, hora todas riam, hora duas discutiam enquanto outras bocejavam ou se mantinham atentas ao celular. No decorrer das reuniões muito se sucedeu e é através da sucessão de acontecimentos que meus registros se multiplicaram e se misturavam com aquelas outras histórias de pessoas que em outras épocas e em outros lugares também agiram juntas.

As reuniões do Coletivo ocorreram todas as terças-feiras à noite, das 19h até 20h, 20h30, no máximo 21h, do dia 7 de julho ao dia 3 de novembro de 2015, em diferentes salas do prédio do Sindicato dos Bancários. Além dessas, uma última reunião voltada à avaliação da Parada ocorreu no dia 17 de novembro do mesmo ano. Participei, ao todo, de dezoito das dezenove reuniões. A reunião a que não compareci foi a do dia oito de agosto. A seguir, apresento uma breve tabela que contabiliza o número de participantes em cada reunião.

7 de Julho	16 participantes
14 de Julho	12 participantes
21 de Julho	17 participantes
28 de Julho	14 participantes
4 de Agosto	12 participantes
11 de Agosto	14 participantes
18 de Agosto	11 participantes
25 de Agosto	8 participantes
1 de Setembro	12 participantes
8 de Setembro	11 participantes

ação do SindBancários na Capital. O local, que antigamente era chamado de Sede da Ladeira (fica na Rua General Câmara), foi completamente restaurado, ganhando salas, espaço para atendimento de associados, auditório, salão de festas e áreas de cultura e lazer.” Disponível em: <<<http://www.sindbancarios.org.br/quem-somos/historia/>>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

15 de Setembro	10 participantes
22 de Setembro	6 participantes
29 de Setembro	11 participantes
6 de Outubro	10 participantes
13 de Outubro	5 participantes
20 de Outubro	7 participantes
27 de Outubro	15 participantes
3 de Novembro	10 participantes
17 de Novembro	10 participantes

2-3-2. As Entrevistas

O foco das entrevistas realizadas para essa pesquisa não foi a realização da Parada Livre de 2015, mas a história das Paradas Livres na cidade de Porto Alegre. Trataram-se de entrevistas semiestruturadas realizadas em local sugerido pela pessoa ou em sala disponibilizada pelo Instituto de Psicologia da UFRGS. O período de entrevistas foi de novembro de 2015 a janeiro de 2016. Um roteiro preliminar foi estruturado sobre quatro asserções: (1) a atuação junto aos movimentos pela diversidade sexual; (2) o envolvimento com as Paradas Livres (3) a participação no processo de organização da Parada Livre; (4) a percepção sobre “o momento político atual” em relação aos movimentos pela diversidade sexual.

Solicitei a seis pessoas que me concedessem entrevistas. Todas aceitaram. Quatro delas participaram das reuniões do Coletivo de organização da Parada Livre de 2015, representando as entidades Nuances, Diversxs, Liga Brasileira de Lésbicas e Somos. Uma delas participou das reuniões enquanto coordenadora da SALOS da cidade Porto Alegre e participou da Parada Livre enquanto apresentadora do evento. A última não participou do Coletivo de organização em 2015, mas foi selecionada por sua participação na ONG Igualdade-RS – Associação de Travestis e Transexuais²⁷, a qual foi diversas vezes citada em reunião, sobretudo em relação à saída da entidade do Coletivo de organização da Parada Livre no ano de 2012.

Das pessoas entrevistadas, quatro delas, as que compõe o Nuances, a Igualdade e a Liga Brasileira de Lésbicas e a apresentadora da Parada Livre, identificaram-se como militantes desde a década de noventa. Dessa forma, se engajaram, com maior ou menor intensidade, na construção e na realização das Paradas Livres desde suas primeiras edições. Já o militante do Somos e do

²⁷ Organização que mais tempo se manteve na organização das Paradas Livres depois do Nuances.

Diverxs começaram suas trajetórias de militância nas décadas seguintes. O integrante do Somos aproximou-se do campo da militância em torno de 2005 por meio do Fórum LGBT²⁸; o do Diversxs começou sua militância desde dentro de organizações partidárias por volta de 2010.

Para melhor localizá-las, defini pseudônimos para cada uma. Chamarei o militante do Nuances de **Bruno**; a militante da LBL de **Carla**; a militante da Igualdade de **Ana**; a Secretária da SALOS de **Vivian**; o militante do Somos de **Estevan**; o militante do Diverxs de **Ricardo**.

2-3-3. Os Diários de Campo

Os diários de campo correspondem às anotações e reflexões escritas realizadas durante o período de campo, podendo conter descrições objetivas ou reflexões sobre experiências propiciadas pela ação de pesquisar. Com sua construção busquei tanto organizar o fluxo de informações e deliberações relativas aos momentos de reunião do Coletivo de Organização da Parada Livre, quanto adensar as reflexões sobre determinados acontecimentos significativos que permearam o processo investigativo.

2-3-4. Levantamento e análise de documentos e revisão bibliográfica

Com a presente pesquisa, busquei compreender as Paradas Livres historicamente, ou seja, em seu caráter de trama, e descrever seu processo de realização a partir da ação e da articulação militante. Para tal, fez-se necessário recorrer tanto às pessoas envolvidas nessa montagem, quanto aos documentos que enfocassem ou que pudessem ser relacionados às Paradas. Esses documentos são de ordens diversas. Aqueles que abordam diretamente as Paradas são, sobretudo, oriundos de grupos e agentes da militância, de reportagens jornalísticas e de outras pesquisas acadêmicas.

A análise documental, que consistiu no levantamento de materiais produzidos no campo da militância, correspondeu principalmente a registros que grupos militantes e que o próprio Coletivo de organização da Parada produziu sobre as Paradas Livres. Entre esses se destacam os Jornais do Nuances, os quais trouxeram importantes informações sobre os primeiros anos de realização das Paradas. Além deles, também utilizei alguns sites de *internet* contendo notícias sobre as Paradas de Porto Alegre e entrevistas com militantes da cidade. Por fim, as atas de reunião referentes ao processo de construção da Parada de 2015 também foram objeto de análise.

Se nos atentamos às pesquisas acadêmicas, percebemos que, nacionalmente, estipula-se que é a partir de 2005 que vemos surgir às primeiras publicações que tomam como principal foco as

²⁸ Associação de ONGs LGBTTs que atuou na cidade de Porto Alegre de 2004 até aproximadamente 2007.

Paradas (CARRARA; RAMOS; SIMÕES; FACCHINI 2005). Desde então, o número de publicações tem aumentado significativamente, vinculando áreas como: Psicologia Social e Psicologia Política (CORREA, 2012; SILVA, 2008; JESUS, 2010), Urbanismo (LACERDA, 2012), Comunicação (PARIS, 2015) e Linguística (CAMARGOS, 2007).

Tais trabalhos são relevantes no ponto que nos auxiliam a compreender como as Paradas têm sido abordadas no meio acadêmico e se ligam a todo um corpo de investigações que entrecruzam os temas de sexualidade, gênero, cultura e política. Uma vez que a presente dissertação trata das Paradas Livres, há um especial interesse nos trabalhos realizados a nível da cidade de Porto Alegre e estado do Rio Grande do Sul. Dentre esses, encontrei apenas dois artigos²⁹ que tomam a Parada Livre como foco: um trata do conflito entre os grupos Somos e Nuances, que transcorreu em relação ao processo de construção da Parada Livre de 2004 (RODRIGUES, 2006) e, o outro, trata-se de uma pesquisa quantitativa que investiga a participação de heterossexuais na Parada Livre (JUNGE, 2008). Se considerarmos não somente os trabalhos que tomam como foco a Parada Livre, mas aqueles que tratam do movimento LGBTT local e que, em alguns momentos, se dedicam ao evento, o leque se expande consideravelmente. Nesse caso temos, para citar apenas alguns: a dissertação de Gabriele dos Anjos (1999), intitulada “A sexualidade é política: atuação, identidade e estratégias de manutenção de um grupo gay em Porto Alegre RS”; a tese de Fernando Barroso (2007), “Jornal do Nuances: A prática midiática de uma ONG de Porto Alegre - RS para o confronto político entre “gay de classe média”; a dissertação de Guilherme Passamani (2008), “O arco-íris (des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais – o caso de Porto Alegre e Buenos Aires”; a dissertação de Fernanda Canfield (2015), editada para publicação no livro “O Direito Humano a (homo)afetividade³⁰ e os movimentos sociais LGBT”; o relatório técnico de Darlei Dulesko (2004), intitulado “Os caminhos de uma organização na construção de uma identidade homossexual em Porto Alegre”.

Para investigarem a ação dos movimentos pela diversidade sexual, esses agentes de pesquisa se aproximam dos espaços de militância e das vozes daquelas pessoas que encampam a luta política por direitos sexuais na esfera pública. Suas ações nos ajudam a compreender a criação e permanência das Paradas ao mesmo tempo em que discutem a pluralidade de perspectivas através das quais o evento é compreendido.

2-4. Como conhecer por entre as tramas?

²⁹ Vale também ressaltar o artigo de Fabiano Neis e Fabio Cerqueira (2014) que se intitula: “Parada gay de Pelotas nas páginas do Nuances: imprensa, visibilidade e política”. O artigo trata não da Parada Livre, mas da Parada ou Avenida da Diversidade que ocorre na cidade de Pelotas.

³⁰ Conceito difundido pela advogada Maria Berenice Dias na divulgação e na busca por apoio para o projeto do “Estatuto da Diversidade”, proposto através da OAB/RS. O conceito é altamente controverso dentro da militância LGBTT, uma vez que, ao deslocar o termo sexual em favor do afeto, pode ser lido como uma estratégia higienista.

I

Para este estudo, tomei como referência o método cartográfico. A fim de situar a emergência de tal método, Barros e Passos (2015) retomam as contribuições sócio analíticas de René Lourau, sob a afirmação de que “todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc.” (p.19). Através dessa retomada, destacam a metodologia de pesquisa-intervenção como modo de ascender aos processos e de se atentar ao que se passa; à energia potencial entre os estados ou formas instituídas (BARROS; PASSOS, 2015, p.21).

Essa compreensão de investigar os processos através da cartografia foi uma das premissas assumidas para a ação de pesquisar. Aproximando-me dessa e de algumas outras pistas propostas pelo método da cartografia, busquei atentar-me aos movimentos de transformação em que o conhecer forma nódulos de relativa estabilidade. Ainda que, evidentemente, tenham existido intenções prévias que se manifestam, sobretudo, pelo problema, pelas questões e pelas estratégias metodológicas, essas sempre estiveram em jogo e foram redefinidas durante o acompanhar do processo. Em ressonância com a pista cartográfica que indica que pesquisar é “menos a descrição de estados de coisas do que o acompanhamento de processos” (EIRADO; PASSOS, 2015, p.56), tentei compor uma análise que lidasse com os movimentos, na sua especificidade tanto de sujeitos quanto de objetos em constante transformação.

Tomando de início uma proximidade maior com os aportes conceituais da cartografia, me permiti a não filiação a um método mediante a compreensão da metodologia enquanto um debate sobre os processos de formação, assimilação e transformação do conhecimento. Para concretizar tal debate, também busquei referências nas análises genealógicas propostas por Foucault e na escrita histórica proposta por Paul Veyne.

Para pensar a genealogia, pautei-me na proposição Foucaultiana, tal qual como apresentada em *Microfísica do Poder* (1982), no capítulo *Genealogia e Poder* (1982, p.94-100). Nesse, Foucault começa a reflexão demarcando alguns fenômenos que transcorreram a partir de meados da década de 1950 e 1960. Diante de tais fenômenos, o filósofo percebe a “eficácia das investidas dispersas e descontínuas” (Ibid, p.95) através de críticas de “caráter essencialmente local” (Ibid, p.95) em relação à “insurreição dos saberes dominados” (Ibid, p.96). Tendo em vista a “estranha eficácia” dos ataques ao sistema psiquiátricos realizados por discursos anti-psiquiátricos de caráter local e não sistemático, o autor destaca a potência no surgimento de uma “produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (p.96).

Creio que tais desdobramentos podem ser percebidos numa relação com os saberes militantes e/ou acadêmicos que passaram a ser produzidos como crítica à normatividade; as críticas às naturalizações que produzem a sexualidade, o gênero e a corporalidade enquanto noções dicotômicas e referidas a distinções binárias e à heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, o próprio trabalho de Foucault pode ser pensado como exemplo, quando, no livro “A História da Sexualidade” (2011), ele conceitua a sexualidade enquanto dispositivo histórico³¹. Assim, tomo inspiração na genealogia, especialmente no que essa se refere ao aparecimento de conteúdos históricos que possibilitam encontrar a “clivagem dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar” (Foucault, 1982, p.95). Esses conteúdos, que se referem a saberes dominados ou sepultados, configuram blocos de saber outrora considerados hierarquicamente inferiores que, através da crítica, podem fazer ressurgir a memória das lutas e dos combates.

II

O que se conhece participando de uma Parada Livre? O que se aprende compondo seu coletivo de organização ou procurando notícias e lendo sobre ela? Conversando com as pessoas acerca das suas opiniões sobre o evento, o que, através disso, podemos saber? E, a partir do que se aprende, o que é feito? Os encontros durante o evento ou a investigação documental nos possibilitam colocar quais questões? Que há para ser dito a partir disso que se viu, escutou, leu, debateu?

Digamos que, para aprender sobre as Paradas Livres, pedimos para que duas pessoas vinculadas a grupos dos militantes LGBTT (militante A e militante B) nos concedam entrevistas. Perguntamos para A e B sobre o que sabem, acham, pensam ou sentem sobre as Paradas Livres. Militante A nos responde que compreende a Parada como um espaço conquistado através da luta política; que é um evento maravilhoso onde uma população LGBTT pode gritar “eu existo”. Para A, “a Parada deveria ser 365 dias por ano”. B, no entanto, diz que as Paradas perderam seu caráter político; que elas são um carnaval em praça pública; que a luta se vendeu para o espetáculo. O que então se apreendeu através dessa escuta? Primeiramente, o evidente, que as pessoas não pensam a mesma coisa, nem compreendem o mundo da mesma maneira.

O que fazer, então, disso que escutamos? Como produzimos a partir daí? Podemos cruzar as duas falas e tecer um comentário que as relacione; podemos fragmentar os enunciados e colocá-los em jogo uns com os outros. Militante A disse: “não cabe a mim dizer como as pessoas devem se comportar, quem quiser tirar a roupa na Parada Livre, que tire”; Militante B disse: “não se

³¹ O conceito de dispositivo da sexualidade será abordado com mais atenção no próximo capítulo.

conquistam direitos trepando em praça pública”. Como compreendemos isso que nos foi revelado? Que nos diz o fato de A não querer interferir na ação de tirar ou não tirar a roupa? Que nos diz o fato de B acreditar que fazer sexo em público não “soma” na luta por direitos?

Primeiramente, consideremos as falas como enunciados coletivos que não transmitem somente um conteúdo pessoal, mas que nos ajudam a, simultaneamente, compreender e a tramar histórias que as atravessam e que elas, até certo ponto, recriam. Uma vez que a análise dos enunciados e dos discursos decorrentes não ocorre senão por produção de novos enunciados e discursos, não se trata de tentar extrair algum sentido puro ou final no conteúdo do que é dito. Como compreendo, enunciados e discursos nos possibilitam adensar narrativas históricas, tomar posição em relação a elas e refletir sobre os conceitos através dos quais as próprias narrativas são tramadas.

Considerando que nossas narrativas são tramadas através de conceitos históricos³², ou seja, por conceitos que ultrapassam qualquer definição possível (VEYNE, 1998, p.105), a questão não é o que os conceitos definem, mas o que e como resumem. Sabemos, por exemplo, que não é possível fechar o sentido do que é política, movimentos sociais, Estado e até mesmo Paradas Livres. Contudo, são através dessas palavras que explicamos o que se passa e o que passou. Todas essas palavras existem como conceitos e falam sobre coisas que existem; a questão é que elas não possuem um núcleo que as torna idênticas ou as aborda sempre a partir do mesmo ponto. Quando falamos em movimentos sociais, podemos mais ou menos saber do que estamos falando, podemos atribuir-lhes uma emergência histórica e um conjunto de acontecimentos donde podemos perceber sua influência; ainda assim, jamais isolaremos toda a realidade que esse termo busca abarcar.

Ao compreender, através do diálogo com Paul Veyne, que estamos lidando com conceitos históricos, penso que o trabalho que parte da pesquisa histórica torna-se não o de definir um sentido global de determinado conceito ou acontecimento; já que quem pesquisa não poderia dar mais do que uma definição provisória desses conceitos e acontecimentos baseado em suas próprias experiências (o que não é nenhum problema, só aponta para o caráter parcial de todo conhecimento). O que podemos fazer, nesse sentido, é tomar parte nas disputas e tensões através das quais conhecimentos são produzidos, tramando a rede de enunciados sem levá-los ao anacronismo e relacionando-os a diferentes contextos onde emergem e aos quais se relacionam. É assim que os enunciados de A e B demarcam posições que não existem isoladamente, que se referem não só à pessoa em particular, mas ao contexto em que foram emitidos, ao conteúdo do enunciado e ao entrecruzamento desse com ainda outros enunciados. Tais enunciados, tramados em

³² “Um conceito histórico permite, por exemplo, designar um evento como sendo uma revolução; isto não significa que, empregando esse conceito, saibamos "o que é" uma revolução. Esses conceitos não são conceitos dignos deste nome, dos complexos elementos necessariamente ligados; são, antes de tudo, representações heterogêneas que dão a ilusão da intelecção, mas que são na realidade somente espécies de imagens genéricas.” (VEYNE, 1998, p.106)

rede para dar corpo a um texto, são apreendidos através das idas e vindas em meio a movimentos nos quais os conceitos dão margem à interpretação, à imaginação e aos ventos do pensar, sem deixar de aludirem e representarem – re-representarem – uma realidade concreta. E o concreto³³ da realidade não é, nesse sentido, a realidade do que se passou tal qual se passou, mas “transformação e interação” (VEYNE, 1998, p.32). O risco, então, está na forma como nossas descrições vão se engendrando, na maneira com que organizamos os materiais e as explicações que através deles propomos.

Segundo Paul Veyne (1998, p.38), a ação de "explicar" as tramas históricas se aproxima mais de dizer: "deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá", do que a "atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral". Aponta, assim, para os perigos de quando remontamos a história segundo a continuidade de leis e padrões anacrônicos, o que acaba por fazer com que as palavras suscitem “em nosso espírito falsas essências” (Ibid, p.42) e povoem “a história de universais inexistentes” (Ibid, p.42). Se pensarmos sobre como os enunciados A e B são então acionados na explicação histórica, temos aí um desafio que não se resume a definir um quadro teórico que o explique. É certamente tentador encontrar correspondências entre declarações dadas por militantes na cidade de Porto Alegre e as formas de controle sobre a sexualidade que se proliferaram com o desenvolvimento dos Estados modernos. Ainda assim, cabe salientar que enovelar um enunciado em conceitos pode muito bem sufocá-lo e esvaziá-lo de sua originalidade, principalmente se esquecemos o aspecto produtivo das explicações onde um enunciado é sempre explicado através da produção de novos enunciados.

Se conceitos históricos representam resumos da trama, como nos diz Paul Veyne, então eles jamais explicam as motivações de um enunciado; uma pessoa não diz “eu sou homossexual e mereço respeito” porque a ciência moderna a fez acreditar numa sexualidade fixa e genética ou porque ela assume essa identidade para lutar pela sua cidadania. O que motiva um enunciado não se explica por razões subterrâneas encrustadas num corpo social codificado; um enunciado só se explica por e com outro enunciado que quando não é proferido pela própria pessoa que proferiu o primeiro, então foi inventado por outrem que tramou a história. Com isso não quero assumir que a pessoa que proferiu o primeiro não o inventou e nem que a invenção de quem trama a história faça dela uma farsa, quero apenas salientar que não há nenhuma, ou então há incontáveis, origens estáveis para um enunciado; a forma como os tramamos são, então, uma forma entre as muitas formas de compreendê-lo. Nesse sentido que escrever histórias é reconciliar, momentânea,

³³ Sobre essa pretensão da história ao concreto, é interessante a seguinte citação de Paul Veyne: “Não é possível satisfazer completamente esta pretensão, porém teremos feito muito se decidirmos jamais falar de religião ou de revolução, mas somente de religião budista ou de revolução de 1789, a fim de que o mundo da história seja povoado exclusivamente de acontecimentos únicos (que podem se assemelhar mais ou menos) e jamais de objetos uniformes” (VEYNE, 1998, p.57).

parcialmente e sem ignorar os horrores e as maravilhas do mundo, essa sonora lacuna entre os enunciados; e é através de sua invenção e reinvenção que novas realidades são criadas.

III

É óbvio dizer que Parada Livre é o nome atribuído a eventos que, por mais que recorrentes e interligados, nunca predefinem um ao outro. A Parada Livre de 1997 não é a mesma que a de 1998, que não será a mesma de 2006 e, por mais que elas possam ter traços assemelhados, é certo que entre elas haverá diferenças e que as explicações do que se sucedeu em cada uma diferirá. Além disso, ainda que alguém explique o que ocorrera num ano de Parada Livre, haverá ainda outras explicações sempre diferentes, pelo simples motivo de que cada pessoa apresenta uma nova perspectiva do vivido.

Quando numa dissertação debato o que alguém disse do que viveu ou pensou sobre uma Parada Livre ou sobre os movimentos LGBTT, esse debate se dá por meio da articulação de conceitos. E, nesse sentido, penso, em referência a Paul Veyne (1998, p.34), que “dar uma definição aos conceitos históricos seria arbitrário ou impossível”.

Mas, como então podemos nos orientar através de conceitos que jamais se definem? Primeiro precisamos saber que não é preciso definir o que é o Estado para compreender o que alguém nos diz quando diz “violência de Estado”. Quando ouvimos isso, somos plenamente capazes de associar o enunciado a uma série de outros e a experiências concretas que nos permitem forjar explicações.

O tramado entre conceitos produz explicações e é nesse sentido que podemos dizer que o Estado brasileiro tem criminalizado os movimentos sociais seja agredindo, prendendo e matando quem protesta, seja propondo leis “anti-terrorismo”. Ainda assim, não cabe tomarmos os conceitos somente por uma definição impossível; como dizem Deleuze e Guattari (2010, p.27), eles não só são multiplicidades como “tem componentes, e se define por eles”. E mesmo que Guattari e Deleuze falem de conceitos filosóficos e Paul Veyne de conceitos históricos, não deixa de haver comunicação entre os dois já que “evidentemente, todo conceito tem uma história” (Ibid, 2010, p.29).

De certa feita, colocam que os conceitos, além de serem sempre fragmentários e se ligarem uns aos outros, respondem a certos problemas e supõe certos planos. Para exemplificarmos, imaginemos que estamos diante de uma cena em que um sujeito amarra outrem contra um poste e começa a dar-lhe socos nas costas. Facilmente, podemos acionar o conceito de violência para resumir essa cena. Digamos então que esse alguém pega um pedaço de madeira que está no chão e usa-o para bater na cabeça da pessoa amarrada até arrebentar-lhe o crânio. Homicídio. Por fim, esse

alguém vai embora dizendo “matei porque odeio gay”. Homofobia.³⁴

Por mais que essa cena nos perturbe, não podemos dizer que se trata de um cenário impossível para o qual não há palavras que descrevam. Cada movimento dessa cena pode nos remeter a conceitos que, como resumos da trama, nos auxiliam no exercício de compreender, de fazer compreender e de dar forma aos afetos a que somos sujeitos. Ainda que esses resumos não deem conta da história e que a pesquisa desse acontecimento não se finalizasse nos conceitos, mas seguisse num esforço de buscar a diversidade de movimentos que tramam o ocorrido, os conceitos nos auxiliam a lidar com o caráter, ao mesmo tempo, estarrecedor e frugal daquilo que se passa entre as pessoas.

Sobre as tramas históricas, Paul Veyne afirma que “[...] a trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo.” (VEYNE, 1998, p.41). Essas tramas, articuladas através de conceitos, são capazes de tanto desconstruir quanto reificar naturalizações que fazem com que o mundo aparente ser de determinada forma e não de outra. Ou seja, em meio às tramas transcorrem lutas políticas e, portanto, eminentemente humanas. Isso tanto porque os conceitos e aquilo que eles – e que através deles – se conecta corresponde a relações dinâmicas de poder quanto pelo fato de que as lutas políticas efetivam, entre outras coisas, a produção e reprodução da própria realidade.

³⁴Essa é obviamente uma cena caricata e extrema que, por mais que possa ilustrar, não expressa as problemáticas sutis contidas no conceito de homofobia.

3. Tramas Históricas

Para compreendermos como as disputas em torno e através da sexualidade e do gênero se tornaram cruciais para a ação política contemporânea precisamos retomar tramas que permanecem em pleno movimento e que envolvem nossas vivências em múltiplos aspectos. Tais tramas não se limitam a um único grupo ou comunidade, mas dizem respeito a realidades complexas que são compostas e recompostas incessantemente e que se referem a incontáveis vidas, nunca de forma idêntica. Assim, proponho um debate referente aos marcadores de sexo, gênero e raça que visibilize os esforços de agentes engajados que os fizeram aparecer não enquanto dados naturais, mas como categorias políticas.

Se hoje é possível conceber o sexo, o gênero e a raça não enquanto imperativos ou destinos biológicos, mas como conceitos históricos e políticos, isso decorre de esforços coletivos que interligam longas distâncias territoriais e temporais. Nesse sentido, as diferentes mobilizações e lutas diante e contra o extermínio, a escravização, a subalternização, a patologização e a criminalização de populações, indivíduos e condutas, sejam através da formação de novas comunidades, redes, grupos e organizações, das insurgências populares, das disputas nos campos jurídico-científicas ou das contestações, ressignificação e/ou afirmações de determinadas identidades e modos de ser e se relacionar, representam a própria consistência histórica de tais esforços. E essa consistência histórica também é formada pelos contextos geo-políticos e pelos sistemas sociais dos quais essas lutas e mobilizações fizeram e fazem parte.

Este capítulo será uma tentativa de me aproximar, mesmo que muito superficialmente, desses contextos, sistemas, lutas e mobilizações que nos ajudam a pensar e compreender a construção política da sexualidade. Para isso, começarei debatendo sobre como o processo colonizatório das Américas, mantendo meu foco, sobretudo, no Brasil, criou as condições para a implantação, transformação e contínua reiteração de normatividades e naturalizações que definiram e que ainda definem vidas e corpos através do sexo, do gênero e da raça. No segundo momento, realizo um debate que aproxima o conceito de dispositivo da sexualidade (Foucault, 2011) às discussões sobre política e liberdade de Hannah Arendt (2007) e Judith Butler (2000 e 2012). Ao fim, adentro na discussão sobre como determinados esforços coletivos de diferentes sujeitos criaram estratégias de poder que tomam a sexualidade como ponto nodal.

3-1. Heranças Colonizatórias

Começemos pelo fato de que há pouco mais de quinhentos anos foi iniciado um processo que transformou radicalmente a vida humana e a biosfera do continente sul americano. A chegada

das nações europeias às Américas demarca o início de uma massiva empresa colonizatória que extinguiu culturas, dizimou e escravizou povos, ao mesmo tempo que impôs estruturas jurídicas, morais, religiosas e comerciais gerenciadas a partir dos interesses de nações além-mar. Os efeitos dessa empresa reverberam até hoje e seus efeitos também constituem aquilo que entre trancos e barrancos denominamos como Brasil e como povo brasileiro. Essa herança faz com que as atuais lutas culturais, sociais e políticas que aqui transcorrem ainda se defrontem, de maneiras diversas e contingentes, com problemas relativos à empresa colonial e aos seus desdobramentos. Feitas essas considerações, quero aqui debater uma possível intersecção entre colonialismo, deshumanização e categorias raciais, sexuais e de gênero.

O nome do livro “Devassos no Paraíso”, de João Silvério Trevisan, robusta obra sobre a história da sexualidade no Brasil, resgata e ressignifica o apelido que o historiador Abelardo Romero, ao apresentar o encontro entre grupos europeus e indígenas, atribuiu aos “silvícolas do Brasil” devido ao “pansexualismo ao mesmo tempo libidinoso e cândido” (ROMERO apud TREVISAN, 2000, p.64.) desses últimos. Ainda que as reações diante das complexas experiências “eróticas” e “sexuais” que fulguravam entre os povos nativos não tenham sido sempre as mesmas por parte das nações colonizadoras, mas sim oscilado entre o louvor à inocência e o pavor à monstruosidade (PARKER, 2009), prevaleceram as interpretações que viam-nas como afrontas aos preceitos cristãos de virtude da castidade, de vergonha diante a nudez, de interdição do incesto e de condenação do adultério, da poligamia e da sodomia³⁵. Mesmo a distinção da espécie humana entre homens e mulheres e os diferentes atributos que a caracterizavam (e recorrentemente ainda caracterizam) se viram desafiados diante da diversidade que vigorava entre esses povos; entre guaicurus existia o grupo de *cudinas* “homens castrados (...) que se vestem como mulheres e se entregam exclusivamente a ocupações femininas como: fiar, tecer, fabricar potes etc.” (MARTIUS apud TREVISAN, 2000, p.66.); entre botocudos “não havia homens e mulheres, mas sim homens-mulheres e mulheres-homens, pois sua própria constituição física não variava muito de um sexo para o outro” (AVÉ-LALLEMENT apud TREVISAN, 2000, p.66.); ademais, entre tupinambás, por exemplo:

[...] algumas índias (...) deixam todo o exercício de mulher e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e flechas e à caça. (GÂNDAVO apud TREVISAN, 2000, p.67.)

Ao mesmo tempo em que descrições como essas apresentam, ainda que através de lentes

³⁵ Essa, também nomeada como “pecado nefando”, era prática aberta entre diversos povos, sendo os tupinambás, tipinães e bororós apenas alguns exemplos (TREVISAN, 2000, p.65-66).

muito embaçadas, um pouco da vida social dos povos nativos, elas nos ajudam a compreender as formas de sujeição colocadas em jogo através da colonização. Recodificando relações complexas segundo seus próprios padrões, as nações europeias conclamaram para si o direito de converter e civilizar os povos que, segundo elas, viviam imersos no pecado e na barbárie. Foi assim que, através do genocídio, da escravização e da aculturação, tais nações apagaram parcialmente muito da originalidade e da diversidade dos povos desse continente.

Não é sem razão que hoje podemos perceber semelhanças entre a empresa colonizatória e o advento do racismo como projeto científico que nos séculos posteriores se consolidaria enquanto ideologia dos regimes totalitários. Ainda que as nações europeias não tenham agido especificamente sob a crença de sua pureza e superioridade racial, mas sim sob a premissa de levar as glórias da civilização e as palavras e salvação de Cristo (isso se ignoramos momentaneamente as óbvias razões econômicas que as trouxeram e mantiveram aqui), a inferiorização das populações nativas foi fundamental ao processo de domínio do continente. A compreensão de que os povos nativos viviam indiferenciados da natureza, em condições animais e pré-humanas, condizia com os interesses de apropriação territorial e de exploração econômica das Coroas. Indiferente e/ou ignorante à complexidade cultural, política, econômica presente no continente americano, a ação colonizatória criou colonizados/as e reduziu-os/as “a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados.” (LUGONES, 2014, p.64).

Junto à dominação dos povos nativos, temos também as não menos intensas e desastrosas violências a que foram submetidas as populações africanas capturadas e forçadas à escravidão nas Américas. Por certo, as estratégias de escravização, aculturação e de miscigenação, essa última entendida segundo Wedderburn (2007, p.204) como “política consciente de eugenia racial”, aplicadas a indígenas e africanos/as não foram idênticas e nem se mantiveram impermeáveis às diferentes contingências e contextos. Mesmo que aqui não tratemos a fundo dessas diferenças, o que quero salientar é que a sujeição e dominação dos povos nativos e a escravização africana foram dois dos pilares através dos quais a empresa colonizatória hierarquizou e condicionou uma concepção de humanidade. Meu foco aqui é apontar a relação entre a “exclusão e submissão dos segmentos raciais subalternizados” (WEDDERBURN, 2007, p.185³⁶) e a imposição de padrões sexuais-eróticos-afetivos dentro da empresa colonizatória. Nesse sentido, a filósofa feminista María Lugones explica:

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da

³⁶ WEDDERBURN, Carlos Moore. O Racismo Através da História: da antiguidade à modernidade, 2007. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00000672.pdf>> (Acesso em: 30/11/2016).

civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações (LUGONES, 2014, p.67)

Sabemos que a imposição dessas categorias se deu no lastro da dominação dos povos forçosamente catequisados para a religião e moral cristã e obrigados a tomar parte numa economia escravocrata voltada ao desenvolvimento das metrópoles europeias. Apesar das estratégias concretas próprias à colonização, não cabe considerar que essa foi uma empresa absolutamente coesa e minuciosamente planejada e muito menos que as hordas europeias eram bastiões de suas próprias categorias, padrões e normas. A luxúria, a subversão e o pecado eram, sobretudo, definidores da sociabilidade europeia, assim como as guerras, os conflitos e as discontinuidades marcam a ação colonizatória não só nos limites entre nações europeias, povos indígenas e populações africanas, mas nas relações entre uma nação e outra e mesmo nas relações internas do que por convenção definimos como uma única nação³⁷.

Nessa violenta instauração de modelos “de mundo”, onde determinados padrões sociais e políticos se alastraram pelo continente, amplas formas de regulação foram estabelecidas sobre as vidas humanas. A partir de tais processos, estruturou-se todo um controle no campo da sexualidade, do desejo e da corporalidade e seus marcadores. Assim, a própria esfera pública passou a ser organizada e reorganizada através da constante reiteração desses mesmos modelos.

3-2. O dispositivo da sexualidade na teia de relações humanas

Para pensarmos as transformações relativas à política da diversidade sexual e ao seu aparecimento público – discussão a qual não podemos nos furtar quando refletimos sobre os fenômenos das Paradas –, poderá ser valioso efetuarmos a retomada de alguns conceitos que atravessam nosso entendimento sobre política, para que seu sentido não se torne demasiadamente genérico. Retomando a compreensão de Hannah Arendt (2007, p.15) sobre a pluralidade enquanto

³⁷ É nesse sentido que Gaspar Barleu, em uma publicação de 1647 relativa à sua passagem pelo Brasil, transcreveu aquilo que diziam “os piores”; que “além da linha equatorial não se peca”. E essas falas certamente não advinham dos povos nativos, mas sim dos próprios holandeses que haviam fixado governo em Pernambuco e “deixaram as armas pelos prazeres, os negócios pelos ócios, maculando, de maneira vergonhosíssima, a boa fama de sua nação com a impiedade, os furtos, o peculato, os homicídios e a libidinagem.”. (BARLEU, 1974, p.36)

“condição de toda vida política”, a autora trabalha esse conceito segundo “o fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”. Hannah Arendt (2007) realiza essa explicação para abordar a condição da pluralidade dentro da atividade da ação, uma entre as três atividades que elenca como fundamentos para a condição humana na terra. Dessa tríade, o que por ora nos interessa são os conceitos de ação e discurso e o modo com que esses nos ajudam a pensar a política não como uma esfera ou como um campo determinado, mas como forma de relação.

De acordo com Arendt, “a pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença” (Ibid, 2007, p.188). Dessa forma, a ação e o discurso, ao se referirem ao mesmo tempo ao mundo em que transcorrem e ao(s) sujeito(s) que agem (e nesse sentido, o discurso é também uma forma de ação), fazem com que a pluralidade humana seja a “pluralidade de seres singulares” (Ibid, 2007, p.189). Isso se dá uma vez que ação e discurso, “mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente objetivo” (Ibid, 2007, p.195), revelam agentes em relação. E o espaço de revelação, ou seja, o espaço de aparecimento que se estabelece entre as pessoas é, em termos políticos, a esfera pública; o espaço onde as pessoas podem “mostrar quem são” para “revelar ativamente suas identidades pessoais e singulares” (ORTEGA, 2001, p.230).

Afirmando a política através do paradoxo entre pluralidade e singularidade, esquivamo-nos da conceituação de política como resignada ao aparato do Estado e às suas leis para compreendê-la enquanto teia de relações. A figura da teia comporta um emaranhado de narrativas que se conectam e estabelecem múltiplas vias, pontos de chegada e partida que são tanto móveis quanto podem sempre instaurar novas continuidades e desencadear processos inesperados. Pensarmos a ressonância dessa teia com as ações que condicionam a vida política não significa abandonar o debate sobre as instituições e sobre o Estado, mas pôr em cheque a sua própria objetividade para que possamos perceber como o Estado só existe enquanto produto de ações políticas; perceber, assim, os desencadeamentos singulares que estabelecem o mundo enquanto um artifício humano (ARENDR, 2007), múltiplo e constituído por vidas que agem entre si. Se então buscamos a interconexão entre política e sexualidade a partir da compreensão da ação e do discurso como princípios políticos por excelência, penso que isso nos coloca a tarefa de tentar perceber as maneiras como a sexualidade é acionada e reificada a partir de múltiplos pontos de vista; como é diferencialmente circunscrita em relações que engendram agentes humanos e não humanos, tensionando e estabilizando distintas experiências de mundo, reiterando limites e espaços existenciais que podem abrir caminho para a liberdade ou consolidar práticas de violência e exclusão.

Na sessão anterior, tentei demonstrar brevemente como a empresa colonizatória das nações europeias buscou, entre outros elementos, implantar formas de controle dos corpos e da

sexualidade. Assim, para remontar a histórica através da qual essas formas de controle foram tensionadas a partir dos esforços de sujeitos implicados em transformar as dinâmicas hegemônicas de poder, trarei alguns marcadores relativos à maneira pela qual o campo da sexualidade foi desdobrado dentro da ação e do pensamento político.

Depois de 200 anos arquivado, em 1978, veio a público um escrito de Jeremy Bentham no qual ele critica as Leis Inglesas que condenavam as práticas sodomitas com penas tão duras quanto o enforcamento. Escrito em 1785, o documento é um referencial que por vezes aparece ligado ao aparecimento dos movimentos pela diversidade sexual (MACHADO, 2007, p.47). Nele, Bentham questiona a “classe de ofensas” em que seriam enquadradas as ditas ‘irregularidades do apetite venéreo taxado de não natural’. A partir dessa indagação, afirma que não encontra justificativa para “a severidade com que têm sido tratadas contemporaneamente por todas as nações europeias”.³⁸

Descrevendo algumas das preocupações das autoridades da época sobre as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo, Bentham elenca e contrapõe os argumentos vigentes quanto aos perigos da sodomia. Para tal, realiza uma retomada histórica das relações “pederastas” na cultura greco-romana e compara a moralidade inglesa com a de outros países onde as restrições sobre o comportamento sexual não seriam, segundo ele, tão fortes quanto nos países da Europa. Colocando em xeque a racionalidade das leis de Estado que taxavam de não naturais relações que não se enquadravam nas prescrições reprodutivas, argumenta que, sob essas bases, o gosto humano pela música deveria ser considerado tão não natural quanto. Contudo, para Bentham, para o qual a soberania do moderno Estado nacional não seria outra coisa senão a soberania da lei, a qual, em última análise, significa a supremacia do princípio da utilidade³⁹, a defesa das práticas sodomitas vinha no lastro de suas preocupações políticas sobre como construir um Estado que pudesse servir à promoção da felicidade de seus súditos e súditas.

De modo distinto, quase um século depois, na Alemanha, Karl Ulrich voltaria a colocar a questão da sodomia. Na segunda metade do século XIX, Karl Ulrich não só publicou uma série de ensaios que buscavam explicar a dinâmica dos desejos sexuais, como assumiu que seu próprio desejo não ia de acordo com os padrões de normalidade da época. Como nos elucida Kantz (1996, p.62-63):

“Em 1862, na Alemanha, (...) o escritor Karl Heinrich Ulrich, começou a criar novos nomes sexuais e teorias defendendo o amor do homem que amava homens, o *Uranier* (ou *Urning*). O oposto do *Urning*, o homem de verdade (que amava mulheres), ele chamou de *Dionäer* (ou *Dioning*). Sua teoria mais tarde incluiu a *Urninde*, a mulher com um impulso amoroso masculino - sua expressão para a mulher com sentimentos masculinos -, isto é, a mulher

³⁸ Disponível em: <<<http://paganpressbooks.com/jpl/JB-ESSAY.HTM>>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

³⁹ Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/12_araujo.pdf>>. Acessado em 8 de maio de 2016.

que amava mulheres”⁴⁰.

Em protesto contra as leis anti-sodomia em ação na Alemanha, Karl buscou justificar, publicamente, o que, alguns anos depois de suas primeiras publicações, passou a ser compreendido pelo conceito de homossexualidade. É interessante salientar que sua iniciativa fala de esforços de transformar os regimes vigentes a partir da afirmação de seu próprio pertencimento a essas categorias que propõe. Ainda que nesse momento sua ênfase estivesse em estabelecer tais desejos ou inclinações enquanto aspectos inatos, abre-se o campo para que as categorias produzidas não só sanassem um imperativo biológico, mas também dessem margem para o estabelecimento de identidades políticas. Esse movimento que fez com que a homossexualidade surgisse enquanto identidade política não foi instantâneo, sendo que essa nomenclatura foi inicialmente talhada dentro do campo biomédico e colocada em contraposição ao conceito de heterossexualidade.

A palavra heterossexual, reunindo o prefixo “hetero” – traduzido como “diferente” – ao termo latino sexual – referente aos sexos – diz respeito à atração afetiva, erótica e sexual que alguém dedica a ambos os sexos. O comportamento heterossexual, ligado ao desejo tanto pelo sexo masculino quanto pelo sexo feminino, pode ser entendido como contrário às “normas eróticas e reprodutivas dos sexos” (KANTZ, 1996, p.32), sendo taxado por James G. Kiernan enquanto modalidade do desejo desviante e antinatural. Em 1892, num artigo publicado em um jornal de medicina da cidade de Chicago, Kiernan realizou esse magnífico deslize na tradução e interpretação do termo heterossexual que duas décadas antes havia sido utilizado pelo médico vienense Krafft-Ebbing. Ainda que não tenha surtido grande impacto na construção do conceito de heterossexualidade do começo do século, o engano de Kiernan remonta ao caráter inventivo das ciências, bem como à instabilidade daqueles conceitos que acabaram por se tornar hegemônicos.

Ao abordar o surgimento do conceito de heterossexualidade, Harry Oosterhuis liga suas primeiras aparições ao processo no qual “as considerações psiquiátricas sobre condutas sexuais desordeiras emergiram da preocupação forense com as características de pessoas ‘ofensoras da moral’”(OOSTERHUIS, 2012, p.134). A partir do século XIX, a inversão entre a lógica de que os comportamentos antinaturais resultavam em desordens mentais para a lógica de que os comportamentos antinaturais seriam um resultado de desordens mentais e desvios sexuais representa a mudança de um paradigma hegemônico dentro da psiquiatria. Assim, “o foco passou

⁴⁰ Ademais: “Segundo essa teoria, existia apenas um desejo sexual, concentrado no outro sexo. (Nos termos de hoje, havia apenas uma orientação sexual de sexo diferente, não dois desejos distintos, heterossexual e homossexual.) Dentro desse sistema conceitual, um Urning (homem) sentia um desejo erótico feminino por homens, uma Urninde (mulher) sentia uma atração masculina por mulheres. Em ambos os casos, um desejo por um sexo diferente era sentido por uma pessoa do sexo errado. Seu desejo era portanto contrário ao instinto sexual único e normativo. Ulrichs aceitou essa ideia de instinto único, mas argumentou que as emoções dos Urnings eram biologicamente inatas, portanto naturais para eles, e que por isso os seus atos não deveriam ser punidos por qualquer lei contra a fornicação antinatural.” (KANTZ, 1996, p.63)

dos atos imorais enquanto um desvio temporário da norma para uma inata condição de morbidez” (Ibid, p.134). Com a proliferação dos termos “inversão”, “homossexual” e “heterossexual” em torno de 1860, logo esses vieram a aparecer nas publicações médicas que se propunham a identificar e categorizar todo um conjunto de perversões. É nesse período que Krafft-Ebbing publica a primeira versão de *Psychopathia Sexualis*, obra onde os termos heterossexual e homossexual fazem suas primeiras aparições na literatura científica (KANTZ, 1996, p.33).

Mas sigamos um pouco além da questão terminológica; no liame entre os termos talvez possamos encontrar engenhosidades próprias à sua conjuração. Primeiro, consideremos que na classificação hetero-sexual e homo-sexual, presente em Kraft-Ebbing, o que encontramos não é a descoberta de aspectos outrora latentes que agiam inominados nem a nomeação de um desejo que já desde muito antes vigorava. O que se faz presente tanto no trabalho de Kraft-Ebbing – que em larga escala consiste numa coleção empírica de observações clínicas e estudos de caso – quanto de Alberto Moll – médico alemão que estabeleceu forte diálogo com Kraft-Ebbing entre o final do século XIX e começo do século XX – é uma série de deslocamentos; processos de reformulação no modo de pensar e na atitude diante da sexualidade humana (OOSTERHUIS, 2012).

Como destacam Kantz (1996) e Osterhuis (2012), na concepção de sexualidade por parte de Kraft-Ebbing e Moll encontramos deslocamentos de uma norma reprodutiva para uma dimensão relacional onde a sexualidade cada vez mais se volta ao prazer. Assim, encontramos também uma sexualidade compreendida enquanto uma contínua, compulsiva e irresistível força vital com que cada pessoa precisará entrar em termos. Esses e ainda outros deslocamentos que podemos considerar como marcadores das diferenças que vieram a operar no que Oosterhuis denomina de “conceito moderno da sexualidade” não são capazes de – por si sós – explicar a força com que determinados termos e determinadas formas de pensamento e ação galgaram espaço e, em larga escala, vieram a parecer naturais. É inclusive perceptível que, ao retornarmos para as teorias de Kaft-Ebbing e Moll, encontramos não formas estáticas e coesas, mas informações muitas vezes ambíguas e contraditórias. Nesse sentido, Oosterhuis empenha um instigante trabalho de tentar compreender não só os deslocamentos presentes nas teorias dos dois autores em relação a muito do que era até então publicado dentro da literatura médica, mas também analisa como as próprias categorias homossexual e heterossexual aparecem de forma distinta na continuidade de suas obras.

Segundo John Katz, que analisa as “implicações de uma heterossexualidade historicamente específica” (1996, p.29), e Oosterhuis (2012), que se dedica a pensar como tomou forma uma moderna concepção de sexualidade a partir dos trabalhos de Kraft-Ebbing e Albert Moll, podemos perceber semelhanças na importância atribuídas por esses dois autores aos modos como, desde um âmago de imprecisões, determinados conteúdos históricos cristalizaram-se. Oosterhuis apresenta uma pesquisa volta à explicação do conceito moderno de sexualidade, o qual não deve ser entendido

a partir de um enunciado preciso, mas através de transições que fixaram a sexualidade como uma dimensão de limites específicos. Kantz, dando conta de um amplo período histórico em vias de questionar alguns dos argumentos recorrentemente utilizados para afirmar uma heterossexualidade necessária, natural e inata, indaga as disputas através das quais o termo heterossexual reapareceu paulatinamente, atravessando diversas instituições até definir-se como norma essencializadora.

Creio que tanto esses fragmentos das pesquisas de Kantz e Hoosterhuis, quanto a referência à Ulrich, nos auxiliam a situar historicamente os processos que produziram a sexualidade enquanto um fenômeno através do qual sujeitos passaram não só a se reconhecer e a serem reconhecidos, mas como é através dela que uma série de práticas sociais e políticas são desenvolvidas. Dessa forma, vemos tanto a emergência de aparatos técnicos e científicos que tentam dar conta das sexualidades desviantes, como percebemos os movimentos de resistência aos discursos que não só constroem a sexualidade enquanto um espaço hierarquizado, mas buscam tratar, eliminar ou excluir aquilo que não se enquadra nos preceitos da norma.

É nesse sentido, ao advertir quanto à polivalência tática dos discursos, que Foucault nos auxilia a compreender a seguinte questão:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” efetivou “um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”. (FOUCAULT, 2011, p.112)

Compreendendo que a sexualidade tem sido, através dos últimos séculos, um ponto de concentração privilegiado para a realização da pergunta “Quem sou?” e “quem somos?”, começamos a perceber as operações daquilo que Foucault denominou de dispositivo da sexualidade. Utilizando tal conceito para se referir não só a uma rede heterogênea que engloba “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”, mas também a partir de uma noção que tem “função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1982, p.244), o filósofo francês trata do estabelecimento de uma série de práticas e procedimentos que regulam, normatizam e enquadram ao mesmo tempo em que produzem a sexualidade enquanto objeto de intervenção. Assim, o dispositivo aparece não como um conceito universal, mas como um modo de indagar a rede onde poder e saber se articulam na confecção de aparatos e, sobretudo, de controle e normalização. Nesse sentido, o conceito de dispositivo da sexualidade possibilita o mapeamento dessa rede que, através da sexualidade, incide sobre as correlações de poder a fim desenvolvê-las em determinada direção, “seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc.” (Ibid, 1982,

p.245).

É então por meio da preocupação com a sexualidade – de sua constituição enquanto “um domínio a conhecer” (FOUCAULT, 2010, p.108) e de sua objetificação entre as relações de poder e saber – que o sexo aparece como um dos domínios através do qual são constantemente definidos e redefinidos limites para a inteligibilidade humana. Em outras palavras, podemos dizer que por meio do sexo são estabelecidos parâmetros que simultaneamente abrigam e expulsam, que essencializam o campo da natureza humana através da forclusão de um campo tido como não natural. E isso não é dizer que há uma fronteira específica que tem seus limites fixados nesse ou naquele sexo, mas sim que o imperativo de reconhecer, de nos reconhecermos, de definir e de nos definirmos enquanto pertencentes a um dos polos da dicotomia sexual representam ações onde o sexo funciona como um ideal regulatório, assim como define a filósofa Judith Butler (2000). Quanto a essa compreensão, a autora propõe:

“[...] o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o "sexo" é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo.” (BUTLER, 2000, p.151)

E mesmo que Butler fale do sexo como esse construto ideal cuja materialização é imposta, ela também afirma que os corpos nunca se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta (Ibid, 2000, p.152). Assim, a produção dos corpos sexuais não é jamais finalizada, mas se dá sobre um ideal que é incessantemente fissurado e descontinuado. E, talvez, seja nessas fissuras e descontinuidades que possamos retomar aquilo que Foucault coloca quando diz que foi junto ao aparecimento daqueles discursos que intensificaram o controle na região das “perversidades” que pode surgir “um discurso de “reação” em que “a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade”, muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (FOUCAULT, 2011, p.112). Não somente no nível do discurso, mas através de atos e gestos que o sexo enquanto ideal regulatório foi e ainda é posto em questão.

Butler, outrossim, já enuncia que “para que a política se concretize, o corpo precisa aparecer” (BUTLER, 2012, p.8). Ou seja, é sobretudo por meio dos corpos que agem diante dos regimes de abjeção, cuja exclusão é imposta pelas tramas do poder, que realidades sociais e políticas podem ser refeitas. Essas realidades sociais e políticas se dão entre e através das pessoas,

tornando-se parte da teia de relações humanas, e configurando novos espaços para agir, para “sofrer e para mover, para engajar outros corpos, para negociar um ambiente do qual dependemos” (Ibid, 2012, p.12).

3-3. Através de *StoneWall*

“A primeira Bandeira do Arco-Íris foi desenvolvida em 1978 por Gilbert Baker, um artista de São Francisco, que criou-a em resposta ao pedido de um ativista local por um símbolo comunitário. Bakes desenvolveu a bandeira em oito tiras: rosa, vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, índigo e violeta. De acordo com Baker, as cores representam, respectivamente: sexualidade, vida, cura, sol, natureza, arte, harmonia e espírito. Baker pintou e costurou a primeira bandeira por si mesmo – no verdadeiro espírito de Betsy Ross.”^{41>>42}

Das oito cores da bandeira desenvolvida em 1978, apenas seis perduraram. A cor rosa, na década de 1970, ainda possui preço muito elevado para a produção em massa, logo, foi a primeira a cair. Já a cor índigo foi eliminada a partir de uma decisão do Comitê da Parada do Orgulho de São Francisco. O Comitê, intencionando realizar um ato de solidariedade à Harvey Milk, assassinado em 1978, durante a Parada de 1979, resolveu que seriam produzidas duas bandeiras com três cores cada. Assim, cada uma dessas bandeiras ocuparia um lado da rua durante a manifestação. É então nesse formato de seis cores que a bandeira alastrou-se para além das fronteiras da América do Norte e se tornou um símbolo global da diversidade sexual.

Em sua relativa juventude, a bandeira do arco-íris surge no lastro de intensas comoções políticas. O transcorrer do século XX acompanhou o aparecimento dos diversos grupos e segmentos que hoje são referência para os movimentos LGBTT. Para esse mosaico da história humana – que encontra paralelo num contexto em que as lutas feministas, raciais, anti-guerra e ecológicas também despontavam – são descritos marcos iniciais, pontos de partidas, contingências, desvios de percurso e rearticulações.

Os escritos de Jeremy Bentham, as publicações de Karl Ulrich, as primeiras associações na Alemanha do começo do século XX, o aparecimento de grupos homófilos nos Estados Unidos⁴³, a revolta de *Stonewall*, esses e ainda inúmeros outros eventos compõe a série de acontecimentos que hoje acionamos para descrever a história dos movimentos pela diversidade sexual. Na esteira das formulações científicas e atreladas ao fortalecimento das instituições jurídicas e dos sistemas de segurança desde os séculos anteriores, o estabelecimento da sexualidade enquanto ponto nodal para a organização social e política configura um complexo campo de disputas políticas sobre as vidas

⁴¹ Afirma-se que Betsy manufaturou a primeira bandeira americana.

⁴² Disponível em: <<http://www.crwflags.com/fotw/flags/qq-rb_h.html>>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

⁴³ Machado (2007, p.51) realiza uma listagem dessas organizações em sua dissertação de mestrado.

humanas.

Através de *StoneWall*, as histórias das associações de LGBTQTT se transformaram de forma decisiva e a quantidade de grupos organizados em prol da denúncia e enfrentamento da sociedade heterossexual e da reivindicação de direitos aumentou exponencialmente. Anos depois do ocorrido em 1969, a representação do arco-íris foi incorporada enquanto um símbolo não só de solidariedade diante do preconceito e da perseguição, mas também como uma forma de enaltecer a diversidade. E mesmo antes do arco-íris, o triângulo rosa⁴⁴ fora ressignificado enquanto símbolo de luta⁴⁵. Mas não foram somente os símbolos que se fortaleceram. Em seu lastro, todo um conjunto de práticas discursivas ligadas à luta política no campo da sexualidade também proliferou. E tais práticas não se alastraram sem delinear pontos de tensão e ruptura em meio a tramas que envolvem cidadania, sexo, prazer e liberdade.

Para descrever o ocorrido em *StoneWall*, utilizo como referência o documento que propõe sua tomada enquanto patrimônio histórico dos Estados Unidos⁴⁶:

O *Stonewall* era um bar localizado no número 51-53 da Christopher Street no Greenwich Village, bairro de Nova York. Como parte de um padrão de invasões e assédios a estabelecimentos gays, o bar foi invadido pela polícia de Nova York por volta de 1:30 da manhã de sábado de 28 de junho de 1969. A reação dos donos do bar e da multidão que lotavam as ruas (que incluía um diverso segmento da comunidade gay e outros moradores e visitantes da Vila de Greenwich) não foi a típica desse evento. Em vez de se dispersarem, a multidão se tornou crescentemente irritada, enquanto trabalhadores e proprietários eram presos. Logo, participantes começaram a vociferar, jogando moedas, latas de cerveja e outros objetos, forçando a polícia para os arredores do bar. Reforços foram chamados e, por várias horas a polícia tentou limpar as ruas enquanto a multidão revidava. Nas noites seguintes o levante continuou. Duas noites tranquilas seguiram-se antes do episódio final de luta que aconteceu entre a noite de quarta-feira e a manhã de terça – dias 2 e 3 de julho. Os eventos ocorreram no lado de fora do *Stonewall*, no Christopher Park (em frente ao bar), junto da Christopher Street entre a Seventh Avenue South e Freenwich Avenue, Sixth Avenue e West 10th Street. Em seu pico, a multidão agregou diversas pessoas de fora.

Ademais, para justificar o tombamento do *StoneWall* como patrimônio histórico, o documento traz a seguinte argumentação:

[...] *Stonewall* é considerada por muitos o evento mais importante que levou aos modernos

⁴⁴ Símbolo que, nos campos de concentração nazista, era marcado nos homens que mantinham relações homossexuais.

⁴⁵ O primeiro registro que encontrei de sua utilização enquanto símbolo de luta data de 1973. Disponível em: <<http://www.glbtcarchive.com/ssh/pink_triangle_S.pdf>>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.columbia.edu/cu/lweb/eresources/exhibitions/sw25/gifs/stonewall_national_historic_landmark_nomination.pdf>>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

movimentos de liberação de gays e lésbicas e a luta por direitos civis entre gays e lésbicas americanas. O levante de *Stonewall* foi, como a historiadora Lillian Faderman escreveu, “um tiro escutado através do mundo... crucial porque soou a largada/partida para o movimento (...) No tempo de *Stonewall*, nós tínhamos 50 ou 60 grupos no país. Um ano depois teriam pelo menos 150 grupos. Depois de dois anos eram 250 grupos. E esse foi o impacto de *StoneWall*”.

Mas será que esse “tiro” descrito por Lillian Faderman não nos remete a outras implicações; implicações que vão além do ocorrido naquela noite de junho?

Sabemos que *StoneWall* transcorre num momento em que fulguravam “transformações sociais nos Estados Unidos”, onde se faziam cada vez mais visíveis movimentos relacionados à libertação sexual, contra a guerra do Vietnã, de direitos civis de negras e negros e o movimento feminista⁴⁷. Ademais, *StoneWall* e seus desdobramentos “foram fruto de uma série de transformações sociais relacionadas em grande parte à Segunda Guerra Mundial e fermentadas pelo associativismo proporcionado pelos Movimentos Homófilos.” (MACHADO, 2007, p.35).

Como nos dizem Armstrong e Crage, num artigo publicado em 2005, na revista *Sociology Review*, nos Estados Unidos da década de 1960, ocorreram pelo menos outros quatro enfrentamentos, em São Francisco, Los Angeles e Nova York, em que transexuais, travestis, queers⁴⁸, gays e lésbicas lutaram contra a polícia. E mesmo que esses enfrentamentos tenham fomentado certa organização política, foi *StoneWall* que provocou mobilizações sem precedentes.

Tendo em vista que *StoneWall* não foi o primeiro enfrentamento às autoridades, torna-se ainda mais evidente a força das alianças que produziram o acontecimento enquanto símbolo de luta. Em Nova York, no dia 29 de junho de 1970, a primeira “Christopher Street Liberation Day march” percorreu um trajeto entre o bar de *StoneWall* e o Central Park. Subsequentemente, foram promovidas séries de eventos paralelos em diferentes cidades dos Estados Unidos e de outros países.

No movimento através do qual *StoneWall* tornou-se um símbolo de luta e resistência, também proliferaram estratégias mais ou menos específicas que passaram a organizar as formas de ação política voltadas ao campo da diversidade sexual. Entre essas temos a propagação dos discursos de orgulho ligados à estratégia de *coming out* ou saída do armário. Quanto a essa, Tirza Latimer⁴⁹ afirma que os discursos e as políticas que se orientam pela metáfora do armário tornaram-

⁴⁷Disponível em:<<http://www.columbia.edu/cu/lweb/eresources/exhibitions/sw25/gifs/stonewall_national_historic_landmark_nomination.pdf>>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

⁴⁸ A utilização do termo *queer* nas línguas anglófonas remete a experiência do estranho sob, muitas vezes, uma carga pejorativa. Em seus processos de resignificação, foi tomado como um termo capaz de expressar as experiências de pessoas que desviam das normas sexuais vigentes. Em meados de 1990, foi apropriado pelos Estudos Queer, para se remeter às formas de abjeção a que determinadas pessoas estão sujeitas.

⁴⁹ Disponível em:<<http://www.glbqtarchive.com/ssh/closet_S.pdf>>. Acessado em 8 de fevereiro de 2016.

se proeminentes após a revolta de *StoneWall*. Em consonância, Sagesse argumenta que “a literatura política que sucedeu o episódio de *StoneWall* parecia apontar diretamente para o problema, sugerindo a existência de um “armário” onde muitos homossexuais ainda se escondiam a fim de evitar represálias da sociedade” (SAGESSE, 2009, p.32).

Essa metáfora do armário diz respeito aos processos de reivindicação política que estabelece espaços de visibilidade, os quais foram potencializados a partir do marco histórico da revolta de 1969. É certo que *StoneWall*, sobretudo em 1969, representava um ato de reação à violência e a opressão. Ainda que essa dimensão de um ato de reação ainda esteja presente, é importante pontuar que a reedição e a permanência do evento o reconstruem não somente como reação, mas como demarcação social e política diante regimes de abjeção e exclusão.

Ainda que no Brasil a realização de eventos análogos às celebrações de *StoneWall* não tenha ocorrido de imediato, sua influência não tardou a chegar. Por certo, a ampliação e intensificação das disputas em torno da sexualidade e do gênero ecoaram em território nacional dando a ver que as ruas poderiam engajar muitos e muitas em nome da diversidade.

3-4. As Disputas pelo Público

No dia 4 de julho de 1976 a “União do Homossexual Brasileiro” convocou⁵⁰ um encontro público e a céu aberto no jardim do Museu de Arte Moderna de São Paulo. O encontro, tendo como mote os direitos de homossexuais, foi frustrado pela ação repressiva da polícia. Lá, oito camburões e setenta agentes do Departamento de Investigação Especial agiam para barrar o encontro. Ao constranger a atividade, a força repressiva do Estado teria agido sobre o preceito de que a organização e o agrupamento de homossexuais, por razões políticas, representavam uma ação subversiva e um desacato ao regime vigente (GREEN; QUINHALHA, 2014 p.11).

Na análise de Benjamin Cowan – apresentada no conjunto de ações proposta pela Comissão da Verdade⁵¹ – sobre as formas como a homossexualidade era tratada durante o regime ditatorial brasileiro, o pesquisador denuncia a preocupação das autoridades quanto a seu potencial de “dissolução moral que ameaçava a segurança nacional e até a segurança do ocidente inteiro”⁵².

⁵⁰ O convite do evento dizia o seguinte: “Dia do Homossexual. Na ocasião, além de nos confraternizarmos, teremos oportunidade de conhecer o perfil da luta em que nos empenhamos pelos direitos do homossexual brasileiro e por uma vida digna e respeitada. Vá e leve o seu caso. Se for poeta, leve a sua poesia. Se for músico (compositor) leve os seus trabalhos. Se for simpatizante, leve o seu sorriso e o seu abraço para um amigo desacompanhado. Viva a União do Homossexual Brasileiro. Por melhores oportunidades e igualdade de condições. Viva 4 de julho! Alegria. Amor. Respeito.” (GREEN; QUINHALHA, 2014 p.11)

⁵¹ Órgão criado pelo governo brasileiro para investigar violações de Direitos Humanos que ocorreram durante a ditadura militar.

⁵² Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/30-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-26-JULHO-1980.pdf>>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

Ainda que, diferentemente da situação em outros países, a homossexualidade não figurasse enquanto crime em território nacional desde 1830, a história do país é marcada pela criminalização e enquadramento das práticas não heterossexuais em tipificações como “vadiagem”, “atentado ao pudor” e “atentado à moral e os bons costumes”.

Dentre as investidas autoritárias do período ditatorial, o caso Richetti ganhou considerável notoriedade. Divulgado pelo *Lampião de Esquina*⁵³ como “Uma Guerra Santa em nome da família e da moral”, o caso representou um estopim nas ações repressivas da polícia dirigidas a, entre outras, homossexuais, lésbicas, prostitutas, travestis e pessoas negras. Em articulação com as campanhas de difamação que alguns dos grandes veículos de mídia realizavam através de matérias de teor higienista, o delegado Richetti iniciou uma sequência de batidas policiais – seguidas de apreensão, extorsão e tortura – em bairros em que predominavam a vida boemia e as vivências diante as quais a normatividade dispõe dos meios da violência para regular. Nessa ação policial, cerca de 1500 prisões arbitrárias foram realizadas (Conde, 2004, p.102), fazendo com que declarações sobre violência policial e violações dos Direitos Humanos viessem à tona. Numa conjunção de forças estabelecida para denunciar e resistir às perseguições, uma coalizão entre movimentos de lésbicas, homossexuais, feministas e da população negra promoveu – no dia 13 de junho 1980 - um ato público que buscava a exoneração de Richetti e o fim da truculência policial.

Ainda que sistematicamente os focos de violência dirigidos a essas populações tenham se modificado, arrefecendo em alguns aspectos e intensificando-se em outros, a história de violações de direitos, violência, tortura e discriminação perpetuam-se em diferentes formas. Com o abrandamento do regime ditatorial e com a redemocratização do país, as aparições públicas dos movimentos sociais foram muitas vezes realizadas através de parcerias com Estado. Mesmo que seja notória a ideologia repressiva e autoritária das forças policiais civis e militares na atualidade brasileira – quando enfrenta os eventos de massa, os levantes populacionais e os protestos das mais diversas alcunhas ou quando violenta sistematicamente populações marginalizadas e historicamente perseguidas - alguns setores e organizações conseguiram estabelecer relações brandas e em alguns casos amistosas com a administração pública. Hoje, determinadas manifestações públicas por direitos e reformas sociais transcorrem sem maiores embates com o aparato jurídico e com as forças policiais. Sendo essa uma conquista parcial das últimas décadas, não cabe esquecer que apenas algumas dessas formas de protesto e reivindicação são toleradas e que quanto mais essas ações insistem e criam estratégias de manutenção – como as ocupações urbanas e de estabelecimento públicos ou a manutenção de estados de greve e a paralisações de setores de interesse do Estado – os órgãos e agentes de segurança revelam com vivacidade a herança truculenta e autoritária. Em sua

⁵³Fonte disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=eABs9T6KhuY>. Acessado em 20 de fevereiro de 2016.

mutante complexidade, os aparatos de segurança do Estado – representado por diversos outros mecanismos além da polícia armada – ainda tensionam fortemente as tentativas de reestabelecer o caráter comum e democrático do espaço público.

O que ocorre é que, apesar das conquistas e transformações nas relações entre alguns setores dos movimentos sociais e Estado, a luta para que a defesa das cidadanias seja assegurada a nível estrutural do Estado ainda transcorre cotidianamente. Sendo essa uma das frentes da luta dos movimentos LGBTTT, um entre os vários momentos históricos que tornaram explícito essa empreitada foi a campanha realizada pela inclusão da “orientação sexual” no apanhado de discriminações estabelecidos para Constituinte de 1988. O insucesso dessa iniciativa nos provém não só de um analisador para compreendermos os processos históricos de invisibilização do debate sobre a diversidade sexual, mas também põe em jogo o diagrama de forças políticas que tem dominado a administração pública e usado de associações perversas para eclipsar a esfera pública por interesses arbitrários, moralismos machistas e fundamentalismos religiosos.

Já pontuei anteriormente que a esfera da política não se resume nem à criação de projetos e plataformas que proponham modificar a relação entre o aparelho do Estado e a sociedade nem à disputa partidarista. Considerando que recorrentemente a noção de política é acionada para falar sobre as disputas governamentais que envolvem o aparelho do Estado, cabe ressaltar que essa disputa representa apenas uma fração da esfera política produzida mediante a ação. É também para falarmos da política dentro da teia humana, sem cairmos numa definição estritamente jurídica ou que vise determinar um conteúdo político para as ações, que realizo essa baliza. Nesse sentido, à investigação histórica interessa muito mais as divergências, as ambiguidades e as contradições do que uma linha reta em busca de alguma coerência nos processos políticos. Pensando nas interações que reagem e criam novas formas de relações entre as pessoas, falar em política significa imergir-se em narrativas ramificadas.

Pensando agora nas disputas pelo espaço público que acompanharam o histórico de formação dos movimentos sociais sobre diversidade sexual – a transição para o regime democrático no Brasil trouxe mudanças fundamentais nas formas de articulação coletiva e nas possibilidades de resistir aos padrões normativos e socialmente reiterados. Certamente, o que ocorria no nível das organizações militantes foi tão relevante quanto a mudança macroestrutural do país; nesse sentido, a literatura sociológica que traça um histórico dos movimentos sociais sobre diversidade sexual possibilita que acompanhem um percurso mais ou menos coeso quanto alguns dos efeitos, mudanças e particularidades nas formas de organização militante e nas transformações do campo de ação política dos grupos ativistas nas últimas décadas.

Quanto às tramas históricas através das quais o tema da sexualidade capilarizou-se pelo interior dos movimentos sociais e passou a figurar nos processos de disputa governamental,

podemos elencar algumas das tensões através das quais esse processo vem sendo narrado. Uma dessas tensões refere-se ao dilema – o qual surgia de modo semelhante em relação a outras pautas como a discriminação étnico e racial, o feminismo e a questão ecológica - sobre se a sexualidade deveria permanecer num plano secundário diante o interesse supostamente maior da luta de classes ou se essa(s) frentes(s) poderia(m) ser encampadas sem que isso representasse uma perda de forças ou um recuo na luta.

No capítulo V do Livro *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan (2000, p.335-388⁵⁴), o autor propõe uma narrativa para o processo de associação de homossexuais e lésbicas nas décadas de 70 e 80 que afirmaram as sexualidades fora da norma heterossexual enquanto uma pauta relevante para a transformação da sociedade e para a renovação da política. Ao detalhar as complexas movimentações desse período, considero que Trevisan abre margens para debatermos: (1) o jogo de forças configurado através da afirmação homossexual e lésbica na esfera pública; (2) as nuances, disputas e antagonismos nos processos de organização e auto-organização dos primeiros anos da militância pela diversidade sexual no Brasil. Essas duas premissas nos ajudarão a compreender o campo de divergências, negociações e agenciamentos através do qual determinadas formas de ação política ascenderam à esfera pública numa luta contra a violenta arquitetura das relações de poder que a dominava e que hoje, segundo estratégias mais ou menos distintas, ainda encontra formas de perdurar.

Ao descrever os dilemas que o aparecimento de um novo associativismo - em suas palavras um “Poder Guei” inspirado no Gay Power e Black Power americanos - fazia eclodir no quadro político das organizações sindicais e partidárias na transição para a década de oitenta, Trevisan evidencia alguns dos jogos de forças que buscavam canalizar esse poder de modo a investi-lo na direção de uma “luta maior”. Afirmando que a premissa de parte dos nascentes grupos homossexuais incluía a “contestação ao poder como tal”, a consolidação de um “poder guei” parecia costear um perigoso abismo que arriscava fazer com que as insurgentes formas de ação política despencassem numa espiral de “consumismo capitalista” e numa submissão a “revolução do outro”. Citando uma frase de Fernando Gabeira na abertura do capítulo - “não se pode esperar setenta anos pra se ter um orgasmo, quando a esquerda fizer a revolução” -, Trevisan expõe o drama entre movimentos de liberação sexual e as correntes de esquerda que tratavam de confinar dentro da noção de “luta das minorias” as pautas que denunciavam as opressões e afirmassem modos de vida que extrapolavam os parâmetros e modelos clássicos de luta de classes. Assim, agentes centrados na ideologia da “luta maior” - vinculada à unificação da classe operária para o posterior desmantelamento do sistema capitalista - não raro agiam no sentido de suprimir ou controlar essas

⁵⁴ Nessa sessão, as citações que aparecerem sem referência se referem a esse capítulo do livro de Trevisan.

vozes ditas minoritárias. No ventre dessa disputa, processos de construção e desconstrução atingiam a natureza das formas de ação coletiva encenadas pela esquerda. Em meio a um contexto hostil, o modo como muitos dos partidos e organizações sindicais recebiam as pautas emergentes gerava, na percepção de Trevisan, uma sensação de orfandade; “éramos um bando de solitários, atacados pela direita e abastardados pela esquerda, tateando em busca de uma linguagem mais adequada às dimensões recém descobertas do nosso desejo”.

Como situação paradigmática para o aparecimento público do movimento homossexual, Trevisan descreve um debate realizado no dia 8 de fevereiro de 1979 em que o recém composto e ainda inominado grupo ao qual pertencia teve a oportunidade de “estrear” na semana de atividades dedicadas às “minorias” (população negra, feministas, homossexuais e indígenas) realizada na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Percebendo que no começo da discussão vigorava um impulso de “enquadrar o movimento guei na ótica da esquerda”, a seguinte fala teria sido proferida por parte de um ativista:

“Eu vou dizer agora o que metade desse auditório está sequiosa para ouvir. Vocês querem saber se o movimento guei é de esquerda, de direita ou de centro não é? Pois fiquem sabendo que os homossexuais estão conscientes de que para a direita constituem um atentado à moral e à estabilidade da família, base da sociedade. Para os esquerdistas... somos um resultado da decadência burguesa. Na verdade, o objetivo do movimento guei é a busca da felicidade e por isso é claro que nós vamos lutar pelas liberdades democráticas. Mas isso sem um engajamento específico, um alinhamento automático com grupos da chamada vanguarda.” (Lampião, 1979, décima edição).

Alvorçado logo de início, o debate seguiu numa disputa relativamente polarizada em que “de um lado estudantes e profissionais da esquerda universitária protestavam sua fidelidade ao dogma da luta de classe e ao carisma do proletariado” e “de outro nós reivindicávamos a originalidade de nossa discussão e independência de nossa análise, não abrangidas necessariamente pela luta de classe, mas nem por isso menos preocupadas com a transformação social”. Com um saldo primeiramente duvidoso, Trevisan caracteriza esse momento como um dos propulsores do grupo Somos⁵⁵ – nas palavras do jornal Lampião (1979, décima edição), é aí que o grupo Somos teria “saído da casca, com essa primeira oportunidade de vir a luz” - tanto no sentido de fortalecer aquele coletivo sem nome quanto de captar pessoas interessadas em compor o seu quadro de

⁵⁵ Sobre o nome do grupo, Passamani (2008, p.96) afirma: “O nome Somos, segundo James Green (2003), deve-se a uma homenagem à publicação da Frente de Liberação Homossexual Argentina, o primeiro grupo pelos direitos gays na América do Sul, que surgiu em Buenos Aires, em 1971... (p.50). O primeiro nome Ação pelos Direitos dos Homossexuais, na visão de alguns, desencorajava muitos militantes a participarem. Era muito audacioso. Assim, uma tentativa de agradar a todos foi Somos – Grupo de Afirmação Homossexual que em fevereiro de 1979 fez sua primeira manifestação pública no debate da USP.”

integrantes. Aqui, dois destaques importantes são as distintas caracterizações da primeira aparição pública do grupo Somos; sob o nome de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, Facchini (2005, p.95) a localiza na carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo enquanto Okita (2015) a descreve na participação do grupo na comemoração do Dia do Zumbi, promovida pelo Movimento Negro Unificado no dia 20 de novembro de 1979.

Ainda sobre esses primeiros anos de ativismo, Trevisan descreve três marcos que nos ajudam a pensar o campo de divergências que trama a história dos movimentos sociais pela diversidade sexual. Tais marcos visibilizam o jogo de forças relativo ao aparecimento público e nos dramas da ação coletiva, sendo esses: (1) as ações judiciais movidas contra Celso Cury e contra o Lampião através da Lei de Imprensa; (2) o protesto contra as batidas de Richetti; (3) a proposta de passeata pelo dia 1 de maio junto à Convergência Socialista⁵⁶. Através deles podemos compreender melhor a polarização dos discursos sobre a sexualidade enquanto uma reivindicação política e também denunciar a arbitrariedade e o poder de censura e de violação de direitos que demarcaram o regime ditatorial.

Em 5 de fevereiro de 1976 o jornal paulista Última Hora inaugurava a Coluna do Meio assinada por Celso Cury. “De cunho informativo, social e burlesco... uma particularidade, entretanto, tornava a Coluna um fato inusitado na história da imprensa brasileira: era dirigida aos homossexuais” (Lampião, 1978, número 0). Já em outubro do mesmo ano, o Ministério Público de São Paulo apresentava denúncia contra Cury utilizando do artigo 17 da Lei de Imprensa. No artigo 17, consta: “Ofender a moral e os bons costumes. Pena: detenção de três meses a um ano e multa de 1 a 20 salários mínimos da região” (Lampião, 1978, número 0). As palavras de acusação referiam-se à Coluna como um espaço onde o “homossexualismo é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo” (Lampião, 1978, número 0). De modo semelhante, o jornal Lampião de Esquina – primeiro veículo de imprensa voltado a gays, lésbicas e travestis a adquirir abrangência nacional – foi enquadrado, em agosto de 1978, no mesmo artigo pelos Ministérios da Justiça do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre as assertivas do inquérito, a equipe editorial do jornal fora descrita como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais” (Lampião, 1978, número 0). A recorrência histórica chega a ser caricata quando percebemos que justamente na Edição 0 do jornal Lampião a matéria de capa traz o caso Cury e conta com uma extensa argumentação sobre o caráter arbitrário da lei que usa da moral e dos bons costumes para difundir o autoritarismo de Estado. Ao fim, o desfecho dos inquéritos contra o Lampião e contra Celso Cury não resultaram em condenação, estabelecendo assim um “importante precedente jurídico para a defesa dos direitos homossexuais no país”. Conjuntamente, as

⁵⁶ Organização Trotskista brasileira parceira da Liga internacional dos trabalhadores – quarta internacional.

repercussões de ambos os casos geraram – além de um enxoval de ofensas e agressões verbais – muitas demonstrações de solidariedade enviadas ao jornal.

Outro momento agudo da perseguição das minorias foi a série de apreensões realizadas pelo Projeto Rondão, nome pelo qual ficou conhecida a operação policial de Richetti. Através de informações trazidas à tona por investigações realizadas no conjunto de ações da Comissão da Verdade, sabemos hoje que, em 1976, quatro antes do Projeto Rondão, Portarias como a citada abaixo demonstram como determinadas perseguições não eram nem mesmo veladas dentro dos órgãos de Estado. A Portaria 390 de 1976 do 4º Distrito Policial de São Paulo dizia:

“O objetivo desta equipe é syndicar todos os travestis que frequentam a área jurisdicional do 4º Distrito Policial para apuração de sua conduta. Sempre que possível, as sindicâncias serão ilustradas com a fotografia desses pervertidos em trajes femininos que estiverem usando na ocasião, para que os meritíssimos juízes possam avaliar a sua nocividade.”⁵⁷

Essa Portaria é provavelmente uma entre as diversas normativas institucionais que embasavam a ação repressiva do Estado durante o período ditatorial. O caso Richetti, então, representa mais uma entre o hall de façanhas autoritárias protagonizadas pela segurança pública. Como descreve Condi (2004, p.102):

“Na cidade de São Paulo-SP, o delegado José Wilson Richetti, entre final de maio e início de junho de 1980, deflagrou uma campanha de moralização da cidade, em que pretendia varrer dela “pederastas, maconheiros e prostitutas”, e, segundo Trevisan (2000) e Green (2000), realizou 1.500 prisões arbitrárias, muitas delas somente pelo simples fato de a pessoa não portar documentos oficiais, como carteiras de trabalho e da previdência social. O comportamento do delegado passou a ser tão acintoso, que os meios de comunicação e setores da sociedade ligados à defesa dos direitos humanos começaram a se insurgir contra os métodos aplicados.”

Em crescente repercussão, o caso chegou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual de São Paulo e mobilizou grupos de homossexuais, população negra e feministas para realizar uma entrevista coletiva de denúncia, entrar com representação judicial contra Richetti, realizar panfletagens na cidade e organizar um ato público. Quanto às propostas para a forma do ato, Trevisan relata que houve duas: uma de realizar uma passeata de protesto e outra que propunha “uma tomada festiva do centro da cidade, através de uma escola de samba e batucada”. Sobre essa última, relata que era movida pelo desejo de realizar um “protesto que fosse menos sisudo,

⁵⁷ Disponível em: <<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/perseguiçao-do-estado-e-desprezo-da-esquerda-prejudicaram-movimento-gay-9956.html>>> acessado em 11 de maio de 2016

condizendo com nosso direito de estar e paquerar na via pública”. Independente de qual seria a via mais efetiva, o que me parece interessante são justamente os argumentos utilizados para afirmar e refutar tais possibilidades e, nesse sentido, Trevisan (2000, p.358) denuncia que a crítica à proposta festiva era a de que a mesma tentava “folclorizar e diluir a seriedade política da passeata”. De qualquer modo, a alternativa pela passeata de protesto foi a que prevaleceu, impulsionando uma caminhada a qual “os transeuntes olhavam perplexos para aqueles beijos, abraços e desmunhecações”, cercados pelos gritos de: “A B X, LIBERTEM TRAVESTIS”; “LUTAR, VENCER, MAIS AMOR E MAIS PRAZER”.

Já o terceiro evento corresponde aos conflitos entre militantes lésbicas e homossexuais e militantes de esquerda. Sendo a relação com os movimentos proletários pautada desde o I Encontro Brasileiro de Homossexuais realizado em 1980, a perda por um voto (Okita, 2015) na votação em que fora definida a participação dos grupos nas atividades voltadas ao Dia do Trabalhador sinalizava a acirrada disputa que se avivava. Nas palavras de Trevisan (2000), essa votação define o momento mais crucial e mais revelador das divergências, sendo que a moção que propunha a participação a propunha de maneira “compulsória e irrestrita”. Quanto a isso, afirma que o argumento contra a moção compreendia que “um número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o Movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si” e “propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória dos grupos e sim uma decisão particular ou individual”. Independentemente do resultado dessa votação, houve a participação de gays e lésbicas do Somos junto à Convergência Socialista nas comemorações do dia 1 de maio daquele ano. Nesse sentido, Trevisan (2000) relata que as tensões eram resultado da influência de subgrupos dentro do Somos que buscavam orientar o movimento a fim de “dar-lhe um sentido proletário”. É interessante constatar que os relatos do acontecido ainda divergem, sendo que a reedição de 2015 do livro “Homossexualidade: Da opressão a libertação” de Hiro Okita – publicado pela primeira vez em 1981 – ainda ovaciona a participação do movimento e, sutilmente, ironiza a perspectiva de quem não concordava com a forma de coligação proposta. Em contrapartida, Trevisan afirma seu forte receio sobre o acontecido ao considerar que quem desfilou perante os sindicalistas estava “melancolicamente apresentando seu certificado de boa conduta e pedindo a benção da hierarquia proletária, como homossexuais bem comportados”. Junto a isso, ressalta, de forma lúgubre, que na prática “isso significou o início da domesticação do nascente movimento homossexual brasileiro, cujo discurso de originalidade ainda incipiente começava a ser sufocado antes mesmo de florescer” (TREVISAN, 2000, p.357). Ao fim, o incidente teve ainda outro desfecho em que um “grupo de bichas pejorativamente chamadas de anarquistas, surrealistas e reacionárias”, que divergia da aliança com a Convergência Socialista, realizaram um piquenique no Parque do Carmo em São Paulo onde acabaram “encontrando milhares de operários a usufruir do

dia de folga” (Ibid, p.332) e assim “operários e bichas” comemoraram o “direito à preguiça e à desobediência”.

Segundo Trevisan (2000), parte do Somos buscava a autogestão e contestava “tanto as lideranças quando a representatividade do tipo parlamentar”. Num movimento que buscava “tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade”, reativando aspectos esquecidos no relacionamento grupal, a militância realizada no grupo dava margem para a “fermentação de novas ideias sobre práxis política”. Contudo, tais perspectivas de atuação não eram as únicas, sendo também expressos sentimentos de decepção por parte de pessoas que percebiam no grupo uma “falta de objetividade e organização”. “Informe e inquieto”, Trevisan (2000) descreve o Somos como um campo experimental para a formação do ativismo pelas sexualidades dissidentes, preocupado “em não mais separar as esferas públicas e privadas, o crescimento da consciência individual e a transformação social” (Ibid, p340.). Esse mesmo processo experimental – não apenas no sentido vanguardista, mas como uma busca de libertação gradual e muitas vezes ingênua de preceitos e traumas de outrora – coexistia com os modelos clássicos de organização sindical e partidarista que adotavam formatos hierarquizados. Esteio de formas aparentemente incomuns de atuar coletivamente - considerando “trepadas como atos políticos” e, ao mesmo tempo, concebendo “uma sexualidade mais terna e menos genitalizada”-, o Somos também foi palco de disputas que tentaram constranger os processos políticos e realizar o “controle ideológico” através da instrumentalização das pautas do movimento para interesses alheios.

Não foi através de um discurso uniforme, mas sim numa negociação limiar entre concepções de mundo que os ativismos, primeiramente concentrados entre homossexual e lésbico, e que, hoje, abrangem bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais, estabeleceram-se no campo político. O aparecimento público dos movimentos pela diversidade sexual é demarcado também por fortes traços de machismo, classismo e misoginia que não são obra somente de agentes externos. A história do Somos de São Paulo, semelhante a história de diversas outras organizações homossexuais, foi palco de recorrentes cenas de silenciamento da pauta feminista, enquanto no jornal *Lampião de Esquina* vê-se tensões entre perspectivas que valorizam a diversidade e “valores racistas, classistas e machistas” (BRITO, 2016, p.108).

Se destacamos os casos de machismo dentro do Somos, podemos perceber a influência desses na segmentação de um coletivo lésbico-feminista dentro do próprio grupo. Esse veio, por fim, a desligar-se do Somos e consolidar a formação do GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista. Será então a partir da ação autônoma do grupo que em 19 de agosto de 1983 será organizado o protesto no Ferro's Bar em São Paulo, acontecimento que demarca o dia da visibilidade lésbica no Brasil.

Além do GALF, outros grupos militantes se organizaram a partir de dissidências e rupturas

dentro do Somos. Sobre essa proliferação, Facchini (2005, p.96) a relaciona a:

“um movimento que tinha sua dinâmica marcada pela multiplicação dos grupos por fissão e/ou a partir de atividades promovidas por grupos mais consolidados e pela necessidade de debater, e até mesmo brigar, entre si, para definir o modo específico de militância a cada um dos grupos”.

Nesse sentido, podemos citar a emergência do grupo Outra Coisa, o qual teria buscado levantar a “bandeira” da autonomia (FACCHINI, 2005, p.98) e até mesmo mantido alianças com dois outros grupos - Eros e Libertos - com objetivo de combater a hegemonia do Somos quando sobre esse recaem acusações de ligação com a Convergência Socialista. Essa tensão remonta a aquilo que diversas vezes reaparecerá na tentativa de compreender o processo de constituição do associativismo das últimas décadas, o binômio autonomia e institucionalização.

Tendo em vista a complexidade desse quadro histórico e as disputas que residem até hoje, é importante o cuidado para não recairmos num jogo de “valorização e desvalorização de estilos de militâncias” (Ibid, 2005, p.15). Minha intenção inicial com essa sessão foi, sobretudo, analisar algumas narrativas oferecidas sobre alguns registros históricos que demarcam como os movimentos pela diversidade sexual passaram a atuar publicamente e visibilizar argumentos e considerações sobre os primeiros momentos da militância no país. Nesse decurso, por entre intrincadas malhas de interesses e através de relações de poder que reinventam e produzem significado para as formas de ação, ergue-se um aparato discursivo que coloca em jogo o próprio sentido da política. Se para Arendt (2007, p.212) “é o poder que mantém a existência da esfera pública”, sendo sempre um potencial de poder e nunca uma entidade imutável, talvez possamos pensar que as transformações políticas operadas na década de 70 mudam a própria forma como essa esfera era até então concebida; uma mudança ao nível dos atos e discursos e das posições de quem enuncia e na forma como enuncia. Mudança que, diferentemente do que por vezes ouvimos, não se reverte na produção de indivíduos politizados ou conscientes (como se esses fossem atributos), mas que transforma as próprias condições de ação política na esfera pública.

A politização ocorrida nesse período se refere aos engajamentos coletivos em determinadas formas de ação e discurso – potencializando os processos de construção de cidadania e o enfrentamento à violência e discriminação – e não de um processo acabado. A sexualidade não se torna definitivamente política, uma vez que a política não é estrutura, mas forma de relação; com o aparecimento da diversidade ela remete, ao mesmo tempo, à pluralização e aos processos de cristalização de certas identidades legitimadas. Sem dúvida, o engajamento e a mobilização oriundas do fim da década de 70 não se restringem a soma de pertencimentos individuais. Muito

além, significaram a realização do que outrora era, se não impensável, altamente improvável; conjugaram novos espaços e novas formas de associação que reorganizaram a esfera pública e reivindicaram a cidadania e o poder de falar e agir dentro de um contexto violentamente sitiado.

A partir desses desdobramentos, ampliou-se o campo político para as disputas em torno da sexualidade e do gênero, de forma com que cada vez mais agentes viessem a se somar às lutas.

3-5. Breve apanhado histórico dos movimentos LGBTTT no Brasil

Regina Facchini (2005) propõe que o debate contemporâneo quanto aos movimentos sociais evoca um emaranhado de termos que se proliferaram através das múltiplas linhas de análise. Indica que no Brasil da década de 70 houve um boom literário das pesquisas sociológicas que tentavam dar sentido às atividades associativas e às ações coletivas. Catalisadas, até certo ponto, pelas emergentes teorias europeias sobre novos movimentos ou novos atores sociais, essas pesquisas colocaram em cena uma espécie de emulsão nas linhas interpretativas do conflito social. O regime ditatorial pós 64, a intensificação dos processos de urbanização desde a década de 50 e o estreitamento e rearranjo das relações comunitárias nacionais e internacionais teriam operado severas transformações nos modos de associativismo social e, por tal, resultado uma crise nos modelos de análise.

O impasse teórico para definir a etiologia dessas novas configurações associativas gerou então um contraste ou uma cisão (Facchini, 2005 p.59) no conceito de movimentos sociais. Dos deslocamentos que os movimentos feministas, ecológicos, da população negra e pela diversidade sexual realizaram na noção de movimentos populares, no sentido de abarcar novas alianças e – até certo ponto – abalarem a sintonia entre revolução e reforma, parece emergir uma renovada tensão entre as esferas da política e da cultura. Por vezes rechaçados dentro dos debates “de esquerda”, e acionando novas formas associativas alternativas às organizações partidárias e sindicais, que rupturas esses movimentos denotariam para o contexto político das últimas décadas?

Quanto à literatura que descreve o advento e trajetórias dos movimentos de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais no Brasil, essa apresenta certa coesão quanto ao momento sócio-político de sua aparição (Facchini, 2005 e Green, 2000). O que hoje nomeamos de movimento LGBTTT é primeiramente referido ao movimento homossexual. Num contexto em despontavam ainda outras lutas sociais, assume-se que há quase quatro décadas surgiam no Brasil os primeiros coletivos voltados à libertação sexual enquanto uma questão política e um direito.

Em algumas publicações, Facchini (2005/ 2011) define três “ondas” para falar da história do movimento LGBT no Brasil. A primeira onda se localizaria nalgum lugar entre 1978, quando começa a ser publicado o Jornal Lampião de Esquina, e 1979, quando é formado o grupo SOMOS -

Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo⁵⁸. Essas iniciativas caracterizavam-se pela participação majoritária de homens homossexuais escolarizados e pela compreensão da não heterossexualidade enquanto uma potência de transformação social em largo espectro. Enquanto exemplo desse caráter transformados, Facchini (2011, p.13) ressalta enunciados que vigoravam na época como "o movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!".

No começo dos anos 80, Somos e Lampião foram dissolvidos antes mesmo da explosão do HIV/AIDS no Brasil. Nos anos seguintes ao primeiro registro nacional de infecção – 1982 - o impacto da AIDS efetivou uma rearticulação nos movimentos homossexuais na tentativa de operacionalizar uma resposta ao aumento da violência direcionada a gays, lésbicas e travestis e à série de infecções e óbitos que atingiam a população. Nesse período, parte do movimento adotou como estratégia a refutação de estereótipos os quais passaram a ser remistificados pelas categorias de risco e pelo estigma do “câncer gay”. Junto a isso, transcorriam mudanças na forma de organização dos grupos, antes “comunitárias e autonomistas” para um modelo de “menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo” voltado a “uma ação mais pragmática” e a “a garantia dos direitos civis e ações contra discriminação e violência”. Conjuntamente, muitas organizações tornam-se “mais formais” deixam de exercer a “rotatividade de direção” em nome de “diretorias com cargos e funções definidas” (Ibid, 2011 p.14-15). Quanto a esse período, também foi significativa a manutenção de encontros nacionais entre movimento, mesmo que, por vezes, contando com poucas entidades participantes.

Com o término da ditadura e a reabertura democrática do país, as estratégias de enfrentamento e as formas de articulações dos movimentos sociais sofrem, então, uma mudança significativa. A saída do governo militar criou uma janela de oportunidade para estreitar, junto aos desdobramentos da epidemia de HIV/AIDS para as práticas de governo, as relações entre os movimentos sociais e Estado democrático. Para esse novo momento, novas dilemáticas começaram a se fazer presentes desde o campo de luta dos movimentos.

Nessa nova etapa dos movimentos, vê-se efetivar um aumento no número de grupos, principalmente aqueles voltados às lésbicas, travestis e transexuais. Da década de 90, é possível destacar (além desse aumento do número de organizações e de sua diversificação): a fundação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e Transexuais); a consolidação de leis anti-discriminatórias a nível de estados e municípios; o crescimento do nicho de mercado que desde

⁵⁸ Facchini (2005 p.93) afirma que a criação do SOMOS é representativa “não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante ou por ter se constituído enquanto uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades. O fato de que McRae e Trevisan tenham publicado materiais bastante detalhados sobre esses grupos, documentando suas atividades examinando seu ideário e os conflitos entre seus participantes, contribuiu para que o estilo de militância do Somos se tornasse um modelo, tanto para outras organizações como para pesquisadores do tema.”

a década de 80 já se formava em torno da homossexualidade; o aumento da representação midiática dos segmentos não heterossexuais; o “aumentou os recursos e infra-estrutura do movimento” (GREEN, 2000 p.292) subsidiado pelos governos estatais, federais e internacionais mediante, primeiramente, projetos de prevenção a DST/AIDS⁵⁹; a criação de políticas de governo que amparam a população LGBT; a realização das Paradas Livres ou Paradas do Orgulho LGBT em diversas cidades do país.

Nota-se um aumento dos coletivos interessados em tratar do tema de diversidade sexual e uma entrada significativa dos grupos que se propõem a discutir essa temática dentro das universidades - o que tem levado a proliferação de estudos e análises sobre a particularidade desses movimentos em diferentes regiões do país. Nesse sentido, muitos marcos históricos e conquistas dos movimentos LGTBTT tem sido sistematizado, tal como vemos no artigo “Questão LGBT em debate: sobre desafios e conquistas (2012)”. Nele, Mello, Freitas, Braz e Avellar realizam um mapeamento boa parte das iniciativas e políticas públicas voltadas à questão LGTBTT no âmbito do governo federal. São algumas dessas: implementação do programa Brasil sem Homofobia (2004); I e II conferências nacionais LGBT (2008⁶⁰ e 2011); divulgação do Plano Nacional de cidadania da população LGBT (2009); lançamento nacional do Programa de Direitos Humanos (2009); criação da Coordenação Geral de Promoção de Direitos LGBT (2009); Criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (2010); implantação do processo de transgenitalização pelo sistema único de saúde (2007); estabelecimento do Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011); reconhecimento da união civil para pessoas do mesmo sexo (2013); reconhecimento do nome social.

Ademais, é importante frisar que, além da ABGLT, uma série de outras organizações de âmbito nacional tem surgido nos últimos 25 anos. Nesse sentido, podemos citar a “ANTRA (Associação Brasileira de Transexuais), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY) e a Articulação Brasileira de Gays (Artgay)” (BRITO; MELLO; MAROJA, 2012, p.420-421). Além dessas também há “outras organizações representam segmentos LGBT ainda mais específicos, a partir de atributos identitários como raça/cor e idade, a exemplo da Rede Afro GLBT, o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candaces – BR) e a

⁵⁹ Nessa via, é interessante a citação de Rossi (2010, p.81) sobre como os novos projetos ajudam a financiar a infra-estrutura para momentos de articulação do movimento: “Como podemos observar, até 1995, haviam sido realizados sete encontros Brasileiros de Gays e Lésbicas – instância máxima de deliberação do Movimento LGBT – sem nenhum financiamento por parte do Estado. A partir de 1994, com a criação por parte do Governo da época do Programa AIDS I, os encontros do movimento LGBT passaram a contar com o financiamento do governo para subsidiar essas atividades; em contrapartida, o movimento deveria colocar na pauta desses encontros a temática de prevenção do HIV/AIDS”.

⁶⁰ Vale frisar que o termo LGBT se consolida na Conferência Nacional GLBT de 2008; primeira conferência governamental no mundo voltada à questão da diversidade sexual (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Rede E-Jovem” (Ibid, 2012, p.420-421). Atualmente, podemos também citar o Instituto Brasileiro de Trans Masculinidades, inaugurado em 2013, como uma rede que representa o ativismo dos homens trans.

Atualmente os movimentos LGBTT comportam uma complexidade cada vez maior de pautas e demandas, aliando pautas gerais, específicas e transversais. Sem dúvida, essa ampliação do ativismo a nível nacional é reflexo de articulações locais e específicas de sujeitos engajados em cotidianos de luta e mobilização.

4. Tramas Locais

Nesse capítulo debatarei as tramas locais relativas à diversidade sexual e de gênero, de forma a contextualizar o campo de ação política dos movimentos LGBTTT a nível local. Iniciarei com uma referência a grupos e indivíduos que através de suas vivências tensionaram padrões normativos, para então colocar em cena às primeiras associações voltadas a gays, lésbicas e travestis na cidade de Porto Alegre. A seguir realizarei um mapeamento do histórico das Paradas Livres, atendo-me aos desdobramentos relativos à perpetuação e amplificação do evento.

4-1. A Cidade em Movimento

No ano de 2014 e 2015, foram lançados dois livros particularmente interessantes que registram a história da diversidade sexual na cidade de Porto Alegre. São esses, respectivamente, “Coligay: Tricolor e de todas as cores”, de Leo Gerchmann (2014) e “Nega Lu: A dama da barba mal feita”, de José Cesar Teixeira (2015).

O primeiro livro conta a história de uma torcida de futebol organizada por homossexuais que, durante a década de 70 até o começo dos anos 80, frequentou os estádios da cidade. Em sua narração, o jornalista e autor do livro Léo Gerchmann vai desde a nomeação da torcida como Coligay, baseada na junção do nome da boate Coliseu e o termo gay, até o fim das incursões da mesma às arenas esportivas. Já o segundo livro resgata momentos da história de vida de Nega Lu, personalidade audaciosa e “ícone afetivo de sucessivas gerações” (TEIXEIRA, 2015, p.34), que nasceu em 1950 na cidade de Porto Alegre. Transitando por diversos ambientes da cidade, ligada aos movimentos da contracultura e com “um talento especial para se notabilizar”, Nega Lu é lembrada pelas inúmeras façanhas das quais sua vida foi expoente. Essas duas obras documentam experiências que tanto compõem as memórias da cidade quanto nos lembram o quão difícil é demarcar com exatidão a emergência de ações contestatórias no campo do gênero e da sexualidade.

Diante da formação da Coligay e da trajetória de vida de Nega Lu podemos perguntar: o que tais eventos significam para nossa racionalidade política? Será que devemos considerá-las como manifestações do gueto e, assim, não organizadas e/ou não engajadas?

Daniel Dulesko (2004, p. 38-39) propõe a distinção entre manifestações engajadas e não-engajadas, durante o histórico que realiza sobre as expressões e manifestações homossexuais públicas em Porto Alegre. O autor coloca as não-engajadas enquanto “espontâneas” e as engajadas como contendo “um objetivo específico”. Barroso, ao contextualizar o movimento homossexual na

cidade de Porto Alegre, faz referência à mesma distinção de Dulesko. Ao evocar essa distinção, Barroso afirma, em interlocução com o trabalho de Facchini, que “a emergência do movimento homossexual na capital gaúcha aparece pela ruptura ao caráter “não politizado” de manifestações - individuais ou coletivas - que o precederam” (BARROSO, 2007, p.232). Assim, retoma o discurso da saída do gueto, enunciado que ganhou força e se alastrou através das lutas pela libertação sexual nos Estados Unidos do fim da década de 60.

Creio que podemos repensar tal concepção de política e indagar sobre em que nos ancoramos para definir essa ruptura e o que se está denominando de não politizadas. A compreensão de que a politização se dá a partir do surgimento de algumas associações específicas, por mais que atribua legitimidade ao movimento, arrisca esquecer que a diversidade sexual já teve voz e aparição pública mesmo antes do surgimento dessas associações⁶¹. Como disse Nega Lu: “Eu sempre fui muito público... Eu escandalizava pelas ruas da cidade.” (TEIXEIRA, 2015, p.45). Com isso, não quero individualizar os termos da ação política e nem desconsiderar a importância de encampar um discurso enfaticamente político, apenas penso que incutir uma cisão entre engajamento e não-engajamento à compreensão de politização e despolitização pode dar margens para algumas dicotomias, como aquelas que reforçam que a política está necessariamente atrelada à reivindicação perante o Estado e suas instituições.

Na cidade de Porto Alegre, assim como em diversas outras, o chamado gueto e os espaços de “ferveção”⁶² foram cruciais para a criação de redes e formas de relação que tensionavam a norma heterocisgênera. Tais espaços⁶³ possibilitaram, entre muitas outras coisas, que a relação entre as pessoas fosse estabelecida sem reforçar a heterossexualidade enquanto uma premissa. E é certo que a habitação desses espaços não se resumia a vivências privadas, mas tensionava limites entre modos de vida. Também é certo que a esfera pública foi atingida e transformada por essas vivências, as quais estabeleceram as condições para que se alargasse nossa compreensão sobre o que é cidadania e política.

Sem dúvida, o tensionamento e a contestação das estruturas sociais construídas através da imposição da heterossexualidade precedem aos pontos de “ferveção” e mesmo àqueles que na nomenclatura dos movimentos sociais foram nomeados de guetos. Antes de demarcar algumas dessas formas, diretas ou indiretas, de contestação e tensionamento, quero trazer uma breve referência que servirá para apontar algumas particularidades locais no que tange à construção da

⁶¹ Pelo que me parece, tentar definir a emergência do movimento pelo aparecimento de uma associação específica nos conduz a uma compreensão institucionalista de política, mesmo que não falemos de associações registradas em cartório.

⁶² Agito, festa e pegação.

⁶³ Exemplos desses são a Esquina Maldita, a boate Flowers, o parque da Redenção, a Rua dos Andradas, etc. Dos materiais produzidos sobre esses espaços, destaco o documentário “Meu Tempo Não Parou”, produzido pela Ong Nuances: Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=NM41AB60nYg>>> Acessado em 22 de março de 2016.

norma heterossexual na cultura gaúcha.

Para debater as possíveis tensões entre a figura do gaúcho e a do homossexual, Guilherme Passamani (2008) fala dos processos de construção dessa identidade regional. Até o fim do século XIX, a figura do gaúcho era descrita como a de um “andarilho, errante, sem paradeiro, sem família, inclusive sem história, ou seja, era uma identidade plena de valores pejorativos para as elites sociais da época, norteados por uma ética cristã.” (PASSAMANI, 2008, p.63). Contudo, na passagem do século houve um processo de transformação da imagem do gaúcho marginal para a do gaúcho heroico. Sendo as informações sobre os primeiros gaudérios bastante esparsas, os registros existentes demonstram sujeitos de origem mestiça que eram ou incorporados aos processos produtivos ou serviam de “bucha-de-canhão” nas disputas bélicas do Rio da Prata, quando não acabavam sumariamente exterminados por rebeldia (Ibid, 2008, p.63). Para a sua transformação no personagem do gaúcho heroico, muitos dos traços das elites que os submetiam foram associados à nova figura. Segundo Padoin (1999, apud Ibid, 2008), “a identidade regional de nosso Estado é produto de uma elite intelectual comprometida com o latifúndio, com a pecuária, com os militares e o caudilhismo, a fim de criar esse elemento que unificasse a cultura rio-grandense”. Enquanto símbolo que exalta a virilidade e os traços reconhecidos socialmente como pertencentes ao homem, o gaúcho exponencia a masculinidade dentro da identidade regional. É nesse sentido que Passamani (2008, p.66), ao analisar a ocorrência da agressão, no ano de 2002, de um grupo tradicionalista ao Capitão Gay, o advogado José Carlos Cattaneo, afirma que “a heterossexualidade constrói-se com ares de sacralidade nestas terras sulinas”.

Mesmo num território marcado por tal sacralidade, encontramos, já no início do século vinte, relatos de existências que tensionavam os padrões vigentes na sociedade gaúcha. Barroso (2008), Dulesko (2004) e Trusz (2004) falam dos jovens “almofadinhas” da cidade de Porto Alegre. De acordo com a definição de Trusz, esses seriam:

“...rapazes elegantes de trejeitos afeminados que se reuniam em pequenos grupos em frente as confeitarias e cafés centrais, os pontos elegantes da cidade... Esse tipo social era encarnado por jovens rapazes que trajavam segundo a última moda de Paris, costumavam polir e esmaltar as unhas, usavam perfume e maquiagem, com direito a pó-de-arroz e rouge nas faces e lápis para o contorno dos olhos.” (Trusz, 2004, p. 12).

Distantes do conceito atual de homossexualidade, os almofadinhas se situam em um período denominado Bela Época⁶⁴. No artigo escrito por Trusz e publicado na edição de maio de 2004 do Jornal do Nuances, a autora faz uma breve exposição de suas investigações sobre esses “tipos

⁶⁴ A Bela Época se refere a uma espécie de apogeu do sonho positivista de desenvolvimento humano baseado no progresso da ciência e na modernização das cidades. Evidentemente trata-se de um conceito circunscrito a certos grupos e círculos.

sociais”. Em alerta a essas, as revistas *Máscara* e *Kodac*, em 1919 e 1920, respectivamente, publicaram reportagens denunciando os trejeitos efeminados dos almofadinhas. Representando uma ameaçadora epidemia à “pacata e modesta sociedade” Porto-Alegrense, os almofadinhas rondavam a nação como um “perigoso espécime de degenerado que desmoraliza o sexo com a sua ambiguidade de hábitos e aparência”. Proporcionando “o ridículo espetáculo de um cavalheiro a fazer o melindroso”, eles seriam bem recebidos nos círculos femininos, ao mesmo tempo em que estabeleceriam com as mulheres certo antagonismo. Nos termos das revistas, preocupavam-se “unicamente com a roupa e a fingir coisas duvidosas para enganar o animal bípede homem e o animal bípede mulher”. Tais elaborações sobre os almofadinhas encontram correlação nas concepções por muito tempo hegemônicas, e que ainda se sobressaem recorrentemente em discursos conservadores, que ligam a diversidade sexual ao “crime, à doença e à degeneração social” (POLITO; GREEN 2004, apud SILVA, 2014⁶⁵).

Ainda no que diz respeito aos almofadinhas, não parecem existir registros que narrem suas histórias: o que pensavam, desejavam, sentiam e propunham, a partir de sua própria voz. Felizmente, registros de vivências mais recentes, como alguns que já citamos anteriormente, vêm sendo coletadas e registradas localmente. No livro “Batalha pela Igualdade: a prostituição de travestis em Porto Alegre” (BOER, 1999, p.41-54), o qual reúne narrativas de diversas travestis na cidade de Porto Alegre, encontramos descrições de vivências que nos situam em um cenário urbano calcado na diferença. Nesse livro, foi registrada parte da história de vida de Cláudia Goulart. Natural da cidade de Cachoeira do Sul, Cláudia saiu de casa aos 15 anos afirmando que foi “aprender a vida sozinha da rua.”. Ao contar sobre sua participação no ciclo da prostituição da capital gaúcha a partir da década de 60, Cláudia relembra a dinâmica entre travestis, clientes, policiais e passantes no trajeto que ia, primeiramente, da praça da Alfandega à Praça XV de novembro e que com o passar dos anos estendeu-se pelo Bairro Independência até a Caixa d’água da rua 24 de Outubro. Descrevendo não só a hostilidade urbana e a violência e truculência policial, Cláudia fala também da união entre as travestis, da excitação que despertavam pelas ruas da cidade, do fluxo de “carros com a família” que, querendo saber mais sobre o que acontecia ali, “pagavam pra gente dar um minutinho de atenção”. Diante da Polícia dos Costumes que as perseguia, espancava e estuprava e prendia-as por tempo indeterminado na Ilha das Pedras Brancas, não foram poucas as travestis que utilizavam da estratégia de cortar a si mesmas para que as autoridades enfim as liberassem. Quando eram mantidas na 8ª Delegacia de Polícia, Cláudia e suas amigas se reuniam e faziam “um rancho e levávamos para aquelas que estavam presas”, pagavam “os carcereiros, dávamos dinheiro para eles, dávamos pacotes de cigarro para que eles deixassem a gente entrar para conversar”. Nesse sentido, sua história tantas vezes dura também conta dos laços de solidariedade de uma rede que resistia ao contexto hostil.

As falas de Claudia reverberam com as de Vivian, secretária da SALOS e apresentadora da

⁶⁵Disponível em: <<<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/864/3/Revista%20CSH3-%20texto1.pdf>>> acessado em 10 de janeiro de 16.

Parada Livre, que me contou em entrevista que, na época da ditadura, ser gay, bicha ou travesti em Porto Alegre era o “avesso do avesso”. Preocupada com algumas das desconstruções atuais, fala dos perigos de que o passado seja esquecido. Ela me fala: “elas apanharam, elas passaram por todas essas coisas que as bichas de hoje em dia não têm nem noção do que a gente passou.”

Certamente, Vivian sabe que a violência não é uma realidade superada. Contudo, ressalta que hoje as mortes são mais visíveis do que outrora; diz que, antes, essas mortes eram muito menos faladas. Nisso, relembra, assim como Cláudia, da Delegacia dos Costumes:

“Aqui em Porto Alegre existia uma delegacia que se chamava a Delegacia dos Costumes; lá as travestis eram levadas pra... ficavam o dia inteiro lá; trepavam, eram obrigadas muitas vezes pelos policiais. Limpavam a delegacia, faziam cafezinho; e aí, era muito interessante, a gente ficava lá o dia inteiro, só por ser gay. Detidas: detidas; saíamos da boate eu e várias outras... e as paredes dos nossos armários eram sempre transparentes... Aí o camburão parava e levavam as bichas, era uma coisa muito louca.”

É importante salientar que, na narrativa de Cláudia, apresentada por Boer, surgem diversas outras personagens marcantes na história da cidade. Uma entre elas é Luísa Felpuda, dona de uma casa de prostituição na rua Barros Cassal que recebia travestis e “bichas, que pagavam oitenta cruzeiros por quarto, para uma trepada mais segura e discreta” (Lampião de Esquina, 1980, edição 29). Assassinada junto a seu irmão, no dia 30 de abril de 1980, o ocorrido foi noticiado em uma reportagem de duas páginas no jornal Lampião de Esquina. Sobre o título de “*caça aos homossexuais*”, a reportagem destacou os argumentos utilizados para culpabilizar Luísa por sua própria morte. Nas palavras do advogado de defesa do homem que matou Luísa:

“Num caso desta natureza, será preciso saber quem era a vítima e quem é o autor. De um lado a vítima se constituía uma sacerdotisa que iniciava seus servidores na prática de aberrações sexuais. E não pense que o homossexual é um elemento delicado e avesso à violência. Ele pode aparentar docilidade, mas é violento. Basta citar a quantidade incrível de ocorrências envolvendo travestis, que se munem de facas, giletes, navalhas e são violentos até na hora da prisão. O seu Luiz Luzardo Corrêa, a “Luísa Felpuda”, é de domínio público que mantinha uma casa que era considerada um templo sagrado, onde depravação, corrupção e as aberrações sexuais eram permanente tônica dos relacionamentos. “Luísa Felpuda”, na sua vida depravada, deve ter arruinado a vida sexual de centenas de jovens, menores, cuja formação não era férrea. Portanto, quem semeia vento, colhe tempestade: aquele que, ao longo de vários anos, espargiu violências, corrupção, angústia, depravação, teve um fim trágico mas não surpreendente.”

Vemos um discurso que une jargões jurídicos e religiosos num discurso patologizante. Com seu parecer, o advogado ataca a memória de Luísa e procede segundo uma fórmula que não nos é estranha. Reforçando e incitando esse discurso, “a grande imprensa, o rádio e a Tv gaúchos (...),

tiveram um comportamento sensacionalista difamatório e profundamente lamentável”. Num cenário em que mesmo as mortes foram interpretadas de modo a acusar “travestis, pelo simples fato de serem travestis”, para tratar “homossexuais como criminosos potenciais, de altíssima periculosidade social, merecendo prisão e/ou tratamento psiquiátrico” e “exigir feroz repressão médico-policial”, a cruzada por normalidade promovida justamente por quem ocupava as posições de poder mostrou outra vez seu aspecto sanguinários e chamou-o de “purificação da sociedade” (Lampião de Esquina, 1980, edição 29).

Ainda que me pareça impreciso dizer que vivências como as de Claudia e Luísa, ou mesmo a existência dos almofadinhas, sejam experiências estritamente de um gueto, seu confronto com a estrutura vigente não foi o da disputa direta e explícita pela estrutura governamental e por espaços públicos de poder. Localmente, um evento considerado um dos marcos da entrada nessa disputa, a partir do questionamento da heterossexualidade, se deu em 1982, quando o candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores Zezinho assumiu como slogan de campanha a indagação “João ama Pedro, e daí?”. Em referência a uma publicação do Jornal do Nuances, Barroso (2007, p.234) salienta que “Zezinho representa a primeira tentativa de trazer para a esfera pública, em Porto Alegre, através de um partido político da “esquerda”, a questão da homossexualidade como uma questão e um movimento político”.

José Carlos Dias de Oliveira, Zezinho, participou nos movimentos estudantis desde pelo menos 1975 e integrava a tendência Democracia Socialista dentro do PT. Em sua candidatura para vereador da cidade, trouxe o debate da descriminalização da maconha e do aborto, da homossexualidade, do feminismo, da ecologia e da solidariedade internacional⁶⁶.

A militância de Zezinho, dando-se num contexto de reabertura democrática do País, remete-nos à convergência de diferentes vertentes de militância dentro dos partidos de esquerda. Sua candidatura ocorre dez anos antes do aparecimento da primeira associação militante voltada aos direitos sexuais em Porto Alegre⁶⁷. Mas antes ainda da fundação do Nuances, surge ainda outra associação que ocupou um papel relevante dentro da história dos movimentos. Trata-se do GAPARS⁶⁸.

Os primeiros casos de infecção por HIV no Brasil vieram a público em 1982. No começo desse mesmo ano, a doença havia sido denominada nos Estados Unidos de GRI (Gay-related

⁶⁶ Após seu falecimento, em 1992, foi gravado o minidocumentário onde constam essas informações: Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=-bzEgbMoErU>>> (acessado 18/02/2016)

⁶⁷ Existem algumas referências quanto à atuação de uma entidade chamada de Associação de Dignificação Homossexual em Porto Alegre durante a década de 80. Contudo, carecem fontes detalhadas.

⁶⁸ O primeiro GAPA é fundado na cidade de São Paulo, em 1985. Como afirmam Grangeiro, Silva e Teixeira (2009, p.4): “a partir dessa data, começaram a surgir, em diversos estados, grupos sociais com o objetivo de desenvolver atividades de intervenção na comunidade, produzir conhecimentos, defender direitos de grupos mais atingidos pela epidemia e realizar o controle social das políticas de saúde”. Disponível em: <<[http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29\(4\)115.pdf](http://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29(4)115.pdf)>> (acessado 18/02/2016).

Immunodeficiency ou Imunodeficiência Gay Adquirida), ainda que alguns meses depois a comunidade científica tenha se optado pelo nome AIDS (PELUCIO, 2009, p.133). Repercutindo através dos meios midiáticos antes de adquirir proporções amplas dentro do Brasil, foi sobretudo a percepção da “natureza das “vítimas” que dominou a atenção pública” (Daniel, 1989, p.34) sobre a doença durante o começo da década de 80. Por meio do conceito de “grupo de risco”, a AIDS permaneceu enquanto doença “do outro”; outro que correspondia principalmente a “homossexuais, usuários de drogas endovenosas, prostitutas e travestis” (SEFFNER, 1995, p.66).

Diante da letalidade da doença, que, de 1983 a 1987, teria causado pelo menos 88 mortes no estado do Rio Grande do Sul, e do estigma que se consolidava através dela, iniciativas e redes de solidariedade foram postas em ação. Tais iniciativas não raramente partiam de pessoas diretamente afetadas – diagnosticadas com HIV-AIDS ou próximas a outras pessoas infectadas -, as quais muitas vezes se deparavam com a hostilidade da comunidade hospitalar (SEFFNER, 1995). Tal recorrência é percebida quando investigamos a criação do primeiro GAPA na cidade de Porto Alegre.

Em depoimentos registrados na dissertação de mestrado de Fernando Seffner (1995, p.67), Gerson Winkler, o primeiro presidente do GAPA-RS, conta que a iniciativa de fundar o grupo surgiu durante uma discussão em que um médico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre se recusou a atender seu namorado devido à soropositividade. Em suas palavras:

"Nessa época, num período, ele esteve muito deprimido, e eu solicitei a presença de um psiquiatra, que não quis atender. E, na discussão, quando eu comecei a brigar com o cara, por que tu não vai atender, ele me disse: “Se tu tem tanta queixa, porque tu não monta um GAPA?” E eu olhei prá cara dele e falei: “pois é isto o que eu vou fazer mesmo, vou fundar um GAPA e vou te colocar na justiça ainda”. E, na verdade, o meu namorado morreu em 88, e 5 meses depois eu estava chamando todos os meus amigos, conhecidos e desconhecidos, pedindo pra cada amigo meu trazer mais dois amigos pra uma primeira reunião. E na verdade o meu sentimento maior era de fazer frente ao Clínicas, fazer frente àquela postura médica relacionada a AIDS, que era simplesmente como uma doença que não tinha cunho social. Na época os médicos eram muito homofóbicos, detestavam homossexuais, e isso ainda existe. Achavam assim `Ah, esses caras pegaram porque são homossexuais e dão a bunda mesmo'. Vinha toda aquela coisa, e diziam isso nas suas declarações, e o meu sentimento na época era de montar um grupo que fizesse frente a esta questão médica, que derrubasse esses caras, eu estava movido pela vingança." (Depoimento oral, 1992, em SEFFNER, 1995, p.67).

Em 1989 foi fundado o GAPA-RS. Inicialmente, as reuniões do GAPA foram sediadas tanto em casas de integrantes do grupo ou de pessoas amigas quanto em salas da Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social. Foram somente com alguns meses de atividade que a organização, ainda

em 1989, adquiriu sua primeira sala. Como ações do GAPA temos uma atividade pública no Parque da Redenção, a realização do I Simpósio Aberto Multissetorial sobre AIDS e o II Encontro Nacional de ONGs/AIDS. Ademais, Seffner também aponta que:

“a forte presença de travestis e prostitutas no recém criado GAPA/RS levou ao esboço de um primeiro movimento de organização: foram realizadas inúmeras reuniões de mulheres, visando à formação da Associação Gaúcha de Prostitutas - AGP, que acabou não se conseguindo legalizar, devido a problemas cartoriais e de representatividade. Esse desejo de auto-organização terminaria por frutificar mais adiante, em 1991, quando foi fundado o Núcleo de Estudos da Prostituição - NEP, dentro do GAPA/RS. As reivindicações de travestis e prostitutas iam muito além dos problemas relacionados à AIDS, dizendo respeito mais fortemente a questões ligadas à violência policial, segurança, assistência social e de saúde, o que obrigou a entidade a se envolver em reuniões com a Brigada Militar e outros órgãos, construindo uma posição de solidariedade junto a grupos tradicionalmente marginalizados” (SEFFNER, 1995, p.71-72).

Em 1991, o GAPA passa a ocupar um imóvel alugado pelo governo do Estado. A partir desse período houve um aumento da infraestrutura disponível para o grupo, através de parcerias com agências públicas, que veio acompanhado de um aumento do número de pessoas envolvidas - nos segmentos de voluntárias, usuárias e funcionárias - e da burocratização e institucionalização dos serviços (Ibid, 1995, p.73).

É nesse contexto de “inquietações mundiais e nacionais relacionadas ao controle e à prevenção ao vírus HIV” que “ativistas auto-identificados como homossexuais” tomaram a iniciativa de formar um grupo separado que rompesse com o “imbricamento necessário entre homossexualidade e AIDS” (Barroso, 2007, p.233-234). Tais ativistas, atuando também no movimento estudantil e em partidos políticos, sobretudo no Partido dos Trabalhadores, criaram o grupo Nuances. Quando à criação do grupo, a matéria de Débora Fogliatto de 20 de novembro de 2013 no Jornal Sul21⁶⁹ afirma:

“(...) durante uma palestra do GAPA/RS (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), em 1991, Célio Golin, na época estudante de pós-graduação da Escola de Educação Física da UFRGS, conheceu Glademir Lorensi, aluno de Biologia. Segundo relato de Célio, os dois conversaram e Glade – como é chamado carinhosamente pelo amigo – contou que havia participado do Encontro Brasileiro de Homossexuais em Recife, e os dois falaram sobre a possibilidade de criar um grupo para discutir questões ligadas à homossexualidade.”

⁶⁹Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/22-anos-de-nuances-exposicao-retrata-historia-de-luta-por-direitos-grupo-lgbt>>. Acessado em 17 de fevereiro de 2016.

Sendo primeiramente denominado de Movimento Homossexual Gaúcho, o nome do grupo logo veio a ser modificado para Nuances. Seu surgimento advém, sobretudo, de uma articulação entre moradores da casa de estudante e ativistas do GAPA. Para seu estabelecimento, o grupo de militantes passou a realizar reuniões periódicas numa sala concedida pelo GAPA-RS.

O surgimento do Nuances foi marcado por tensões entre aquilo que seriam modelos de atuação “assistencialista” e “terapêutica” (BARROSO, 2007, p.235) e modelos centrados na disputa política relacionada à cidadania e aos direitos humanos. Esse segundo modelo foi o que se destacou dentro do grupo, de forma que um dos coordenadores do grupo na época relata:

“Então começamos a estruturar o grupo e fomos vendo que existia esta questão dos direitos humanos que era muito forte. Como a questão da violência, a discriminação. E começamos a nos articular politicamente, com setores de esquerda, tentando fazer intervenções perante o Estado, com outras ONGs, outros movimentos sociais. (...) Então fomos definindo um perfil, uma forma de discussão elementar da nossa independência política, independente do Estado, independente do partido político” (Ibid, 2007, p.235).

Entre tensões quanto aos modelos de grupo voltados à assistência ou à reivindicação cidadã e quanto à desvinculação da homossexualidade da epidemia de HIV-AIDS, o Nuances começava sua militância. Nessa trajetória, um ponto de relativa controversa durante os primeiros anos do grupo foi o de registrá-lo ou não enquanto ONG. Através de discussões dentro do Nuances, fortemente ancoradas na questão de independência e autonomia dos movimentos sociais, eram reconhecidos alguns dos dilemas de adequar-se à estrutura de ONG. Tanto que Célio Golin, militante do grupo, elenca-os em uma entrevista concedida à Dulesko (2004, p.51):

“A gente é uma ONG sem fins lucrativos que tem como proposta lutar pelos direitos desta parcela da população, ou seja, gays, lésbicas, travestis, transexuais. Até 1993, nós começamos em 1991, não éramos registrados como entidade, tinha mais liberdade porque na medida que a gente registrou a entidade tivemos que seguir algumas burocracias, e a gente registrou justamente pela necessidade de ter dinheiro para montar uma entidade que tenha estrutura. E sem registro fica muito difícil conseguir alguma coisa, inclusive financiamentos através de projetos.”⁷⁰

Atuando em escalas regionais e nacionais, em pouco tempo o Nuances começou a ser

⁷⁰ A partir desse enunciado, podemos relembrar a ideia de onguização tal como colocam Carrara e Ramos (2006): “Entre outros aspectos, o que caracteriza esse processo é a valorização da competência técnica (em oposição à ideia de “representatividade”); a profissionalização e a especialização da militância; a tendência à diversificação e à multiplicação; o diálogo com experiências internacionais; a busca de autonomia em relação ao Estado, combinada com a disputa por recursos para a manutenção de estruturas que tendem a incluir sedes, equipamentos e funcionários (FERNANDES, 1988; ALVAREZ, 2000; FACCHINI, 2005).”

reconhecido por suas ações públicas e por seu viés contestatório e crítico quanto ao movimento homossexual brasileiro (Dulesko, 2004, p.106). Nesse aspecto, foi marcante o momento em que o grupo questionou a criação da ABGLT, por estar sendo formada uma entidade com um estatuto que permitisse o envolvimento direto com atividades de prevenção à Aids (FACCHINI, 2005, p.126).

A visão crítica em relação à ABGLT continua viva no grupo, tal como podemos perceber pela fala de Bruno, em que ele me conta dos primeiros anos de sua militância no Nuances. Com vigor, me diz que:

“a ABGLT é incrível. A ABGLT é um instrumento assim, de muita promoção pessoal, de muita vaidade. Por exemplo, a AGLBT que é uma associação nacional nunca construiu um instrumento de comunicação para estabelecer, opinar politicamente sobre os temas centrais da sociedade. Para ter uma relação política com a própria população específica e com o resto da sociedade.”

Quanto à atuação local do Nuances, o grupo adquiriu notoriedade pelas iniciativas de mobilização urbana – realização de protestos, panfletagem e manifestações -, pela execução de projetos em parceria com agências públicas e por suas reivindicações junto ao executivo, legislativo e judiciário. Quanto a esse último, Barroso (2007, p.235) destaca:

“A atuação do Nuances no campo legislativo resultou na alteração do artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre(...) e também na extensão, para homossexuais, lésbicas e travestis, de benefícios previdenciários já garantidos aos homossexuais. Em diferentes documentos publicados pelo grupo, o Nuances reconhece esta como “a maior conquista do movimento homossexual no Brasil”. Outra iniciativa neste sentido foi a proposição, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, de um conjunto de preceitos que resultou em lei que alterou a Constituição Estadual e dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual”.

Sendo o Nuances uma das únicas associações que encampava a militância pela diversidade sexual até quase o fim da década de 90, em 1999 é formalizada a fundação do grupo Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul. Sobre esse, Robalo (2014, p.57) nos conta:

“O grupo Igualdade-RS surge da necessidade de enfrentamento das questões voltadas à comunidade trans. Segundo relatos da presidente Marcelly Malta, o grupo teve seu início em reuniões do GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/RS), por volta de 1998, quando foi formado um grupo de debates com o enfoque nas questões do HIV/AIDS. Assim, a

coordenadora do grupo, Marcelly, percebeu uma grande aderência de pessoas trans, tanto nas discussões como na necessidade de ajuda. Assim, propôs que, dentro do GAPA, fosse criado um núcleo de travestis e transexuais, para que pudessem discutir assuntos voltados à realidade específica das pessoas trans. Dessa forma, foram iniciadas as atividades voltadas às questões trans no estado, que ainda não haviam sido debatidas por nenhum outro grupo.”

Nos anos que se seguem, novas associações são fundadas e passam a encampar a luta pela diversidade sexual de diferentes formas. Nos registros levantados para a presente pesquisa, os grupos que mais apareceram foram Nuances, Igualdade, Somos e Liga Brasileira de Lésbicas. Vê-se, assim, a visibilidade alcançada por esses, ainda que não se ignore a presença e atuação de diversos outros.

Nas narrativas produzidas, sobretudo em âmbito acadêmico, o foco para as discussões sobre os movimentos pela diversidade sexual em Porto Alegre tem se dado sobre a atuação desses grupos: sobre as dinâmicas internas, os projetos e as conquistas na esfera da cidadania, as relações com agências públicas e os antagonismos intra e extra movimento. Essa última ênfase tem a ver, justamente, com o fato de que a criação de novas associações se deu em meio a disputas sobre os diferentes projetos políticos e formas de militância que coexistem dentro do próprio movimento. Nesse sentido, Guilherme Passamani (2008, p.113) nos traz uma descrição do grupo Somos que já sinaliza tais disputas:

“Somos – Comunicação Saúde e Sexualidade foi fundado no ano 2001, na cidade de Porto Alegre e possui nome homônimo (...) O Grupo Somos é mais um dos grupos homossexuais que nasce de militantes das esquerdas, nomeadamente de partidos como o PT, e este grupo possui a peculiaridade de desde sua fundação tentar ser uma alternativa à política militante do Grupo Nuances. Segundo meu informante, sua entrada no Somos em 2002 relaciona-se com esta proposta: “(...) eu não sentia que tinha espaço no Nuances, então eu me aliei, com meu companheiro da época, a gente começou a achar que era importante militar, e o Somos tava surgindo como uma coisa nova de construir mais com novos perfis e a gente começou a militar no Somos”.

Antes ainda da criação do grupo Somos, mas provavelmente depois da fundação da Igualdade, havia outro grupo na cidade sobre o qual carecemos de informações mais detalhadas. Trata-se do grupo LEGAU – Lésbicas Gaúchas. Esse também tivera como um ponto de baliza o grupo do Nuances, uma vez que, como Carla, militante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), contou-me em entrevista, algumas das integrantes da LEGAU integravam também do Nuances. Nesse sentido vale ressaltar que, como documentado por Anjos (1999), dentro do próprio Nuances fora constituído um grupo lésbico. E essa constituição se deu, em boa parte, devido à indiferença

dos homens do grupo diante de questões trazidas pelas mulheres. Vêm-se, assim, as hierarquias que se estabelecem no interior dos movimentos. Tanto que uma ex-integrante do grupo relata, para Anjos (1999, p.167):

“Sabe um desinteresse... Estávamos lá no grupo (...). Assim, sempre houve um descaso pelas coisas que a gente tinha vontade de fazer porque elas não eram eminentemente políticas. Do ponto de vista deles não valia a pena fazer esse tipo de coisa. Nunca nos diziam não, mas também não moviam uma palha...”

Nesse mesmo sentido, quando, durante o período de realização do trabalho de campo para a presente pesquisa, conversei com Carla, militante da LBL, sobre o começo de seu percurso militante, ela me remete à importância do momento em que as militantes criaram suas próprias associações e a encarar as disputas que despontavam dentro do movimento lésbico. Adquirindo relativa autonomia em relação aos homens, Carla fala das escolhas que fez dentro do movimento lésbico e de como essas escolhas por vezes geraram conflito. Sobre esse momento, me informa:

“a gente tinha uma organização aqui, a LEGAU, lésbicas gaúchas. Era eu, Laura e Evelyn Lopes (...). Daí eu militei com as gurias na LEGAU até 2003. Então a LEGAU deve ter sido por 2000 (...) Era uma organização só nossa, a ideia era uma organização só de mulheres. As gurias projetaram aqui a ideia de uma organização nacional. Daí que surge a Liga Brasileira de Lésbicas, a primeira no Brasil”

Esses eventos que representam o surgimento de grupos organizados em prol da questão LGBTTT foram os catalizadores de um significativo fortalecimento da militância pela diversidade sexual em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, sobretudo nos anos noventa e durante a primeira década dos anos 2000. Não só foram criados novos grupos e associações, mas ampliaram-se as conquistas e a influência política dos grupos já existentes. Junto a isso, muitas tensões internas se intensificaram e a complexificação do movimento LGBTTT local levou a novas conflituosas e disputas. Nesse lastro, foi iniciada a realização de Paradas Livres na cidade de Porto Alegre que atualmente está em sua décima nona edição, tendo inspirado ações análogas em todo o estado. Através desse cenário político efervescente, abre-se o caminho para os eventos de mobilização urbana que descreverei a seguir.

4-2. Mapeamento Histórico

A Parada Livre é um movimento de ocupação das ruas e da cidade que coloca em questão a própria esfera pública. Agenciando signos de luta e de festa, de prazer e indignação, as Paradas

adquiriram, ao longo das últimas duas décadas, uma dimensão outrora surpreendente. Desde suas primeiras realizações em território nacional ao final da década de 90, as Paradas vieram a representar um dos maiores eventos de mobilização urbana do estado. Desse modo, impõe questões fundamentais não só para os movimentos pela diversidade sexual, mas para o conjunto de nossas formas de organização social e política. Que significados entram em jogo ao ocuparmos as ruas para reivindicar a ‘livre’ expressão da sexualidade? Como e porque as Paradas foram e seguem sendo produzidas? Como sua produção configura e reconfigura um espaço para a diversidade? Quais corpos que ocupam este espaço? De que formas lhes é permitido, incitado ou impedido circular? Como se reúnem e celebram; unem-se e dispersam?

Nessa sessão abordarei algumas dessas questões, através da realização de um mapeamento histórico das Paradas Livres. Sendo realizadas desde 1997, as Paradas seguiram a sequência de datas e temas apresentadas na tabela a seguir:

Data de realização:	Tema da Edição:
1ª Parada Livre - 29/06/97	18 de junho, uma data que nos dá orgulho
2ª Parada Livre - 28/06/98	*
3ª Parada Livre - 04/07/99	Direitos Iguais para Todos
4ª Parada Livre - 25/06/00	500 anos de 4
5ª Parada Livre - 24/06/01	*
6ª Parada Livre - 23/06/02	Para exercer é preciso conquistar
7ª Parada Livre - 29/06/03	Todas iguais Todos diferentes
8ª Parada Livre - 04/07/04	*
9ª Parada Livre - 05/06/05	*
10ª Parada Livre - 17/09/06	É dando que se recebe
11ª Parada Livre - 11/11/07	*
12ª Parada Livre - 16/11/08	Cultive seus Direitos
13ª Parada Livre - 25/10/09	Direitos SIM, Violência Não
14ª Parada Livre - 18/11/10	A sexualidade tem todas as cores
15ª Parada Livre - 23/10/11	Derrubando cercas, ampliando territórios
16ª Parada Livre - 25/11/12	Liberdade e prazer, goze este direito
17ª Parada Livre - 17/11/13	Ajoelha e reza! Liberta-te do preconceito
18ª Parada Livre - 23/11/14	Todo corpo é político
19ª Parada Livre - 08/11/15	Lesbitransviadagem: Frente contra o retrocesso

* Temática não encontra dentre os dados levantados

Para realizar esse mapeamento, começarei falando de cada uma das primeiras oito edições

do evento separadamente. A partir de da nona edição, agruparei as Paradas que ocorram entre 2005 e 2007 e, por fim, agruparei as que ocorreram de 2008 até 2014. A razão da separação inicial é que as informações referentes às primeiras Paradas Livres estão disponíveis de forma organizadas nas diversas edições do Jornal do Nuances. Através dos jornais, que contaram com publicações bi ou trimestrais de 1998 até 2005, militantes produziram registros sobre as Paradas Livres em momentos que outras mídias pouco falavam delas e em que menos entidades envolviam-se em seu processo de produção. Em contrapartida, depois que o jornal deixa de circular⁷¹, não há outra mídia que consiga sistematizar registros sobre as Paradas Livres de forma tão detalhada, tornando-os dispersos e muito mais difíceis de reagrupar.

O agrupamento da nona, décima e décima primeira edição tem a ver com a cisão⁷² que fez com que além da Parada Livre também passasse a ocorrer a Parada LGBT. Ao reuni-las busco tratar mais enfaticamente das tensões que tomaram a cena do que do que transcorreu em cada uma das edições do evento. Ao fim, realizo uma abordagem mais geral voltada aos anos pós-ruptura, pontuando algumas das tensões e alianças que transcorreram entre a décima segunda e a décima oitava Parada Livre.

Ademais, é importante frisar que no mapeamento não tratei somente do que ocorreu nas Parada Livres, mas tentarei estabelecer conexões entre a construção das Paradas e o contexto de ação dos movimentos sociais LGBTTs.

1ª Parada Livre

Mesmo antes de 1997, os e as integrantes do Nuances almejavam a possibilidade de realizar uma passeata do orgulho inspirada naquelas que ocorriam em outras cidades do mundo. Ao reconhecerem o 28 de junho enquanto uma data simbólica para a luta pela diversidade sexual, já em anos anteriores ao da primeira Parada Livre integrantes do Nuances propunham atividades para celebrá-la. É como me diz Bruno:

“A gente sabia que acontecia em Nova York, Europa, *Love Parade* em Berlim. A gente já via que na Europa essa questão era superada. Essa questão da visibilidade de massa. Mas pra nós era um desafio, a gente conversada nas reuniões do nuances, ali por 93 por 94,

⁷¹ O Nuances não parou completamente de produzi-lo, mas o tempo entre cada edição é indefinido, podendo chegar a mais de um ano.

⁷² A cisão ou racha tem a ver com o embate entre organizações militantes que durante dois anos consecutivos realizaram duas Paradas, a Parada Livre e a Parada LGBT, na cidade de Porto Alegre. Ainda que meu foco esteja nas Parada Livre e nas Paradas LGBTs, não ignoro a Mini Parada Livre e seu subsequente desenvolvimento na Parada de Luta. Se colocamos essas últimas em perspectiva, vemos que em 2008 a cidade de Porto Alegre chegou a comportar 3 Paradas distintas.

95; “ah, que legal se a gente conseguisse reunir, fazer uma Parada aqui na redenção, em Porto Alegre, e tal né”. E o que que a gente começou? A pautar o orgulho gay. E, então não começou em 97, 97 foi a primeira vez de ir pra rua, mas 95 a gente já tinha, é só olhar nossos materiais, seminários e coisas que discutiam a Parada, discutiam o *Stonewall*, discutiam a questão da visibilidade, das dificuldades. O João Silvério Trevisan, a gente tem foto, trouxemos ele em 97, fizemos um seminário no Renascença, que encheu inclusive. E a gente já começou, em 96 a gente fez um seminário bem grande na usina do gasômetro, trouxemos um pessoal de SP também para discutir a questão do orgulho gay e tal, que era essa palavra. Daí em 97 é que a gente fez um debate interno, pensando em ir pra rua mesmo, mas aí a gente, como tinha muitas lésbicas e lésbicas feministas, a gente achou que usar orgulho gay seria uma coisa um pouco restritiva. Então fizemos um debate político, achamos que tínhamos que criar um outra perspectiva que englobasse mais e fosse mais aberta. Que não ficasse só com as bichas e com as sapatas, já tínhamos o entendimento que tinha que ser uma questão que não fosse só nossa. Parada foi uma sugestão, não lembro de quem, talvez do Gustavo, por causa do Love Parada de Berlim. Pegamos a palavra Parada e associamos a Livre. Parada Livre, Parada pra todo mundo... que queira”.

Foi através desses desdobramentos que um dia antes da conferência com Trevisan a Parada Livre tomou as ruas de Porto Alegre pela primeira vez. Certamente, esse não corresponde ao primeiro momento em que foram realizadas ações de tomada do espaço público por militantes LGBTT locais. Ainda assim, demarca o início dos atos de ocupação sistemática das ruas relativos às lutas políticas a cerca da sexualidade e do gênero.

Nas palavras do grupo Nuances:

“Em 1997 foi organizada a 1 Parada Livre de Porto Alegre, com a marcha de 150 pessoas (militantes do movimento guei e direitos humanos, punks, drags e travestis e simpatizantes) pela tradicional rua do brique da Redenção, onde os porto alegrenses confraternizam aos domingos. Gueis e sapatas observavam das calçadas: famílias dividiam-se entre divertir-se e o constrangimento, a participação de políticos foi mínima: em suma, num movimento em que o armário era a regra, o nuances encarou um verdadeiro desafio de tomar a rua para mostrar o que muitos e muitas consideravam vergonha.

Para fortalecer a ideia de uma participação ampla e democrática, o Nuances denominou o evento de Parada Livre, para que quaisquer expressões (sexuais, raciais, de gênero, culturais) viessem a somar na ruptura do gueto. A clandestinidade do movimento homossexual deveria – como de fato foi – ser escancarada pela rua, pela ocupação do espaço público, dando visibilidade aos gueis, lésbicas travestis e trans em geral.”⁷³

2ª Parada Livre

⁷³ Trecho que consta numa publicação do Nuances intitulada: “Nuances, trajetória de um grupo guei e lésbico em Porto Alegre”.

Diversos desdobramentos demarcam a distância entre a primeira e a segunda Parada Livre de Porto Alegre. Com a avaliação positiva do ato inaugural representado pela ação do ano anterior, novos passos foram dados no sentido da ocupação criativa do espaço público. A Parada Livre de 1998 ocupou o parque da Redenção por mais de dez horas e sediou uma enérgica “pelada de futebol com drag-queens”. Para a realização do jogo foram colocados cordões de isolamento delimitando uma área retangular em frente ao monumento do Expedicionário. No pedaço de chão contornado pelo cordão de isolamento, quatro pessoas desenharam com tinta rosa as divisões de um campo de futebol. Nas duas extremidades do campo foram colocadas goleiras de madeira pintadas com tinta da mesma cor. As quase vinte drags queens que participaram do jogo protagonizaram um espetáculo que iniciou com conversas descontraídas com as e os passantes que se aglomeravam em torno do campo. Por volta das 13 horas, a arbitra do jogo, a deputada estadual Ester Grossi, deu início a uma partida sem times definidos onde se faziam gols para todos os lados. O time de drag queens jogou por cerca de vinte minutos.

Finalizada a pelada, o grupo reunido nas imediações do monumento do Expedicionário saiu em caminhada. Como descreveu Marcos Benedetti, em trabalho não publicado, feito para uma disciplina do curso de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS⁷⁴, o desfile comemorativo:

“...percorreu toda a extensão da Av. José Bonifácio até a frente da sede do NUANCES⁷⁵. Ali mesmo onde estava armado o campo de futebol, várias pessoas começaram a enfileirar-se e a empunhar faixas e bandeiras coloridas. À frente, alinhavam-se aproximadamente dez drag-queens empunhando uma enorme faixa com os dizeres “Parada Livre” e também algumas bandeiras. Começaram a caminhada, a princípio em silêncio e sem muita organização seguidas por aproximadamente cinquenta pessoas, homens e mulheres jovens na sua maioria. Participavam também uma boneca gigante e outros dois bonecos manipulados, além de dois rapazes montados em pernas-de-pau. Depois de alguns minutos de iniciada a caminhada, com algumas palavras contra a discriminação gritadas em uníssono, chegou a banda “Afro-Tchê”, composta de aproximadamente 20 músicos que passaram, com seus tambores, a estabelecer o ritmo e a evolução do desfile. O que antes parecia desconexo e desorganizado, com o “rufar dos tambores” emprestando-lhe um tom carnavalesco, passou a “contagiar” o público e o desfile passou a contar com aproximadamente quinhentas pessoas, empunhando bandeiras com o arco-íris e faixas.”

Para a Parada de 1998, foram estabelecidos certos arranjos que se mantiveram nas Paradas

⁷⁴Atenciosamente cedido para a presente pesquisa. Os detalhes de como o campo de futebol foi montado também são uma referência à descrição de Marcos.

⁷⁵ Na época, localizado na rua Vieira de Castro.

posteriores, como o palco que serviu como ponto de confluência para atrações programadas. Com uma estrutura bastante simples, foi no palco montado em frente à antiga sede do grupo Nuances que pela primeira vez a Parada Livre foi apresentada por drag-queens; nessa edição foram Laurita Leão e Glória Crystal.

Outra novidade se relaciona às parcerias institucionais, sendo que, quanto a essas, dois pontos podem ser destacados. O primeiro é o apoio de conselhos públicos, secretarias estaduais e instituições privadas (Conselho Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre e Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania do Município e Boate Enigma e Ponto G, respectivamente) ao evento. O segundo é a articulação prévia com órgãos públicos, nesse caso com a Secretária Municipal dos Transportes cuidou do bloqueio ao tráfego de veículos⁷⁶. Ademais, nota-se o aumento no número de participantes do evento, o qual agregou entre 500 a 2000⁷⁷ pessoas e contou com ampla cobertura midiática por jornais, rádios e emissoras de Tv.

A partir desse ano torna-se sensível que a realização de parcerias com a administração pública produz um clima de disputas pelo comando do evento. Em entrevista concedida para essa pesquisa, um militante do grupo Nuances conta como a criação da Coordenadoria da Diversidade Sexual⁷⁸ impacta no cenário da militância. Quando a isso, ressalta que militou no tempo em que a coordenadoria atuava, me diz o seguinte:

“a prefeitura de Porto Alegre, já no PT, criou a coordenadoria da orientação sexual, porque viu que havia um movimento grande. E aí vou te dizer, criou pra que? Pra fortalecer a luta... várias intenções né, pra tudo... pra fortalecer, pra dar espaço e vasão política pra isso... mas também pra tentar capitanear em cima desse movimento que era o Nuances. Isso em 97 ou 98 que surgiu a Coordenadoria da Livre Orientação Sexual.”

Nota-se que, com a ampliação das Paradas e com o fortalecimento do campo político dos movimentos LGBTT locais, novas disputas entram em cena. Ao se legitimarem enquanto eventos populares capazes de transformar o espaço urbano, não só as Paradas criam novas formas de habitação e trazem a público vivências dissidentes, como também se tornam um local privilegiado para o agenciamento de interesses e para a persuasão dos agentes da multidão.

3ª Parada

⁷⁶Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A103/N271/HTML/06ATOCON.htm>> (acessado 10/02/2016)

⁷⁷Duas mil de acordo com o folder da Parada Livre de 1999 e 500 de acordo com a descrição presente no trabalho de Marcos Benedetti.

⁷⁸ Constam poucas informações sobre sua existência, mas julga-se que estaria relacionada a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania.

Através das três primeiras edições da Parada Livre na cidade de Porto Alegre, podemos perceber que ano após ano são adicionados novos elementos descritivos nos materiais de divulgação do evento. Em 1997 a divulgação enfoca somente o ocorrido em *StoneWall*; em 1998 a convocatória sutilmente expande uma linha do tempo que remete à cidade de Berlin no século XIX; já o texto da Parada de Livre de 1999 nomeia sujeitos, Karl Heinrich Ulrich e Magnus Hirschfeld, contextualiza o termo uranista⁷⁹ e rememora as primeiras organizações do movimento “guei”; o Somos de São Paulo e o Jornal Lampião de Esquina. De certa feita, é como se o grupo passasse a conclamar uma história que é própria ao movimento. Tal ação combina com ainda outra proposta trazida para este ano; a montagem de uma exposição com registros fotográficos das primeiras duas edições da Parada Livre.

A Parada de 1999 é antecedida por pelo menos dois acontecimentos que demandam destaque. Primeiramente, a fundação da ONG 'Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul', no dia 25 de maio de 1999 (ROBALLO, 2014 p.56), que demarca o momento em que o Nuances deixa de ocupar o posto de única ONG voltada à questão da diversidade sexual na cidade de Porto Alegre. Mesmo que a Igualdade só em 2003 passe a constar como organizadora no material de divulgação do evento, isso não significa que militantes da entidade estivessem ausentes do processo de elaboração da Parada Livre em anos anteriores.

Sobre a fundação da Igualdade, durante sua entrevista, Ana, militante do grupo, conta-me sobre as outras travestis que militavam com ela e do apoio da rede de militantes que havia surgido poucos anos antes. Ana também revela que a Igualdade já debatia as Paradas Livres antes do ano 2000 e que, na segunda ou terceira edição do evento, algumas militantes da ONG teriam marchado com uma faixa que continha a seguinte frase: “*Nós Travestis estamos aqui*”. Assim, essas informações, que muitas vezes ficam nos bastidores, nos ajudam a localizar as tramas e movimentos que transcorrem antes dos começos formais das instituições.

O segundo acontecimento de destaque, mesmo que não seja diretamente relacionado à Parada Livre, coloca em cena as formas de atuação da organização que fora sua principal realizadora até então. Trata-se da festa promovida pelo grupo Nuances no bar e restaurante “Era uma vez”. Impresso através de uma parceria com a administração municipal, o material de divulgação da festa anunciava que nela ocorreriam sorteios com três premiações: um voucher para o motel Glória, algumas fitas da sauna e videolocadora Eróticos Vídeos e um bofe. O famigerado 'sorteio de bofe' gerou imenso alvoroço entre movimentos sociais e a administração estatal. Vereadores e vereadoras se posicionaram diante do que consideravam um absurdo, a venda de um corpo, e pediram a demissão da coordenadora da secretária de cultura do município, órgão que autorizou a impressão do material de divulgação. Opiniões conservadoras foram vociferadas pela

⁷⁹Tradução do termo Uranier, o qual Karl Ulrich utilizava o homem que amava outro homem (Katz, 1996 p.63)

esquerda e pela direita e também por agentes de grupos da sociedade civil organizada. O clamor pela “moral e bons costumes” evidentemente foi ouvido. Para o Nuances, o episódio gerou o rompimento de parcerias e uma ferrenha discussão sobre as hipocrisias que tomam voz quando colocado em pauta o tema da prostituição. Ainda que a proposta aqui não seja aprofundar tal debate, as repercussões do sorteio do bofe instigam reflexões sobre os regimes morais e como determinadas ações colocam em jogo parcerias institucionais.

Como sinaliza Barroso (2007, p.185), o sorteio do bofe se conecta com a postura do Nuances de colocar em discussão o tema da prostituição, sobretudo através do debate quanto a ocupação da rua José Bonifácio durante a noite. As precárias condições de trabalho e a vulnerabilidade a que os garotos da José Bonifácio, rua que contorna o parque da redenção, encontram-se submetidos é recorrentemente amplificada por investidas de moradores das imediações contra a prostituição no local. Quanto a isso, a nona edição do jornal do Nuances conta com uma publicação que descreve a audiência pública realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre em novembro de 1999 sobre a ocupação da rua José Bonifácio por parte dos garotos de programa. Considerando que as agências e agentes públicos e as mídias locais – nesse caso representadas pelo jornal Zero Hora e Rádio Gaúcha - mostravam dificuldade em considerar a prostituição pelo prisma dos direitos profissionais das garotas e garotos de programa, a publicação do Nuances afirmava o direito constitucional das pessoas que trabalham a noite na rua José Bonifácio de “ali ir, vir e permanecer”.

Fomentando o debate sobre os limites entre o público e o privado, a publicação articula a situação dos garotos de programa com uma repercussão da Parada Livre daquele mesmo ano. Ao requisitar que o palco da terceira Parada Livre fosse colocado diante do monumento do Expedicionário, o qual se localiza em frente à rua José Bonifácio, o grupo Nuances foi notificado pela prefeitura sobre uma “ação promovida pela Associação de moradores do Bairro Farroupilha para que fossem suspensos shows e manifestações no local, já que feriria seu direito de morar num lugar tranquilo”. Mesmo com as críticas à postura da associação de moradores, o palco da Parada foi movido para a parte de trás do Parque da Redenção, local em que é montado até hoje. A partir do cruzamento dessas duas questões - prostituição na José e a realização da Parada - a nona edição do Jornal do Nuances trouxe o debate quanto às tensões que permeiam o processo de ocupação do espaço público, onde distintas formas de habitação são constantemente tensionadas e negociadas.

4ª Parada Livre

Os Jornais do Nuances, com a maior parte de suas edições financiada através de parcerias com a UNESCO e com o Ministério da Saúde, retém uma série de debates que nos ajudam a

compreender um pouco da história da diversidade sexual na cidade de Porto Alegre. Neles encontramos tanto as posições do grupo e o que podemos denominar como seu projeto político; junto a isso, encontramos também elaborados registros de um período em que poucas mídias se dedicavam específica e continuamente a refletir sobre a sexualidade enquanto uma questão política. Muitos dos termos que permeiam a retórica das lutas dos movimentos pela diversidade estão ali inculcados; muitas das inspirações, conquistas, tensões, alegrias e disputas encenadas dentro, fora e nas margens dos movimentos LGBTTT foram, através das publicações, tornadas fonte de debates. Por meio das reportagens, artigos, notas, minutas e editoriais registrados nas páginas dos jornais, podemos também reencontrar alguns dos jogos de significados através dos quais o grupo destacou alguns dos sentidos das Paradas Livres⁸⁰. É assim que o artigo que cobre a Parada Livre de 1999 tanto afirma que “o dia 28 de junho é uma data em que, no mundo todo, os homossexuais se mobilizam para dizer à sociedade que querem muito mais do que tolerância e aceitação” quanto define o objetivo das Paradas como sendo o de “mostrar a diversidade que existe em nossa sociedade”.

Aqui percebemos que tal objetivo é visado em termos específicos, uma vez que é estabelecido através da crítica às diferentes posturas que podem ser assumidas pelos e pelas, como denomina o artigo, “descriminadas”. Esse objetivo surge através da tensão entre iniciativas que, diante da “sociedade heterossexual”, pedem tolerância, aceitação e que, por tal, se vitimizariam em vez de demandarem o respeito à diversidade e buscarem a conscientização sobre os “direitos que temos” e “como devemos conquistá-los”.

Diversos artigos publicados no Jornal do Nuances tratam da luta nos termos considerados acima, inclusive o alusivo à quarta Parada Livre. Ao rejeitar o padrão de visibilidade envergonhada (Barroso, 2007 p. 244), considera-se que a cidadania não virá sem luta e que exigirá o esforço e a ousadia daquelas pessoas que a reivindicam. Nessa ótica, a Parada Livre é compreendida enquanto um território que potencializa o aparecimento público dessa ousadia, uma vez que a ocupação dos espaços se vê ligada à construção de “uma sociedade mais democrática”^{81,82}.

É dentro da proposta que alia democracia, direitos e tomada das ruas que as Paradas Livres são realizadas. A edição de 2000, em seu clico de atividades, contou com uma caminhada que partiu da sede do grupo Nuances, na rua José Bonifácio, e seguiu até o Palácio Piratini. Chegando lá, foi realizada a leitura pública de uma carta feita por integrantes do grupo ao governador Olívio Dutra. Três dias antes da ida ao Piratini, aproximadamente 15000 pessoas compareceram à Parada Livre

⁸⁰ Aqui vale um destaque às constatações de Barroso (p.240) sobre como, até pelo menos até a décima segunda edição do Jornal do Nuances, os eventos convocados pela ONG em memória ao dia 28 de Junho são ora chamados de Paradas Livres, ora chamados de Gay Pride. Posteriormente, essa última denominação é abandonada.

⁸¹ Toda as citações sem referências nesses dois parágrafos se referem ao artigo da página 2 da edição número 8 do Jornal, apud Barroso, 2007 p. 241.

⁸² Sobre as propostas de politização da sexualidade que concorriam no grupo Nuances ver a tese de doutorado de Barroso (2007) e a dissertação de mestrado de Anjos (1999).

no Parque da Redenção. A reportagem intitulada “Porto Alegre é gay”, (publicada em 2000, edição desconhecida) que estampa a página central do Jornal do Nuances, celebra a imensa adesão na edição desse ano. Uma diferença importante dessa edição foi a ampliação do percurso da passeata; no ano anterior, a passeata havia tomado a avenida Oswaldo Aranha e a rua José Bonifácio, já em 2000, ela percorre a avenida João Pessoa e fixa o trajeto que é repetido até hoje. Esse novo trajeto também potencializou a presença dos carros de som que acompanham e conduzem a passeata. Ademais, nota-se uma expansão da programação desde a Parada de 1999; passou-se de dois para cinco dias de atividades.

5ª Parada Livre

Em janeiro de 2001, a cidade de Porto Alegre foi sede do primeiro Fórum Social Mundial. O Fórum, uma iniciativa de reação diante dos avanços do capitalismo globalizado⁸³, é proposto enquanto um “espaço internacional para a reflexão e organização” que opõe a disseminação do neoliberalismo e a “superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais”⁸⁴. Sob o slogan “Outro mundo possível”, o primeiro FSM culminou na construção de uma carta de princípios que o define parte de um “processo permanente de busca e construção de alternativas”. Desdobrando-se numa rede de articulação descentralizada capaz de reunir agentes, entidades e movimentos, o FSM visa o engajamento em “ações concretas, de nível local ao internacional, pela construção de outro mundo”. Sua carta de princípios localiza nas “entidades e movimentos da sociedade” um potencial de resistência à violência e a desumanização. Assim, o FSM tenta acompanhar e intervir sobre as macropolíticas que colocam “o mercado o motor da sociedade” (Engelke, 2004, p.28) através da expansão neoliberal enquanto espaço de articulação para iniciativas contra hegemônicas.

Dentre as muitas intersecções⁸⁵ que podem ser estabelecidas entre o processo do FSM e as Paradas Livres, uma delas é a de que ambos os eventos podem ser compreendidos como nós dentro da teia de movimentos sociais que propõe esforços contra hegemônicos diante formas específicas de controle e dominação. Ainda que sejam distintas as formas hegemônicas contestadas pelas Paradas Livres e pelo FSM – que poderíamos definir em termos gerais como, respectivamente, a heteronormatividade e o capitalismo neoliberalista⁸⁶ – podemos compreendê-las de forma articulada. Além disso, também vale considerar que o Fórum, ao ser realizado em Porto Alegre,

⁸³O FSM é também uma reação ao Fórum Econômico Mundial.

⁸⁴ <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>

⁸⁵Para repercussões da participação do grupo Nuances do FSM, ver a edição de número 15, maio de 2001, do Jornal do Nuances.

⁸⁶E é importante destacar que mesmo com sua proposta contestatória não significa que não ajam reproduções próprias a hegemonia no interior desses mesmos espaços de contestação.

torna-se um espaço de articulação e disputa local para movimentos sociais⁸⁷.

Para a Parada Livre de 2001 foi agendada mais de uma semana de programação entre festas, exibição de filmes, peças de teatro e seminário. A Parada em si contou com a presença de 15mil pessoas. Nota-se que um artigo do Jornal do Nuances intitulado “24 horas de alegria no dia 24 de junho”, que consta na edição 16 publicada em agosto de 2001, anuncia que este ano foram erguidas no parque, além da banca do Nuances, bancas da Igualdade e da Rede Compromisso com a Vida. Outra distinção desse ano é que as apresentações e a discotecagem ocorreram sobre um caminhão que serviu de palco.

Nessa mesma edição do Jornal, uma matéria intrigante anuncia as disputas em torno do evento e debate alguns dos nós dentro do campo de lutas dos movimentos LGBTT. Creio que se trata de uma leitura valiosa que tange questões ainda em evidência no que tange às disputas entre setores públicos e privados. Assim, a manterei na íntegra:

“Bichas na rua: estatizar ou privatizar:

Um novo movimento de massas está surgindo dentro da cena política brasileira. As viadas, sapatas, travestis e companhia estão cada vez mais colocando a cara pra fora de casa, e com isso mostrando toda a bichice que têm no corpo. Basta ligar a tevê e dar uma olhada nas paradas gueis que estão reunindo milhares de pessoas nas grandes cidades brasileiras. Muita gente não contava com isso, e até os organizadores dos eventos estão surpresos com a grandiosidade crescente da movimentação. E é claro que muito olho está crescendo junto! Interesses os mais diversos possíveis vêm sendo despertados, não só junto aos grupos gueis, lésbicos e de travestis – que foram precursores na organização – como também junto à iniciativa privada (que pensa no seu bolso) e junto ao Estado (este de olho nas urnas). O comprometimento dos organizadores e seus militantes com a lógica do lucro – pensam que é através do mercado que vamos avançar na conquista de direitos – acaba fortalecendo a discriminação entre homossexuais portadores de cartões de crédito e aqueles cuja maior preocupação é a sobrevivência diária. Na parada de São Paulo, a maior da América Latina, está acontecendo um processo em que se está mercantilizando a movimentação social. Os microfones dos carros oficiais e as faixas carregadas pelos participantes evidenciavam o consumo como redenção. E o fato de que o carro representante de grupo lésbicas tenha sido cobrado – como se fosse de uma empresa – é a confirmação do quanto excludente é a lógica da ‘democracia do mercado’. A polêmica que se seguiu foi suficiente para ser revertido o critério, abrindo-se ‘exceção’ para o grupo das lésbicas. Por aqui o problema é outro, mas não menos grave. O que estamos assistindo é a tentativa de alguns setores do Estado, leia-se

⁸⁷ Tanto que no ano de 2001 o jornal do Nuances traz alguns artigos que falam da participação de integrantes do grupo no evento e criticam a forma de organização do evento e o espaço da diversidade sexual dentro desse. Noutros anos, os movimentos de lésbicas e de travestis e transexuais também utilizaram do espaço do Fórum para articularem suas ações. É em janeiro de 2003 a Liga Brasileira de Lésbicas é fundada (Oliveira, 2012, p.49) dentro do FSM; em janeiro de 2012 a primeira edição do projeto Direito a Identidade é lançada também dentro do FSM.

da esquerda, de apropriarem-se da 'Parada Livre'. Condiçõam o dinheiro público à participação na sua programação, ou reivindicam legitimidade para, junto ao povo, organizar o Orgulho Guei. Evidentemente o 'povo' é controlado por esses setores políticos. A Parada Livre é um evento que surgiu por iniciativa da sociedade civil, e só entidades da sociedade civil que têm atuação direta no movimento homossexual organizado têm legitimidade para interferir no evento. Isto é no mínimo tão sério quanto a privatização do evento. Ou seja, uns querem privatizar, outros estatizar. O Estado não pode, com o argumento de querer ajudar, institucionalizar o movimento social. A iniciativa privada não pode, sob o argumento da democracia do mercado, adonar-se de um evento que pertence à movimentação popular. O nuances tem bem claro que a Parada pode ser organizada com parcerias junto ao Estado e iniciativa privada. Elas, na verdade, são bem-vindas. Mas que estas parcerias não condicionem a autonomia do movimento.”.

6ª Parada Livre

Um artigo publicado em 2008 pelo pesquisador americano Benjamin Junge expõe e analisa alguns dados produzidos através da aplicação de questionários em participantes da Parada Livre de 2002. Ainda que seja interessante pontuar que a mobilização resultante das Paradas propicia um campo fértil para as investigações acadêmicas das mais diversas, não discutiremos aqui as análises e os dados produzidos por Jung. O que vale destacar de seu artigo é maneira como apresenta as Paradas e o Nuances. Jung (p.118-119) afirma:

“A Parada Livre se diferencia dos eventos GLBT uma vez que a organização realizadora, a ONG Nuances, em vez de enfatizar a questão gay (e conceitos relacionados como o orgulho gay e os direitos gays) no seu planejamento e promoção do evento, enfatizam “a liberdade da expressão sexual”, uma noção largamente inclusiva que encoraja a participação de indivíduos com múltiplas sexualidades e maneiras de se auto-identificar, ao invés de priorizar pessoas com uma identidade GLBT reflexiva. A Parada Livre, assim, privilegia públicos menos definidos que suas homólogas nas outras cidades brasileiras, e assim não é tratada como representante do modelo brasileiro dominante.”

Numa nota de rodapé nesse mesmo comentário, Junge afirma que o Nuances assume uma postura de base não identitária e define o grupo como uma espécie de pária dentro do movimento nacional. Ainda que possamos questionar a descrição de Jung, sua perspectiva sobre a relação das Paradas Livres e do grupo Nuances com as demais Paradas do Brasil são intrigantes. Tanto mais quando consideramos que é justamente em 2002 que as Paradas Livres se descentralizam de Porto Alegre e outras cidades do estado do Rio Grande do Sul passam a sediar suas próprias Paradas.

Em 2002 a cidade de Pelotas realizou a primeira 'Avenida da Diversidade' e as cidades de

Santa Maria e Caxias do Sul realizaram suas primeiras Paradas Livres. Tais manifestações foram noticiadas em pelo menos duas reportagens do Jornal do Nuances de 2002. No artigo intitulado “Parada Livre 2002 – do armário para as ruas” (edição número 20 de agosto de 2002) é feita a seguinte menção sobre as Paradas realizadas em outras cidades:

“A Parada Livre, hoje, consegue ser um assunto em todos os ambientes, seja pelo inusitado, pelo irônico ou pelo respeito(...) Não só na capital, aliás, uma vez que Caxias do Sul e Pelotas, duas grandes cidades do interior gaúcho, ora tomam peito e organizam suas próprias paradas, rompendo com a clandestinidade. Tentar saber a dimensão que isso traz para nossa luta não é algo fácil, e nem deve ser prioridade, mas não podemos deixar de avaliar que, de forma política, há um acréscimo de força na nossa luta por uma sociedade mais democrática, onde o exercício da sexualidade desmascara a hipocrisia.”

Além da menção às Paradas realizadas em outras cidades, o artigo discute os significados da Parada Livre em relação às “sexualidades [as sexualidades que vem a público através das Paradas] que têm um sentido transgressor, lúdico, que brincam com o inusitado colocam em cheque a norma estabelecida”. Dessa forma, ressalta que as Paradas representam eventos políticos uma vez que a mobilização de que as Paradas são fruto questionam “a sociedade em todos os níveis e esferas do poder, sejam de direita ou de esquerda” e colocam em jogo a “construção dos homossexuais como ‘seres desviantes’ feita pela própria História, através das relações de poder”. É assim que:

“ir para as ruas é, no mínimo, questionar essa realidade, o que por si só já é superpolítico. A visibilidade que a Parada proporciona ultrapassa o mero espetáculo mostrado pela festa e pelo desfile de bichas, sapatas, trans e travas, dréguas, senhoras e senhores, bofes, crianças, policiais e outras figuras que transitam pela Redenção no domingo do evento. O povo que sai de casa para ver aquela bichice toda acaba sendo obrigado a questionar suas convicções sobre tudo, sobre a vida. Os que participam diretamente têm sua auto-estima fortalecida, o que lhes dá maior autonomia em relação ao seu prazer, a sua vida. Muitos ficam na vontade e permanecem nas calçadas, mas é certo que muita coisa passa por suas cabeças. Para a população é um momento de reflexão, onde a regra de comportamento social é questionada.”

Realizada no dia 23 de junho de 2002, num dia nublado e frio, estimou-se a presença de 30 a 35 mil pessoas durante Parada Livre. Tais números fizeram da sexta Parada Livre a maior edição do evento até então. Nessa, destaca-se o fortalecimento da participação lésbica e o show da cantora argentina Celeste Carballo. Junto a isso, demarca a presença dos grupos “recém nascidos” Legau – Lésbicas Gaúchas e 3G. A programação de eventos estendeu-se do dia 22 ao dia 28 de junho, contando com um ato público na esquina democrática “em denúncia às discriminações e violências

cometidas contra os homossexuais no Brasil”⁸⁸.

7ª Parada Livre

De um lado, alguns acontecimentos de 2003 geraram alarme e revolta. Nesse ano, por volta de 48 horas antes da realização da 7ª Parada Livre no dia 29 de junho:

“vários pontos da cidade foram manchados pela incitação ao ódio e à violência contra homossexuais. “Faça seu dia feliz, acabe com o homossexualismo” (assinado Resistência 88⁸⁹), diziam os cartazes que se concentravam nas imediações do trajeto previsto para a manifestação”⁹⁰.

Justamente alguns dias depois desse ocorrido, durante primeira quinzena do mês de julho, foi reportado o esfaqueamento de um jovem por agentes de grupos neo-nazistas atuantes na cidade de Porto Alegre. O depoimento de testemunhas que presenciaram o ataque afirmava que os agressores “pregavam o fim dos judeus, dos negros e dos homossexuais, além de afirmarem que a raça branca iria “limpar” o Estado” (Boer, 2004, p.189)⁹¹.

Por outro lado, a Parada Livre somou a participação de aproximadamente 75 mil pessoas - ou seja, duplica de 2002 para 2003 – e realizou um calendário de atividades que se estendeu do dia 28 de junho ao 2 de julho. A partir de um artigo do Jornal do Nuances de julho de 2003, nota-se a proporção da campanha de divulgação realizada pelo grupo:

“Este ano divulgamos massivamente a 7a Parada Livre, espalhando 21 mil folders, com a programação, colando cartazes nos ônibus da Capital (agradecemos, em especial, ao galante Délcio da Carris) e nos trens da TRENURB, espalhando mais de 7 mil cartões postais e colando centenas de cartazes lambe lambe sobre os tapumes mais visíveis da cidade. E, claro, fizemos releases para a mídia e inserções na programação da TVE, chamadas na Ipanema convidando o mundo todo para o domingo da Parada.”

É importante dizer que a Parada Livre de 2003 se destaca por contar com seis entidades organizadoras. No folder de divulgação do evento, o Nuances aparece como coordenação enquanto os grupos Legau, Somos, Outra Visão, Desobedeça, Se ame e Igualdade aparecem como

⁸⁸Jornal do Nuances, edição desconhecida, julho de 2002.

⁸⁹“Resistência 88. O número 8 representa a letra H no alfabeto. Assim, 88 representa HH ou Heil Hitler, uma saudação a Salve Hitler” (Oliveira, 2012, p.57).

⁹⁰Disponível em: <<<http://anarcopunk.org/antifa/denuncias/>>> (acessado 18/12/2016)

⁹¹Alexandre Boer, na época militante do grupo Somos, escreve sobre o ocorrido na publicação do Relatório Azul de 2004. Disponível em: <<<http://www.al.rs.gov.br/download/CCDH/RelAzul/relatorio%20azul2004.pdf>>> (acessado 18/12/2016)

organizadores. Todas as entidades realizaram um momento de fala sobre o palco da Parada Livre. Como consta no folder de divulgação:

“A 7ª Parada Livre marca um momento de amadurecimento do movimento homossexual da cidade, sendo organizada por vários novos grupos de lésbicas, gueis, travestis e transexuais. A luta pela igualdade e pelos Direitos Humanos dos homossexuais se fortalece”

O maior número de organizações participantes indica os processos de coletivização que pairam no horizonte, ainda que o Nuances centralize muito do poder decisório relativo à construção do evento. Esse processo é acompanhado de uma potencialização nas tensões que permearam a organização da sétima edição do evento. Segundo o jornal do Nuances, no mesmo artigo de julho citado anteriormente, durante o trajeto da caminhada um carro de som bloqueou a passagem de milhares de pessoas e dividiu a Parada Livre em duas. O incidente foi compreendido por integrantes do Nuances como um golpe dado por um dos grupos que participou da organização do evento daquele ano. Tratou-se do ocorrido como um golpe oportunista dado pelo grupo que fora, justamente, “o mais insistente em liberarmos microfones para o uso no carro de som”.

Apontando para o fato de que só dois grupos além do Nuances mandaram representantes para a reunião de avaliação do evento, as pessoas presentes teriam deliberado “que qualquer tentativa de ser estabelecida articulação para a organização da Parada Livre 2004, somente terá legitimidade quando partir de iniciativa do Nuances”⁹².

Por último, o artigo fala ainda de um outro golpe que teria sido aplicado logo na véspera do evento:

“Fomos alvo de golpe eletrônico, em que alguém violou nosso endereço eletrônico durante o processo de coordenação da Parada Livre. Foi divulgada ridícula nota, como se fosse autor o próprio Nuances, pedindo desculpas pelo modo equivocado que sempre organizou as Paradas Livres e desistindo da organização...”

8ª Parada Livre

Em 2004 foi contabilizada a participação de 100 mil pessoas na Parada Livre. Destacando o abre-alas de motoqueiras lésbicas que abriu a caminhada dessa edição do evento, o artigo da edição 29 do jornal do Nuances indica novamente a ampla participação das lésbicas: “é a primeira vez que tantas mulheres lésbicas se juntam numa Parada Livre, aparecendo diante de Porto Alegre sem

⁹²Quanto a questão da legitimidade dentro do Jornal do Nuances, Barroso (2007, p.250) afirma: “A noção de “legitimidade” é evocada para servir de “guia” e “critério” para o “leitor” e a “leitora” avaliarem a “representatividade” das organizações.”.

medo de serem felizes”.

Já no folder dessa edição do evento, é descrito um breve histórico local da diversidade; fala-se dos almofadinhas de 1910, da folia carnavalescas da década de 40, da boate Flowers e da Coligay. Nele são anunciadas atividades que vão do dia 18 ao dia 30 de julho, com a Parada Livre marcada para o dia 27. Pela chuva, o evento foi adiado em uma semana.

Passada a Parada Livre, na edição número 30 de outubro de 2004 o Jornal do Nuances notícia que foi alvo de uma denúncia endereçada ao Ministério Público Federal; denúncia que acusa o grupo de autoritarismo em relação ao processo de organização da Parada Livres. A resposta dada às acusações através do Jornal do Nuances é a seguinte:

“Queriam apropriar-se da Parada, sob o pretexto de que o financiamento à Parada Livre foi feito com dinheiro público, pelo Ministério da Saúde. Ora, houve uma concorrência pública e o nuances candidatou-se ao gerenciamento do projeto, cujas contas foram aprovadas ao final. A denúncia foi arquivada, por óbvio. No entanto, ela deixa claro que esses grupos, quando dizem querer ‘construir’ um movimento conjunto, na verdade querem é tomar para si a Parada Livre para uso de seus caciques. É de mencionar que todos os grupos, inclusive os que assinaram a denúncia, foram convidados para todas as reuniões de organização das Paradas Livres 2003 e 2004. O nuances conquista seu espaço com trabalho legitimado no dia-a-dia (que vocês vêem nas ruas, nas entrevistas, nas discotecas e bares), e não através de fóruns artificiais sustentados por uma burocracia administrativa”.

É notório o poder das Paradas de promover a visibilidade massiva. Nos espaços produzidos pelo evento, as pessoas vivenciam não somente um espaço de convívio, mas emergem enquanto uma multidão que concretiza o poder de um mundo no qual a heterossexualidade não é premissa. E mesmo considerando a relativa efemeridade dessa multidão, cabe-nos reconhecer que é no interim em que a multidão se dissipa em meio às tramas da cidade que grande parte das disputas pela forma com que convocá-la e por ser quem assume o poder de falar para e até mesmo através dela transcorrem.

Na Parada Livre de 2004 houve uma redução no número de grupos que organizavam o evento – passaram de 6 para 4 -, sendo que apenas um se manteve desde a última edição do evento. Esse grupo foi a Igualdade-RS. Já os novos grupos participantes da organização foram: Contestação, Acarmo e Integração.

Segundo o artigo de agosto de 2004, edição 29, do Jornal do Nuances, na oitava edição do evento, representantes de grupos além daqueles que constavam como organizadores do evento tiveram tempo de fala no palco. Desses, boa parte eram componentes do recém formado Fórum

LGBT⁹³ (por vezes denominado Fórum GLBT) da cidade de Porto Alegre. A formação do Fórum, sobre a qual falaremos mais na sessão seguinte, demarca um de ruptura dentro da militância pela diversidade sexual na cidade de Porto Alegre. Ainda em 2004, tensões se exponenciaram, gerando a realização, no ano seguinte, de duas Paradas.

9^a, 10^a e 11^a Parada Livre e 1^a, 2^a, 3^a Parada LGBT

Os eventos que ganharam visibilidade entre 2005 e 2007 evidenciam os confrontos e a formação e dissolução de alianças dentro da militância LGBTTT na cidade de Porto Alegre. O que ocorre no período certamente tem a ver com tensões vinham sendo construídas já a alguns anos. Ainda assim, o paulatino aumento das tensões não torna evidente os desdobramentos que se deram; tais são eles que jamais representam o resultado de uma história previsível.

No ano de 2005, um manifesto publicado pelo Nuances intitulado “Não ao golpe da Parada Livre”⁹⁴ denuncia as “interferências e tentativas de aparelhamento do poder público sobre o movimento social que vêm acontecendo em Porto Alegre (certamente não apenas em relação ao movimento homossexual) e em outras cidades do Brasil”. Através dessa consideração, o documento alerta sobre os grupos que querem levar as Paradas para seus respectivos partidos e reitera que “enfrentando muitos conflitos, o Nuances sempre pautou suas decisões no sentido de evitar que um evento público como a Parada Livre, que representa o interesse de toda uma comunidade, fosse partidarizado e usado para outros fins”. O manifesto também conta que, após convocada a primeira reunião de organização da Parada Livre daquele ano, “os grupos do Fórum LGBT imediatamente marcaram outra reunião em que decidiram, de forma oportunista, por outro evento em outra data para substituir a Parada Livre por uma parada do orgulho LGTB, desrespeitando nove anos de história.”. Ao fim, anuncia que: “uma coisa é parceria e cooptação é outra”.

Pouco tempo após a publicação, outro manifesto veio à tona, agora escrito por agentes do grupo Somos⁹⁵. O texto começa com a afirmação de que “o movimento homossexual gaúcho está dividido” e explica que para 2005 estão agendadas duas Paradas na cidade de Porto Alegre. Segue com uma retomada da história de Stonewall e com a demarcação de duas marchas realizadas no Brasil⁹⁶ durante a década de 90 onde “estavam presentes militantes de Porto Alegre que hoje

⁹³ Barroso (2007, p.251) documenta os grupos que participavam no Fórum: “Na internet, o sítio do Fórum LGBT restringe-se à home-page com a apresentação da logomarca e do endereço eletrônico da entidade, informação sobre local, datas e hora de reuniões previstas e apresentação dos nomes e dos endereços das home-pages das entidades afiliadas. As entidades citadas são Contestação, LEGAU - Lésbicas Gaúchas, Outra Visão, a Liga Brasileira de Lésbicas, o Desobedeça GLBT e o Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade”.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=15710>> (acessado 5/5/2016)

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=15729>> (acessado dia 5/5/2016)

⁹⁶ Uma em decorrência do EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que ocorreu em 1995 em Curitiba – momento de fundação da ABGLT – e outra em decorrência da Conferência Internacional da ILGA –

militam em grupos como o SOMOS e Nuances.”. O texto continua dizendo o seguinte:

“Em Porto Alegre a Parada iniciou somente em 1997 pelo único grupo homossexual existente na época – o Nuances, Grupo Pela Livre Orientação Sexual. A história nunca foi negada, e sempre fora reconhecida pelos demais grupos, porém as instituições que surgiram depois não compartilham com a ideia de que o grupo mais antigo deva ser o único a realizar o evento pelo resto da vida. Para os grupos, realizar um evento com este caráter significa realmente trabalhar de uma forma transversal e com a participação de todos os grupos. Há pelo menos três anos, os grupos que compõem o Fórum LGBT de Porto Alegre tentam uma aproximação com a coordenação da Parada e não vêm obtendo sucesso nas negociações, pois não são respeitados e sofrem discriminação por parte do Nuances.(...) Por diversas vezes o Nuances utilizou o seu jornal, que é financiado com verbas públicas pelo Ministério da Saúde, para atacar os outros grupos existentes. Em seu editorial de dezembro de 2002 afirma que os grupos são ligados a partidos políticos: “Até criam grupos laranjas para vender a ideia de movimento social” ou no editorial de maio de 2004, no qual afirma: “as ervas daninhas crescem no jardim, até que alguém pise em cima. Esse é um recado para aqueles e aquelas oportunistas de plantão que querem faturar em cima do nosso trabalho” (...) Os grupos que compõem o Fórum LGBT consideram estas atitudes como típicas de quem está desesperado e acredita que o “filho é seu”, negando toda a história desta data, construída pelo movimento. Quem não lembra da cena, onde crianças que trazem a bola para jogar futebol resolvem acabar com o jogo quando são contrariadas porque a bola é sua! A pergunta mais pungente é: antiguidade é sinônimo de maior legitimidade?...A pluralidade é importante para o crescimento de qualquer grupo social e os mesmos precisam trabalhar juntos e de forma articulada para dialogar e buscar construir estratégias comuns. É com este espírito que surgiu, referendado pelo Congresso da Cidade e pela Conferência Municipal de Direitos Humanos, o Fórum Municipal de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros e todos os grupos começaram juntos, inclusive o Nuances. Mas este último retirou-se do Fórum porque não aceitava participar de um processo coletivo e viu-se como minoria num coletivo maior. (...)A partir da criação do Fórum LGBT, o Nuances passou a atacar os outros grupos, com maior frequência, e diz que os mesmos são “tendências partidárias”. Mais uma mentira! Tem muitos militantes que são filiados a partidos, como em qualquer outro movimento, mas seus grupos são apartidários(...) O Nuances fala de uma independência e autonomia que não existe. Parecem estar leiloando o movimento para o atual governo, pois de forma não transparente buscam articular-se rapidamente para continuar a receber verbas públicas sem querer participar de concorrências, editais ou através de disputas legítimas do orçamento público, como o orçamento participativo. Parecem querer continuar sendo privilegiados em detrimento de outros grupos também legítimos. Por isso negam a legitimidade de uma disputa orçamentária feita através do orçamento participativo e sempre se negam a reivindicar recursos públicos, através de instâncias legítimas na cidade.”

Quanto às acusações proferidas, não cabe considerá-las fora da interlocução com alguns dos acontecimentos precisos através dos quais os antagonismos entre Nuances e Fórum LGBT se estabeleceram. São muitos os acontecimentos entremeados e os fatores que entram em jogo nos conflitos entre organizações militantes. Através dos conflitos, ações foram realizadas e categorias de acusação foram produzidas e reproduzidas em meio às disputas pela legitimidade enquanto agente do movimento. Em meio às disputas, afirmou-se não só aquilo que tonaria cada grupo legítimo – o fazer histórico do grupo, no caso do Nuances, e a participação e o engajamento coletivo, no caso do Somos -, mas também o que torna do outro ilegítimo.

Se analisamos a cisão entre as Paradas a partir dos discursos militantes, se sobressaem não só as forças antagônicas⁹⁷ que lutam pela hegemonia do movimento, mas também as articulações estabelecidas e as formas como foram narrados cada um dos eventos, sobretudo por suas respectivas entidades proponentes. Já ponderamos que tais relações antagônicas se estabeleceram através de disputas não só pelas Paradas, mas também pela legitimidade enquanto parte do movimento. Nessas tramas, suspeitas foram lançadas e justificativas foram dadas; categorias⁹⁸ foram propagadas e fortalecidas de forma a comprometer quem viesse a ocupar a posição de outrem nas disputas. E além dos jogos acusatórios, outras estratégias foram empregadas.

Se acompanharmos a análise de Barroso (2007), vemos que, de um lado, se fortaleceram os discursos combativos entre “nós” e “eles”, enquanto, do outro, o “nós” foi afirmado de maneira a invisibilizar ou ignorar a existência de um “eles”.⁹⁹ Analisando textos produzidos por integrantes do Nuances e do Somos, Barroso (2007, p.256-257) coloca que o primeiro grupo investe em discursos que “formam um jogo pelo qual se produz o contraste entre o “nós” (“legítimos”) e o “eles” (“oportunistas”).¹⁰⁰ Já os textos produzidos pelo segundo grupo, ressaltam “a existência do “nós” (no caso, o Fórum)” e trazem “para a arena pública a reivindicação de sua legitimidade institucional e política” a despeito de um “eles”. Ainda que nos manifestos em que Nuances e Somos disputam pela legitimidade os grupos profiram acusações nominais, Barroso coloca que a estratégia geram do Somos e do Fórum foi a do desconhecimento de um “eles”, não fazendo referência às manifestações que ocorriam na cidade desde 1997 e reportavam as Paradas como “como um acontecimento havido apenas a partir de 2005 com a denominação Parada do Orgulho

⁹⁷Pode-se aqui tomar como referência o que afirmam Costa e Prado (2011, p.689) em diálogo com Chantal Mouffe, que o antagonismo e o conflito, na compreensão de democracia dos autores: “são compreendidos não como um distúrbio que não pode ser completamente eliminado, nem como um impedimento empírico que obstrui a realização plena de uma sociedade ordenada e harmônica, mas como condição de se manter constantemente viva a democracia”.

⁹⁸ Como é o caso de “oportunistas” versus “autoritários”.

⁹⁹ A análise de Barroso toma como base publicações dos grupos em meios midiáticos.

¹⁰⁰ Continua dizendo que: “Trata-se, portanto, de uma abordagem fortemente beligerante na qual importa desnudar (desmascarar) o inimigo apontando-lhe a “verdadeira face”, denunciando seus “verdadeiros” objetivos e mostrando criticamente as estratégias que emprega para o alcance desses objetivos.” (Barroso, 2007, p.256)

GLBT de Porto Alegre”.

Para compreendermos o contexto em que se passaram essas disputas locais, é interessante considerar que o conflito entre as organizações se instaurou, justamente, num momento em que mais recursos eram disponibilizados pelo Estado à entidades dos movimentos sociais. Nesse sentido, é elucidativo o que nos conta o militante Estevão do grupo Somos sobre a nova gama de financiamentos sob o mote da cultura:

“A discussão da cultura LGBT se fortalece no executivo quando a ideia de cultura se abre para diversidade cultural e identidade cultural, quando ela sai da perspectiva só artística que era hegemônica durante muito tempo. E isso acontece durante a primeira gestão do Lula, com o Gilberto Gil. E esses marcos são bem importantes porque depois deles... Cultura LGBT aparece dentro duma linguagem do executivo, de programa e governo de proposta de governo. Ela tem esse pontapé no governo federal, nessa primeira gestão do governo lula mesmo. A ideia de cultura saindo do lugar da arte, trabalhando com as identidades culturais, com a diversidade cultural acaba possibilitando que expressões e manifestações artístico culturais de grupos antes ainda segmentados ou excluídos pudessem ter acesso a políticas públicas, a recursos públicos. Isso foi 2004 ou 2005. Junto com os LGBT vieram outras minorias como povo cigano, mais destaque para religiões de matriz africana, de negritude. Também era uma demanda; como era um governo de base popular que muito se estruturou por parte dos movimentos sociais, era uma demanda desse mesmo movimento de estar em todos os espaços de governo. Então foi uma solução governista interessante que acabou dando luz, visibilidade, a manifestações artísticas e culturais.”¹⁰¹

É nesse espectro de novos financiamentos que, em 2005, o grupo Somos foi selecionado por um edital federal do Ministério da Cultura que concedeu de 25 a 200 mil reais para a realização de Paradas LGBT em diferentes cidades do Brasil. Já o grupo Nuances, impedido de concorrer por suposta inadimplência junto a Ministério da Saúde, contestou o processo seletivo. Entrando com uma ação judicial contra o Somos, agentes do Nuances afirmaram tanto que era incongruente a desclassificação do Nuances do edital por inadimplência com o Ministério da Saúde, uma vez que suas contas estariam em dia e que o Nuances inclusive recebia, naquele momento, verba de projetos de prevenção pelo Ministério da Saúde ainda ativos. A alegação foi de que agentes do Somos estariam sendo favorecidos devido a suas conexões com gestores e gestoras federais.¹⁰²

A estratégia jurídica do Nuances não foi adiante, uma vez que o processo foi indeferido. Assim, o financiamento da infra-estrutura da Parada Livre se deu por uma parceria com a Secretária Municipal de Cultura. Parceria, essa, que também foi alvo de críticas por parte do Fórum LGBT, visto que não foi estabelecida através de edital público.

¹⁰¹ Entrevista realizada dia 12/12/16.

¹⁰² Informações coletada durante a entrevista ao militante do Nuances.

Em meio a atmosfera de animosidades, Nuances e Fórum LGBT promoveram, em 2005, 2006 e 2007, Paradas distintas. Segmentados no que poderia parecer dois blocos, diferentes entidades se alinharam para atuar na organização de uma e de outra; de um lado se mantiveram, sobretudo, Nuances e Igualdade e do outro se manteve o Fórum LGBT da cidade de Porto Alegre.

Mesmo que a divisão dentro da militância denote uma polarização, não cabe imaginar que não aconteceram interações que desafiaram a rigidez dos polos. Tanto alguns grupos como figuras-chaves, as Drag queens, chegaram a, nesses três anos, participar das duas Paradas. Houve, inclusive, percepções de que as Paradas não deixaram de parecer uma com a outra; como me conta Vivian, apresentadora das Paradas: “Eu apresentava as duas Paradas; e vou te dizer porque eu apresentava as duas Paradas. Porque elas eram praticamente iguais, o que acontecia numa acontecia na outra.”.

É inclusive notório que mesmo constando enquanto participante do Fórum, a LBL foi uma das entidades que ajudaram a organizar a Parada Livre de 2006. E tanto essa parceria entre LBL, Nuances e Igualdade fora presente nos anos de divisão que a LBL organiza a primeira Marcha Lésbica em parceria com a Parada Livre; a Marcha abre a Parada Livre de 2007 e estreia sua sequência de realizações na cidade de Porto Alegre.¹⁰³

Em 2007, não só a primeira Marcha Lésbica mostrou o ímpeto de determinados grupos em estabelecer atividades paralelas às duas Paradas, também o grupo Desobedeça, antes participante do Fórum LGBT, realizou a primeira Mini Parada Livre. Sobre esse evento, Oliveira (2011, p.58-59) nos conta que:

“em 01 de julho de 2007 ocorreu no Parque da Redenção uma Miniparada Livre. Essa manifestação foi organizada pelo grupo Desobedeça, que fazia então parte do Fórum LGBT de Porto Alegre. A ideia era resgatar um clima politizado e de protestos que teria se perdido nas paradas oficiais da cidade e também marcar a passagem do dia 28 de junho, já que as outras manifestações agendadas ocorreriam em datas distantes. Durante a miniparada, foi organizada uma caminhada até o Centro Comercial Nova Olaria, um estabelecimento comercial a céu aberto localizado no bairro Cidade Baixa. Um local que costumava ser frequentado por um público alternativo que consumia. Porém, a entrada do estabelecimento virou ponto de encontro da comunidade LGBT e de várias tribos de adolescentes. Os comerciantes, por outro lado, estariam tendo perdas financeiras pela perda de clientes que passaram a evitar o local. Assim, as pessoas foram sendo intimidadas e proibidas de ficar no local ao ar livre caso não tivessem dinheiro suficiente para consumir nos bares e lojas do recinto. Falta de dinheiro que era comum entre os adolescentes LGBT's que frequentavam a

¹⁰³ Vale ressaltar que a primeira Marcha Lésbica foi planejada para ocorrer em 2007, na semana da visibilidade lésbica (semana do dia 29 de agosto, o dia da visibilidade lésbica). Como diz uma militante entrevistada para essa pesquisa: “A primeira marcha lésbica é histórica, a gente tinha a primeira marcha lésbica no Rio Grande do Norte, em São Paulo... A Leila Lopes tentou fazer uma marcha lésbica em 2007... a gente conseguiu até arquivada, olha a nossa cabeça, até arquivada. A gente conseguiu com o Estado, PSDB(..) Só que choveu demais, demais, demais daí não tinha como a gente fazer um ato.” (Entrevista realizada em 20/12/15).

área aberta do local. Por isso, a manifestação da miniparada desembocou no local. Fato importante a ser registrado por sair um pouco do tradicional percurso realizado no Parque da Redenção, ano a ano, nas manifestações ocorridas em Porto Alegre.”

Sabemos, então, que, durante os três anos em que Parada Livre e Parada LGBT coexistiram, também despontaram MiniParada Livre e Marcha Lésbicas. Essas emergências intensificam ainda mais a percepção da pluralidade de pautas e da disputa entre estilos de militância que tomou as ruas da capital. De certa feita, podemos cogitar que essa efervescência aponta para um acentuamento das disputas democráticas; mais do que nunca, diferentes projetos políticos tomaram a esfera pública.

Da 12^a à 18^a Parada Livre

Quando, perguntei a Estevan, militante do Somos que entrevistei para essa pesquisa, sobre o racha que produziu duas Paradas na cidade de Porto Alegre, ele me conta que foi nesse tempo de antagonismos aguçados que se tornou integrante do grupo:

“lembro que eram duas instâncias com uma rivalidade... então era como se fosse: todos os grupos contra o grupo Nuances.... então, eu entrei no movimento me apropriando de um discurso já pronto. Não sabia exatamente como funcionava, mas sabia que tinha uma dissidência ali, tinha uma ruptura. E que tinha uma ideia que estava sendo construída de uma Parada de todos, uma Parada nova, mais orgânica, com vários grupos organizando. E uma outra Parada que era coordenada exclusivamente pelo Nuances, onde se imaginava ou se falava muito de questões de ... de dificuldade de diálogo, de autoritarismo. Coisas que com o passar do tempo eu percebi que na verdade era uma rivalidade entre duas organizações querendo espaço de poder, de destaque dentro da cidade. O Somos e o Nuances. E não é por acaso que o Somos é uma dissidência do Nuances... que é uma dissidência do GAPA (...) e foi com o dia a dia que eu fui me apropriando disso, que a história não era bem assim. Que as Paradas apesar de terem formatos diferentes... A Parada do orgulho vinha com o discurso mais formado sobre ser um evento cultural. E a Parada Livre... no formato político dela, ela nunca deixou de ser político e cultural também... mas isso é uma percepção sofisticada que fui perceber nos anos seguintes.”

Em 2008, com o fim do Fórum LGBT, ocorre uma reaproximação entre as organizações que propunham a Parada LGBT e a Parada Livre. Sobre essa reaproximação, Estevan revela:

“acho que foi bem oportuno, daí a gente se reaproximou valendo... daí, outras organizações que faziam parte do Fórum se desfizeram... as vezes eram grupos de uma ou duas pessoas só, que nem tinham ações. Tinham ações pontuais para participar da Parada. Então foi uma

reaproximação produtiva, que acabou repercutindo em outras formas de parcerias. Outras parcerias de trabalho, de militância mesmo, de ações conjuntas, de ações políticas, de apoio mútuo(...) E daí começa um reconhecimento maior da questão histórica e da importância da Parada Livre. É a principal Parada... Não é por acaso que no interior do Rio Grande do Sul quase todas as Paradas se chamam Paradas Livres. Porque ela é um referencial. E só no Brasil se chama Parada Livre... Então é uma referência importante. Quando outros lugares começam a reproduzir ela, como um formato... mesmo se apropriando do título. É um reconhecimento de legitimidade.”

Como vemos, a reaproximação é significativa e mostra uma transformação no cenário local de militância. Nesse período, com o Nuances atravessando algumas crises, é a Igualdade que assume grande parte das responsabilidades de coordenar o processo de organização da Parada Livre. E para a edição de 2008, a Parada muda de estação; nesse ano, a Parada Livre deixa de ser realizada no inverno e ocorre no mês de novembro. Essa transição se mantém para os próximos anos. Como afirma Cláudia, militante da LBL, tirar a Parada Livre do frio e da chuva foi “uma grande sacada”. Nesse ano, junto da Parada Livre, acontece novamente a Marcha Lésbica, a qual abre a caminhada.

Alguns dias depois da Parada de 2008, uma publicação no blog da Liga Brasileira de Lésbicas põe em questão: “porque motivo, afinal, realizamos a Parada Livre?”. O manifesto propõe reflexões importantes sobre como a Parada Livre:

“tem resultado numa manifestação machista, onde os corpos são o mote mais importante e onde apresentamos um estilo de vida que está longe de representar a sociedade que queremos.”. Assim, o evento “representa, sem dúvida, uma faceta da população homossexual, mas deixa de fora, inegavelmente, muitas das “cores do arco-íris””.

Segue afirmando que:

“enquanto militantes vemos nossas pautas se esvaziarem numa proposta que minimiza a luta pela livre expressão sexual e pelo direito aos nossos corpos. Como população engajada na luta pela visibilidade da comunidade LGBTTT, não temos acesso às verbas do evento, que é direcionada ao público masculino, ao longo de todos esses anos, reforçando o mesmo estereótipo sexista, machista e racista da sociedade que, enfim, queremos transformar.”.

Ao final da publicação, falam da importância de fortalecer o 29 de agosto, lutando pela construção do dia visibilidade lésbica. É nesse contexto que em 2009 a terceira Marcha Lésbica deixa de ocorrer junto da Parada Livre e é realizada durante a semana da visibilidade lésbica, na

qual ocorreu também a primeira Jornada Lésbico Feminista¹⁰⁴.

Ainda em 2008, outro evento de ocupação pública pela diversidade ocorre na cidade de Porto Alegre. Nesse ano, além da décima segunda Parada Livre e da segunda Marcha Lésbica é realizada a primeira Parada da Diversidade Comunitária da Maria da Conceição. A Parada Comunitária, realizada na região do Partenon na cidade de Porto Alegre, propôs a ocupação do espaço urbano longe das regiões centrais da cidade. Juntando 1500 pessoas, a Parada da Maria da conceição marcou história com o lema de “*Comunidade sem Homofobia*”.

Em 2009 a décima terceira Parada Livre ocorre sob o slogan “Direitos SIM, Violência NÃO”. Alguns meses antes da Parada, ocorre então a terceira Marcha Lésbica, a qual é antecedida pela 1ª Jornada Lésbica Feminista do RS. Antes ainda da realização da Marcha, ocorre a segunda Mini Parada Livre de Porto Alegre¹⁰⁵, proposta pelo grupo Desobedeça. Sobre essa, a seguinte descrição pode ser encontrada no site do PSTU:

“Diferente das paradas de hoje em dia, a Mini Parada teve um caráter de luta e não apenas de festa. Não foi financiada por governos e empresas. Por isso, resgatou o sentido histórico do Dia do Orgulho GLBT. Com muita alegria e irreverência, comandada pela artista Lolita Bombom, entre uma apresentação e outra houve intervenções dos apoiadores: Conlutas, 39º núcleo do CPers-Sindicato, grêmios estudantis, LBL, PSTU, PSOL entre outros. O eixo principal foi o combate às constantes repressões aos homossexuais em frente ao shopping Nova Olaria, famoso por discriminar a juventude homossexual.”¹⁰⁶

Em 2010, poucos dias antes da Parada Livre ocorre um incidente que produz um clima de insegurança, sobretudo entre as entidades organizadoras do evento. Tratou-se de uma ligação recebida por Marcelly Malta, presidente da Igualdade, em que seu interlocutor afirmava ser de um grupo de Skinheads que viriam para Porto Alegre manifestar-se contra à Parada Livre¹⁰⁷. Mesmo com o clima de insegurança diante da ligação, a Parada Livre transcorreu sem maiores incidentes. Nesse sentido, a repercussão midiática sobre o evento, ao dar atenção ao incidente, possibilitou que fosse colocado em evidência o problema da violência contra LGBTTs.

Em 2011, ocorre a décima quinta Parada Livre com o tema “Derrubando cercas, ampliando territórios”. Esse tema vem no sentido de visibilizar algumas lutas bastante específicas quanto ao contexto local. Como informa o folder dessa edição do evento:

¹⁰⁴ Vale frisar que em 2009 e nos próximos anos as Marchas Lésbicas ainda abrem a caminhada das Paradas Livres; o que ocorre é que a Marcha do dia 29 de agosto ganha destaque sobre a que ocorre junto à Parada.

¹⁰⁵ A partir daí, a Miniparada passa a ocorrer anualmente, sendo renomeada de Parada de Luta no ano de 2013.

¹⁰⁶ Disponível em: <<<http://www.pstu.org.br/escondido/porto-alegre-tem-parada-glb-alternativa-com-5-mil-pessoas/>>> (acessado 21/12/2016)

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tt6ck_ctoY>> (acessado 21/12/2016)

“O tema da Parada Livre de 2011 é "Derrubando Cercas, Ampliando Territórios", como forma de chamar a atenção para o reiterado movimento de algumas "autoridades" do terceiro ou quarto escalão municipal no sentido de retirar a Parada de seu tradicional local, que é o Parque da Redenção, ou Parque Farroupilha, bem como da intenção de provocarem o cercamento do parque, num atentado contra a liberdade de ir e vir e usando para isso, de maneira preconceituosa, a criminalização das práticas sexuais de homossexuais e travestis, historicamente acostumados a usarem o Parque como ponto de encontro.”¹⁰⁸

Já a décima sexta edição da Parada Livre foi marcada tanto por reaproximações quanto por afastamentos e agravamento de tensões. Primeiramente, temos o agravamento de tensões entre movimentos pela diversidade e Estado. Para compreendermos como tais tensões foram desvelados, é necessário saber que desde 2011, ano de sua criação, a Coordenação da Diversidade Sexual da Secretária de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul constava enquanto apoiadora da Parada Livre. Contudo, em 2012, o coordenador da pasta tomou iniciativas que alarmaram militantes das entidades responsáveis pela organização do evento.

Sandro Ka, militante do Somos, declarou, em entrevista para o Jornal Sul21¹⁰⁹, que “a Secretaria (de Justiça e Direitos Humanos) está mais preocupada com a glamourização do evento do que com as políticas públicas”. Tal glamourização, no ano de 2012, se converteu na tentativa de trazer a atriz carioca Viviane Araújo como um chamariz para a campanha de divulgação que a Coordenação produziu sem consultar o Coletivo de organização da Parada. Sobre a vinda da atriz, o militante do Nuances Célio Golin, na mesma entrevista ao jornal Sul21, declara que trata-se de alguém que “não têm nada a ver com o movimento LGBT e nenhuma identificação política com a nossa causa” de forma que “essas intervenções estão cada vez mais no sentido de despolitização da Parada”. Diante disso:

“O coordenador de Diversidade Sexual do RS, Fábulo Nascimento, explica que a atriz fará uma participação especial no trio elétrico do governo gaúcho. “Não será no trio principal da Parada. É no nosso trio. Teremos um trio e um estande da Secretaria no evento para divulgar o programa RS Sem Homofobia”, diz. A contratação da atriz se deve pela relação de proximidade do coordenador e o cachê é pago com verba privada, garante. “Ela (Viviane Araújo) já participou de 20 paradas e foi considerada a ‘musa dos gays’. É rainha do

¹⁰⁸Disponível em: <<http://www.culturacd.com/2011_10_01_archive.html>> (acessado 21/12/2016)

¹⁰⁹Disponível em: <<<http://www.sul21.com.br/jornal/16a-parada-livre-no-rs-expoe-briga-entre-movimento-lgbt-e-governo-gaucho/>>> (acessado 21/12/2016)

Carnaval do Rio e foi madrinha da Parada Gay em Copacabana. Ela não é uma figura de liderança do movimento LGBT e não tem a ver com a temática da homofobia. Mas é uma pessoa da mídia que pode trazer visibilidade para o programa governamental” diz Nascimento”¹¹⁰.

Face a essa iniciativa da gestão estadual, as entidades organizadoras da décima sexta Parada Livre e da sexta Marcha Lésbica lançaram uma nota de repúdio às ações da Coordenadoria da Diversidade Sexual. Nela, frisam as distâncias entre Estado e movimento, reafirmando a importância não interferência desse primeiro sobre as iniciativas do segundo. Nessa via, um dos trechos do documento ressalta que:

“Quando uma Secretaria de Estado, sem discutir ou ouvir o Coletivo de organização da Parada, convida, intermedia ou contrata alguém de fora da cidade para que se apresente num espaço organizado e estruturado a partir de uma discussão coletiva, interfere diretamente nas decisões da organização social e extrapola o seu papel neste processo; mais grave, desprestigia os e as artistas locais que voluntariamente sobem ao palco, sem qualquer pagamento de vantagem ou cachê, numa atitude desprendida que movimenta corpos, consciências, ações na perspectiva de uma sociedade livre de todas as discriminações;” (Canfield, 2015, p.169).

É interessante perceber que, nesse momento, o conflito se dá diretamente com um órgão governamental, diferentemente dos momentos anteriores, em que se acusava os próprios grupos militantes de estarem a mando de interesses de pessoas no governo. Podemos dizer que o alvo torna-se mais visível; em vez permear o interior do próprio movimento, a tensão está agora condensada num órgão que foi criado especificamente para atuar juntos as demanda LGBTTs da cidade.

Nesse mesmo ano, há ainda pelo menos dois outros fatos relevantes. Um deles é a realização conjunta da Marcha Lésbica e da Parada Livre, depois de três anos realizadas separadamente. Sobre isso, a militante Cláudia pontua como sendo um dos fatores para reaproximação a dificuldade de organizar o evento entre poucas pessoas. A produção das Marchas recaía sobretudo sobre as militantes da Liga Brasileira de Lésbicas, as quais começavam a sentir-se sobrecarregadas com o montante de trabalho que a realização da Marcha exige. Voltar a realizar a Marcha junto da Parada Livre possibilita que determinadas tarefas – como a reserva do parque e a produção de materiais e processo de divulgação (visto que no material passa a divulgar tanto a Parada quanto a Marcha) – não fiquem a cargo somente da LBL. Ainda assim, é dado que quem se responsabiliza diretamente

¹¹⁰Disponível em: <<<http://www.sul21.com.br/jornal/16a-parada-livre-no-rs-expoe-briga-entre-movimento-lgbt-e-governo-gaucho/>>> (acessado 21/12/2016)

pela realização da Marcha – pela produção de materiais específicos da Marcha e pela organização logística de sua realização – é a LBL.

Ao mesmo tempo em que ocorre essa reaproximação, uma outra cisão ocorre. O ano de 2012 demarca a saída da ONG-Igualdade, que, até então, era quem assumia a maioria dos encargos relativos à realização da Parada, do Coletivo de organização do evento. Quanto a isso, Ana, militante da Igualdade, parecendo insatisfeita com os rumos tomados pelo evento, afirma durante a entrevista:

“2012 foi a última Parada que participei, a gente tinha pouca... Acho que tanto aqui quanto no Brasil inteiro, as Paradas são organizadas por lésbicas e por gays... então as travestis ficavam assim, como palhaças... na questão da fala, na questão de falar por nós mesmas... tinha não sei quanto minutos de fala no palco e daí era só show. E não é isso né, mostrar peito... é dia de festa do orgulho LGBT, mas pra mim não é mais orgulho...”

Por seu trajeto histórico na construção das Paradas e por a sua representatividade junto ao movimento trans, a saída da Igualdade-RS marca uma ausência significativa no Coletivo de organização da Parada Livre. A ausência da Igualdade fez com que em anos subsequentes a entidade fosse convidada a reingressar no Coletivo. Contudo, na conversa que tivemos, Ana declarou que ainda não era o momento de retornar. Ela inclusive ressaltou que um de seus amigos, após participar de uma Parada Livre que não contou com a Igualdade-RS enquanto entidade organizadora, lhe enviou uma mensagem dizendo:

“”Ana, você é uma militante que tem feito muita falta na cidade de Porto Alegre”. (...) E me perguntou, “por que tu não retorna pra falar da população de travestis, que é a população mais discriminada e a população que mais sofre violação de direitos humanos e a população mais assassinada do Brasil?”. Aí eu respondi pra ele: “não é o momento, não sei quando vai ser o momento.’.”

Aqui é interessante frisar que, no ano de 2012, também o Fórum Paulista de Travestis e Transexuais rompe com a organização da Parada LGBT de São Paulo¹¹¹. Certamente, as duas saídas têm diferenças fundamentais em relação à influência que cada organização exercia dentro da dinâmica de organização do evento. No caso de São Paulo, nota-se que agentes do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais percebem-se à mercê dos desmandes da Associação da Parada LGBT. Já em Porto Alegre, a Igualdade-RS era uma das entidades com maior poder decisório dentro do Coletivo de organização da Parada Livre. Essa diferença não significa que as travestis e as pessoas

¹¹¹ Disponível em: <<<http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2012/06/09/travestis-e-transexuais-protestam-contraparada-gay-e-machista-e-misogina/>>>. Acessado em 10/01/2017

transexuais não fossem subalternizadas - como declara Ana -, contudo, coloca uma diferença importante no diagrama das relações de poder envolvidas em cada uma dessas cisões.

Sobre a saída da Igualdade, Bruno, militante do Nuances, afirma que ela teria a ver com alguns desentendimentos que transcorreram enquanto a Igualdade era a principal responsável pela gestão dos recursos da Parada Livre:

“a gente teve um atrito, daí a gente se reuniu com a Liga, com o SOMOS e a gente disse: “olha, assim não dá. Precisa ser uma coisa mais transparente, nós queremos uma organização coletiva e tal e tal.” Daí elas se retiraram. (...) Isso até hoje a gente não conseguiu recuperar. (...) Faz três anos que elas não participam... Mas começou já um pouco antes; numa Parada anterior, a gente já tinha cobrado delas: “olha, assim não dá””

Pergunto, então, quais eram os pontos de atrito:

“Por exemplo, a associação à AIDS. A Igualdade sempre foi a favor, por exemplo, da questão do teste rápido... daquelas coisas que a gente era contra. Esse projeto junto ao ministério da saúde, que a gente não sabia (...) faziam articulações sem a gente saber. Com secretárias com outras secretárias. Teve um evento que foi bem exemplar que foi aquela história de fazer um camarote e trazer a atriz aquela a... Viviane Araújo. Que ela fez uma articulação ali na secretaria de justiça, que estava o Fábulo. A gente estava contra e a gente conseguiu, a Parada era domingo e, na sexta feira, a gente conseguiu barrar.”

Mesmo que essas controvérsias permeiem a saída da Igualdade-RS, as palavras de Bruno nos dão a perceber o anseio por um possível retorno. Segundo integrantes da Igualdade-RS, tal retomada ainda não está no horizonte do grupo. Ao que parece, elas estão concentrando suas forças em içar outras bandeiras. É como declara Ana:

“A gente tem dois momentos, a Parada Livre e o dia da Visibilidade Trans¹¹². Acho que esse é importante pra nós. Temos que se focar no Brasil inteiro (...) o que vai acontecer no dia 29. A gente sabe que são poucas, a gente teve dois momentos importantes, no fórum social temático (...) na esquina democrática (...) sobre várias travestis do Brasil inteiro que vieram participar... fazer uma fala somente da população de travestis e transexuais. Acho que a gente tem que empoderar o dia 29 de janeiro. O dia 29 de janeiro agora é o dia mais importante”

Assim como a LBL outrora se desvinculou do Coletivo da Parada para investir na semana da

¹¹² O surgimento do dia se deve a “uma campanha realizada pelo Ministério da Saúde, chamada “Travesti e Respeito” e lançada no Congresso Nacional no dia 29 de janeiro de 2004. A partir daí, a data ficou conhecida como o Dia da Visibilidade das Travestis e posteriormente como o Dia Nacional da Visibilidade Trans, para também contemplar mulheres transexuais e homens trans.”

Disponível em: <<<http://www.nonada.com.br/2016/01/coluna-gemis-visibility-trans-um-dia-de-luta-e-combate-a-transfobia/>>> (acessado em 10/01/2017)

visibilidade lésbica, desde 2013 as militantes da Igualdade partem para concentrar forças no dia da visibilidade trans. Nesse sentido, é perceptível o fortalecimento da celebração nos últimos anos, a qual tem sido marcada por diversas atividades, com destaque para o lançamento e para as reedições do projeto “Direito à Identidade” que, desde seu lançamento, em janeiro de 2013, tem mobilizado agentes dos movimentos LGBTT no município e no estado. Vale também citar que, em algumas dessas celebrações do dia 29, foram realizadas marchas como a que em 2013 saiu da Usina do Gasômetro, espaço de articulações culturais e políticas da cidade, e percorreu as ruas em direção ao Foro Central da cidade de Porto Alegre com a finalidade de protocolar ações do projeto DI.

Em 2013, com o tema “Ajoelha e Reza: Liberta-te do preconceito!”, a Parada Livre foi às ruas em denúncia à desigualdade e ao fundamentalismo religioso e em defesa da laicidade. Como afirma o texto de divulgação do evento:

“Um país que se pretende democrático não pode aceitar a existência de cidadãos ou cidadãs de segunda categoria. Da mesma forma, não pode ser governado por dogmas e princípios religiosos, deixando que fundamentalistas imponham seus pensamentos moralistas e comprometendo diretamente o princípio de um Estado laico, onde religião e política não devem se misturar.”¹¹³

É sensível que, também em 2012, a campanha de divulgação da Parada Livre acirrou sua postura de contraposição ao fundamentalismo religioso. Diante disso, cabe lembrar que nos anos de 2011, 2012 e 2013 transcorreram importantes embates legislativos entre agentes de movimentos feministas e LGBT e agentes fundamentalistas¹¹⁴. Alguns deles são: a proposição, feita em 2012, pela Liga Brasileira de Lésbicas e apoiada por outras entidades como Somos e Nuances, de retirada de crucifixos das repartições públicas do estado do Rio Grande do Sul; o veto ao “kit anti-homofobia” realizado pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2011; a proposição do PL 126/2013 que buscou instituir no estado o Dia do Nascituro e a Semana Estadual de Defesa e Promoção da Vida, o qual, como afirma moção de repúdio publicada no site da LBL, visou “reverter os avanços no atendimento do abortamento legal, como no caso de estupro e fetos anencéfalos e nos casos de risco de vida da mãe” ligando-se ao PL 489/2007 que, a nível nacional, “propõe instituir o Estatuto do Nascituro, proibindo a prática do aborto legal no Brasil, retirando a autonomia e o direito de decisão das mulheres”¹¹⁵; o PDC, apelidado de “Cura Gay”, que visava sustar as normas do Conselho Federal de Psicologia que proíbem profissionais da psicologia de

¹¹³Disponível em: <<http://paradalivre2013.blogspot.com.br/2013_11_01_archive.html>> (acessado em 10/01/2017)

¹¹⁴Podemos, aqui, nos basear na livre definição de Malavolta (2015, p.42) do fundamentalismo religioso “como sendo a reação autoritária, sectária, muitas vezes violenta de grupos religiosos a avanços de concepção que contrariem ou se desviem, ainda que minimamente, da leitura que fazem seus líderes dos textos bíblicos.”

¹¹⁵Disponível em: <<<http://lblrs.blogspot.com.br/2013/11/mocao-de-repudio-ao-pl-1262013-que.html>>> (acessado em 10/01/2017)

patologizar comportamentos ou práticas homoeróticas e posicionar-se publicamente de forma a reforçar o estigma contra homossexuais. Em ressonância com a postura de enfrentamento aos discursos fundamentalistas, a Marcha Lésbica, que foi primeiramente planejada para ocorrer na semana da visibilidade lésbica traria como tema "tirem suas doutrinas das nossas vaginas, tirem seus rosários dos nossos ovários". Devido a chuvas, a Marcha foi realocada para transcorrer junto com a Parada Livre.

Finalmente, a décima oitava Parada Livre e oitava marcha Lésbica da cidade de Porto Alegre, trouxe o tema "Todo corpo é Político". A arte dessa edição do evento foi produzida como uma grande boca cercada de frases como "a revolução é trans", "homo-lesbo-transfobia mata", "já deu pinta hoje?", "indecente é o teu preconceito", "meu útero é laico", "meu corpo minhas regras", "meu cu é laico". Enquanto estratégia de divulgação, o Coletivo de organização da Parada realizou uma campanha na rede social Facebook que incentivava quem apoiasse o evento a produzir fotos que retratassem corpos sendo utilizados como superfície para a escritura de dizeres de protesto. Em consonância, foi um vídeo produzido pelo Coletivo em parceria com uma agência audio-visual que ofereceu seus serviços voluntariamente. O vídeo, tendo menos de um minuto de duração, mostra um corpo que caminha vigorosamente em direção da câmera e arranca as roupas que o vestem; sobre sua pele aparecem três bocas que recitam o seguinte trecho do poema de Marcelo Caetano¹¹⁶:

“Meu corpo é um campo de batalha
De minha pele fiz muralha
E de minhas mãos, revolução
Se minha respiração é transgressora
Pulso sem te pedir licença
De mim mesmo, fiz destino para todes”

¹¹⁶Disponível em: <<<https://marcelocaetanocz.wordpress.com/>>> (acessado em 13/10/2016)

5. O processo de construção da Parada Livre de 2015

A realização das Paradas não é um ato isolado e nem mesmo se limita a ação de um único grupo. Ela é fruto da ação conjunta de pessoas que se reúnem para realizar o evento e tomam para si a responsabilidade de fazer com que a Parada Livre aconteça; elas marcam encontros, estabelecem pautas, dialogam com centenas de agentes, negociam o dia exato em que será realizado o evento, promovem estratégias de divulgação, pressionam agências estatais, mobilizam recursos e interesses, etc. Essas pessoas, em sua maioria, são vinculadas a grupos e a instituições que se definem ou como pertencentes ou como parceiras na luta dos movimentos pela diversidade sexual e de gênero. Com o objetivo de fazer com que uma Parada Livre aconteça, elas definem espaços e momentos em que possam trabalhar juntas durante a maior parte do ano.

Neste capítulo, abordarei o processo de realização da Parada Livre de 2015 a partir da descrição e reflexão resultantes de minha participação no Coletivo de Organização da décima nona edição do evento. Defini como atividades fundamentais ao processo de construção da Parada Livre: definição de uma discursividade coletiva, a manutenção de um espaço de diálogo entre organização militantes, as negociações pelo espaço público, a prospecção de recursos, a articulação com órgãos públicos e privados, a criação de canais de comunicação e a realização e coordenação das ações de mobilização urbana, as quais não se reduzem somente ao dia da Parada. A partir da definição dessas atividades, tentarei visibilizar os desdobramentos da ação coletiva que resultaram na realização da décima nona Parada.

Para a análise da ação coletiva, parto da compreensão de que mesmo que o Coletivo de organização trabalhe em vias de realizar um objetivo comum, isso não tira de cena os interesses específicos que a diversidade de agentes traz para o coletivo. E, nesse sentido, não há simplesmente oposição entre objetivos coletivos e individuais; há uma rede de interesses que nem a todo momento convergem, mas que resultam na realização de um evento que comporta uma pluralidade de significações. Assim, compreendo que para que a Parada seja realizada é necessário que as pessoas lidem com a imprevisibilidade da ação coletiva e renovem suas formas de engajamento, atuando em meio a relações de poder em que o desdobramento de suas ações e até mesmo seu próprio destino sempre estão em jogo.

Já vimos como na cidade de Porto Alegre os processos de construção coletiva do evento resultaram em conflitos que afastaram as entidades locais e criaram eventos paralelos. É perceptível que parte das tensões decorrentes desse conflito se encontram atenuados, o que não significa nem que eles não mais reverberem, nem que não existam novos. O fato de que duas Paradas são até hoje

realizadas em Porto Alegre, a Parada Livre e a Parada de Lutas, por mais que remeta aos conflitos que em 2005 a 2007 resultaram na divisão que acirrou os antagonismos, sobretudo, entre Nuances e Somos, não se refere aos mesmos dilemas de outrora. Nesse sentido, o ano de 2015 foi extremamente significativo ao apontar as transformações de antagonismos que ainda remetiam a aquela primeira cisão.

De 2014 a 2015, passou-se de cinco instituições organizadoras para vinte. Essas foram de Nuances, LBL, SOMOS, SAJU e Criolos em 2014 para Nuances, Somos, Liga Brasileira de Lésbicas, Juntos LGBT, Diversxs, União da Juventude Socialista (UJS), Freeda, G8-Generalizando do SAJU-UFRGS, Nupsex, Criolos, Diretório Acadêmico da Universidade Ritter, Diretório Acadêmico da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Outra Visão, Mães Pela Diversidade, Núcleo Diversidade Ordem dos Advogados do Brasil\RS, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo LGBT Comunista, Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), Mundo Invisível e Frente Quilombola¹¹⁷. Esse aumento significativo no número de entidades envolvidas representou a entrada tanto de grupos que nunca antes tinham participado do processo de organização nem da Parada Livre e nem da Parada de Luta, quanto de grupos que até então se envolviam somente com a organização da Parada de Lutas¹¹⁸. Salvo o grupo Desobedeça, todas as organizações que assinaram como organizadoras da Parada de Lutas de 2015 organizaram também a Parada Livre do mesmo ano. Ainda que esse fato não signifique a plena superação dos conflitos vigentes, ele coloca em jogo novos potenciais de ação e aponta para mudanças nas dinâmicas associativas relativas à militância LGBTT.

5-1. A Construção Coletiva dos Discursos

I

Em 2015, a convocatória para a primeira reunião do Coletivo de organização da Parada Livre foi feita através do canal de e-mail utilizado pelo coletivo no ano anterior. A partir da definição da hora e do local em que seria realizada a reunião, foi publicada uma chamada no

¹¹⁷ Mesmo que ambas assinem o material de divulgação da Parada, optei por contabilizar o CRDH - Centro de Referências em Direitos Humanos – junto com o Nupsex – UFRGS uma vez que o CRDH é um programa de extensão do núcleo.

¹¹⁸ É necessário ressaltar que, ao analisarmos os materiais produzidos pelo coletivo de organização da Parada Livre, é possível constatar que a assinatura e o logotipo de alguns grupos aparecem e desaparecem. Esses aparecimentos e desaparecimentos tem a ver com a dinâmica de participação dentro dos processos de construção da Parada; uma vez que as reuniões são abertas e qualquer pessoa pode ir e vir, ocorre que representantes de determinados grupos deixam de comparecer às reuniões em dado momento do processo. A partir daí, é possível perceber que a assinatura de algumas entidades nem sempre figurará nos diferentes folders e notas públicas produzidas ao longo dos meses em que o coletivo de organização se reúne para a elaboração do evento.

Facebook convocando quem quisesse a se juntar à organização do evento. O dia definido foi terça-feira, sete de julho. Às 18h30, hora marcada para a reunião, o centro da cidade carregava as marcas de um dia alvoroçado. Durante a maior parte da manhã e da tarde, ruas do centro da Cidade de Porto Alegre foram ocupadas por funcionários e funcionárias de agências públicas em protesto contra o congelamento salarial e contra ajustes orçamentários propostos por representantes do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Na sala de reuniões, rostos conhecidos e novos agentes; feições que vivenciam o cotidiano local da militância ou que desejam imergir em um novo processo político. Pouco a pouco, as pessoas chegavam e se sentavam próximas umas as outras, um movimento que se repetiu diversas vezes ao longo do ano, mantendo o espaço de diálogo e de produção discursiva.

É de praxe que o Coletivo de organização da Parada Livre proponha uma temática a cada nova edição do evento. A elaboração e a definição dessa temática se dão a partir do debate coletivo. Assim, um enunciado é definido, dando a tônica daquela edição. E essas últimas variam consideravelmente: podem, como em 2000, demarcar a celebração dos “500 anos de quatro” desde o início da colonização portuguesa; podem ser imperativos e afirmar, como em 2009, “Direitos SIM, Violência Não”; também podem pregar uma nova espécie de altruísmo, como 2006, ao lembrar que “É dando que se recebe”. Enfim, cada enunciado é reiterado não só no dia da Parada Livre, mas antecipa o evento ao estabelecer ainda outra camada de significação. Assim, foi ainda na primeira reunião do ano que o tema do slogan veio à pauta: o que enunciaremos esse ano? Que slogan será construído para a décima nona edição?

Rapidamente despontaram sugestões. Sobretudo, essas sugestões vieram na forma de denúncia: denúncia ao genocídio de travestis e transexuais¹¹⁹; ao projeto de lei do Estatuto da Família¹²⁰; ao avanço do fundamentalismo e do conservadorismo¹²¹; à redução da maioridade penal; à proposta de cercamento do Parque da Redenção; à precariedade dos serviços de saúde no que tange a atenção às populações LGBTTT. Ainda que tais sugestões tivessem um caráter de denúncia, não se abriu mão de enunciados lúdicos e sarcásticos; o campo de lutas não é só marcado por denúncias sisudas, mas também é espaço de criatividade.

Pode-se considerar que cada um dos seis temas levantados se dirige a um âmbito específico, ao mesmo tempo em que se refere a uma dimensão de lutas comuns. E essa dimensão de lutas

¹¹⁹ Com o fortalecimento e expansão do ativismo trans no mundo nas últimas duas décadas, a violência contra travestis e transexuais tem cada vez mais sido denunciada publicamente. Em levantamentos recentes realizados pela Transgender Europe (2008-2014), o Brasil é definido como “o país que mais mata travestis e transexuais no mundo”.

¹²⁰ Projeto, que surge enquanto uma reação ao reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, tramita no Congresso e aponta para um retrocesso nas lutas pelos direitos LGBTTT.

¹²¹ Nesse caso, o avanço toma como referência às investidas de grupos e agentes, sobretudo vinculados a igrejas católicas e evangélica, que mobilizaram esforços para pressionar o âmbito legislativo do Estado em favor da exclusão às referências a sexualidade, gênero, identidade de gênero e homofobia dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais 2014 e 2015. Desdobramentos locais dessas mobilizações foram discutido na sessão anterior.

comuns não se fecha na questão da diversidade sexual e de gênero: ainda que o cercamento do parque e a redução da maioria penal tornem mais latente o caráter transversal das temáticas, não há uma delas que possa ser compreendida como uma luta isolada. Sendo notórias e recorrentes as tensões que se estabelecem quando determinada luta política, como a luta pelos direitos e pela liberdade de expressão sexual e de gênero, parece fragmentar-se desde um território supostamente maior em questões específicas, são falaciosos os argumentos que assumem por pressuposto que focar a problemática de um grupo, população ou comunidade determinada enfraquece a coesão da luta. Tomar um ponto específico como foco não é mais ou menos perigoso que propor enunciados que sejam, supostamente, mais abrangentes ou universais. O problema não é a amplitude da demanda, mas sua relevância dentro de conjunturas e diagramas de relações de poder específicos¹²².

As seis temáticas propostas na primeira reunião foram recolocadas nos encontros subsequentes. Na segunda reunião do coletivo, as conversas sobre o tema versaram justamente sobre especificidades e luta comum. Desde a discussão sobre temáticas voltadas para um segmento populacional específico, sobretudo, como já se percebe, de travestis e transexuais, foi colocada a possibilidade de uma “temática guarda-chuva” que tentasse abranger todos os segmentos da população LGBTT. A ideia de uma temática guarda-chuva ganhou força quando foi proposto que, a partir dela, a campanha de divulgação do evento criasse materiais diversos que aludissem às questões específicas sugeridas como tema até então. Também houve considerações de que o enunciado proposto através da temática fosse como um “grito de guerra” capaz levar à comoção. Ademais, o debate permaneceu em aberto e integrantes do grupo Freeda sugeriram a realização de uma dinâmica de grupo para decidirmos o tema da Parada Livre.

Na terceira reunião, como combinado, nos dedicamos à dinâmica voltada à construção do slogan. Através de perguntas estratégicas sobre a temática, o debate fluía e certos enunciados eram anotados em folhas apoiadas num cavalete. O que esse momento pareceu comportar foi uma ampla leitura conjuntural onde foram percorridos muitos dos pontos sensíveis com que militantes LGBTT se defrontam. Dentre esses, a questão da violência ganhou destaque: apontou-se o aumento da violência e foi cogitado se não seria esse aumento um reflexo das conquistas dos movimentos; estaríamos diante de uma maré reacionária? A noção de que vivemos uma maré reacionária ganhou força e abriu espaço para a proposição de uma “frente contra o retrocesso”¹²³. Para colmatar esse enunciado, a sigla LGBTT foi revisitada e dela emergiu, na voz de uma militante do grupo G8-

¹²² Nesse sentido, a militância LGBTT é rica em exemplos, um dos mais evidentes sendo quando a identidade gay prevalece sobre o restante da sigla. Nesse sentido, organizar estratégias políticas destacando a questão gay se torna, com facilidade, uma prática excludente. Não que não se possa construir nada voltado especificamente a essa categoria identitárias; a questão é que, dentro da militância pela diversidade sexual e de gênero, há de se cuidar com a ênfase uma vez que conhecemos os processos históricos de subalternidades dentro das subalternidades.

¹²³ É interessante destacar que a questão do retrocesso foi o ponto culminante dos debates que começaram como frente ao fundamentalismo e ao conservadorismo.

Generalizando, o termo Lesbitransviadagens. Compreendendo que a temática do enfrentamento ao retrocesso poderia servir como o 'guarda-chuva' proposto na reunião anterior. Assim, o coletivo acordou em nomear a edição de 2015 como “Lesbitransviadagens: Frente contra o retrocesso”.

A partir dessa definição, os esforços se voltam para a campanha de divulgação do evento. A fixação do enunciado pode então inspirar tanto a arte visual quanto o manifesto coletivo que visou explicar o retrocesso identificado pelo grupo. A identidade visual, 'a arte' da Parada, produzida voluntariamente por uma artista gráfica integrante do grupo G8-Generalizando, foi criada a partir de uma mescla entre a bandeira do arco-íris e a bandeira Trans. A imagem apresenta, sobre as faixas coloridas das bandeiras, 50 nomes diferentes, cada um designando uma forma de identificação. Essa diversidade de denominações se conjuga na composição da frente, ao mesmo tempo em que evidencia a multiplicidade que povoa o campo da sexualidade e das relações de gênero.

À elaboração da arte soma-se a criação do manifesto que situa as lutas presentes. Uma vez que algumas pessoas se propuseram a iniciar a escrita do manifesto para então expor ao coletivo que realizaria as adequações necessárias, abriu-se espaço para a criação conjunta. Dentro dessa, a questão da linguagem, dos termos, dos sentidos que circulariam através do grupo e das entidades vinculadas colocou em cena uma negociação de interesses que se refere aos sentidos e aos discursos produzidos coletivamente.

Foram negociações que se deram quanto ao que dizer; dizer que o governo federal “abandonou os movimentos sociais” ou que “não age” diante os avanços conservadores? A forma do enunciado principia uma disputa a partir da qual, para cunhar uma escrita coletiva, são debatidas posturas que o governo tem assumido ao passo que são trazidos contrapontos, ponderações e indagações. Estamos em um ponto sensível das disputas entre partidos e é fácil notar que as opiniões sobre essa questão também se referem às diferentes filiações partidárias de quem estava ali presente. Mesmo apontadas as falhas da gestão federal do PT perante questões preciosas aos movimentos LGBTTT, sendo uma das mais expoentes a questão do Kit anti-homofobia, consideram-se as tensões políticas no país em um contexto maior. Deveríamos assumir uma postura mais agressiva aos descasos do governo ou também considerar os aspectos em que esse esteve aberto para a construção de políticas públicas para a população LGBTTT?

Ao fim, não foi um consenso sonoro e aclamado entre todas as pessoas presentes que encerrou a decisão; não se estabeleceu um sentido definitivo, mas se optou por escrever de um modo e não de outro porque houve uma mínima coesão e um entendimento mútuo que não representaram unanimidade. Junto às dinâmicas de poder e persuasão, o que se deu foi também o exercício de criar um discurso estratégico, enfocando questões sensíveis à militância LGBTTT. Em um processo em que falamos sobre contextos e realidades vivenciadas, o resultado não foi a união sobre uma única opinião, mas o estabelecimento de uma alternativa que colocou em jogo as formas

através das quais compreendemos um mundo que nos é comum¹²⁴.

Como produto final da escrita coletiva, o resultado foi o seguinte:

“MANIFESTO CONTRA O RETROCESSO

A população brasileira vivência uma ofensiva dos setores conservadores que tem se manifestado através do discurso de ódio contra as minorias sociais, atacando os direitos e avanços que conquistamos nos últimos anos. Esta ofensiva conservadora é protagonizada por setores da direita e fundamentalistas religiosos, polarizando a sociedade e o Congresso Nacional.

A exclusão de qualquer menção à diversidade sexual e de gênero nos Planos de Educação; o projeto do Estatuto da Família, que vai contra a adoção de crianças por casais LGBTT; o projeto denominado “cura gay” e a redução da maioridade penal, que responsabiliza a juventude pela violência social, quando, na realidade, ela é a principal vítima da violência, são expressões desta ofensiva conservadora que estamos vivendo. O governo, por outro lado, não reage respondendo aos ataques destes setores de forma direta visando garantir a pluralidade da sociedade brasileira e as conquistas já realizadas.

A escola ainda é local de exclusão para a população LGBTT, pois há a imposição de um único modelo de comportamento social legítimo: a heterossexualidade cisgênera. Na saúde e segurança pública, as travestis, homens e mulheres trans, não encontram acolhimento adequado e respostas para suas demandas nas políticas públicas. Nos programas sensacionalistas da mídia, o conservadorismo encontra um local de disseminação de preconceitos, criando um cenário de pânico social e desinformação. Isto se reflete em projetos que limitam a vivência do espaço público e marginalizam ainda mais nossa posição no espaço social. Como, por exemplo, a proposta do cercamento da Redenção que materializa a interdição de um espaço para sociabilidade e expressão das diversidades.

Por isso, nós que acreditamos em uma sociedade plural, na democracia e nos Direitos Humanos, convocamos todas as pessoas a se juntarem à organização e participar da 19a edição da Parada Livre, no dia 8 de novembro, na Redenção, e a dizer NÃO ao retrocesso.”

Vê-se que as questões que foram anteriormente sugeridas enquanto temas do evento são contempladas e ligeiramente aprofundadas no manifesto. Percebe-se também que foi assumida a utilização de termo 'cisgênera'. Quanto a esse termo, vale ressaltar que a decisão de utilizá-lo não se deu sem que fosse questionada sua inteligibilidade; “as pessoas o compreenderiam?”. Destaca-se aqui que militantes do Ibrat agiram de forma decisiva nessa discussão, ressaltando a importância de

¹²⁴ Também me remeto aqui ao que Hannah Arendt (2003, p99) diz sobre compreendermos “como e em que articulação específica o mundo comum aparece para o outro que, como pessoa, será sempre desigual ou diferente. Esse tipo de compreensão — em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivialmente) do ponto de vista do outro — é o tipo de insight político por excelência.”

fazer circular o conceito.

Ademais, um dos últimos debates que se deu durante a escrita coletiva do manifesto foi sobre 'qual sigla utilizar?' para denominar a população a que nos dirigimos (e, nesse sentido, para denominar a população da qual fazemos parte). Visto que havia a possibilidade de utilizar tanto LGBTT como LGBTTI, deliberamos sobre a presença ou ausência da intersexualidade. Os posicionamentos de parte do coletivo afirmavam que a utilização do I era fundamental por tornar visíveis a existência de pessoas intersexuais e as violações a que seus corpos estão sujeitos; para outra, mesmo sem ignorar a importância da questão intersexual, não havia qualquer representação de pessoas ou organizações intersexuais a nível local e, por isso, não caberia 'falar por elas'. O segundo argumento prevaleceu.

Encaminhadas a arte visual e o manifesto, restava a promoção e a divulgação do evento. A campanha de divulgação do ano de 2015 baseou-se na produção e circulação de materiais gráficos¹²⁵ em espaço público, privados e na internet. Na internet, as ações se concentraram, sobretudo, na página e do evento da Parada Livre¹²⁶ no Facebook. Para a divulgação em espaços públicos e privados foram realizadas: distribuição de cartazes e panfletos em locais estratégicos como campus universitários, cinemas, centros de cultura, áreas de frequência LGBTT, colagem de cartazes por diferentes regiões da cidade¹²⁷, fixação de adesivos com a arte do evento na parte traseira de alguns ônibus municipais, vinculação da vinheta da Parada Livre na programação do canal de TvBus¹²⁸ e panfletagem nas ruas. As divulgações no espaço público dependeram, no aspecto da produção de materiais, da captação de recursos através de parcerias. Para a produção de panfletos, cartazes, lambe-lambes, etc. Foram realizadas parcerias com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Secretária Adjunta da Livre Orientação Sexual, Núcleo de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e com duas casas noturnas. A tiragem foi de 400 lambe-lambes, 800 cartazes e 5000 panfletos¹²⁹.

II

Nos últimos anos, a internet tem sido um espaço importante para compreendermos a

¹²⁵ Aqui vale também ressaltar que outra ação recorrentemente realizada em vias de divulgar o evento é a elaboração de briefings para jornais e sites de imprensa.

¹²⁶ Página é como chamamos a modalidade de perfil no Facebook que se refere a uma entidade ou organização; eventos são recursos que agendam atividades propostas por um perfil de Facebook.

¹²⁷ Nesse sentido, são explícitos os desejos de que a divulgação da Parada Livre ultrapasse as regiões centrais da cidade e chegue até regiões mais afastadas.

¹²⁸ Canal da rede de televisões dos ônibus de Porto Alegre.

¹²⁹ Esses números correspondem aos materiais voltados diretamente à divulgação do evento da Parada Livre de 2015, os demais materiais de divulgação produzidos pelo coletivo e financiados através de parcerias serviram a outras atividades, como veremos adiante.

construção discursiva referente à Parada Livre. A comunicação entre integrantes do coletivo de organização da Parada Livre se estende para além do tempo de reunião através do grupo de e-mails e do *Whatsapp*, os quais configuraram meios de comunicação interna. Conjuntamente, o site Facebook serve como meio de comunicação externa.

Evidentemente, a gestão dos canais de comunicação virtual demanda que algumas, senão a maioria das pessoas da organização possuam perfis no *Facebook*, *smartphones* e contas de e-mail. O critério de adição no grupo de e-mails e *Whatsapp* foi a participação em pelo menos uma reunião presencial do coletivo. Já o encargo de administrar a página de *Facebook* da Parada Livre de 2015 não foi sistematizado.

Realizadas nas primeiras reuniões, as tentativas de estabelecer uma comissão permanente de comunicação não vingaram e a administração da página foi mais, digamos, espontânea. Como muitas das pessoas que participavam do coletivo foram adicionadas como administradoras da página, a gestão acabou se dissipando entre quem, individualmente, se disponibilizava para tal. Diferente do grupo de e-mails que necessita apenas de alguém para adicionar ou excluir novos membros, a gestão da página e do evento de *Facebook* demanda uma maior articulação. Demanda que agentes do coletivo não só respondam às diversas mensagens enviadas por usuários e usuárias da rede virtual, mas que façam com que a Parada Livre “bombe”, ou seja, que, através da criação e compartilhamento de publicações, a página se torne cada vez mais visível e que o evento e seus significados alcancem o maior número de pessoas possíveis.

Para pensarmos os processos de construção coletiva dos discursos referentes à Parada irei relatar um momento de conflito que ocorreu justamente nesse entremeio dos canais internos e externos de comunicação virtuais. Primeiramente, já sabemos que a gestão da página e do evento de *Facebook* demandam que postagens sejam publicadas para aumentar o alcance da informação. Tais postagens aludem aos discursos estratégicos elencados coletivamente, ainda que muitas vezes não façam alusão direta ao evento da Parada. Podem ser piadas, comentários, notícias de jornais, imagens, textos, vídeos, etc. É então que, dentre as muitas postagens realizadas ao longo do ano, uma delas gerou especial comoção dentro do coletivo de organização da Parada. Tratou-se de uma piada publicada pela página 'Ajuda Luciana'¹³⁰, que foi compartilhada pela página de *Facebook* da Parada Livre. Ainda que o conteúdo da postagem não se referisse diretamente à Luciana Genro, mas à tramitação do Estatuto da Família, a inevitável referência à fundadora do Psol gerou insatisfações. Logo que foi realizada a publicação, uma mensagem foi enviada para o grupo de e-mails censurando a postagem e demandando que ela fosse apagada da página da Parada Livre. A justificativa é evidente (ainda que as circunstâncias sejam sempre fonte de debate): não se pode

¹³⁰O nome Luciana é em referência à Luciana Genro, integrante do Psol.

'favorecer' partidos ou candidaturas. Gerando comoção no canal de comunicação, a discussão somou diversos e-mails, tanto 'bélicos' quanto conciliatórios, que se reverteram num debate em reunião que, ao versar sobre as relações entre partidarismo e movimentos LGBTT, abriu o espaço para que se propusessem e reiterasse combinações internas.

Em certo sentido, é interessante que o incidente tenha sido, em parte, tratado como um desrespeito à pluralidade política que compõe a Parada. Em termos gerais, esse desrespeito pode ser explicado pela consideração de que nenhuma das diferentes opiniões e vínculos que cada pessoa que participa do coletivo mantém deve se sobressair aos demais. Esse limiar de indefinição em que o coletivo não se restringe à perspectiva de uma pessoa ou de um grupo, mas que encontra sua potência na constante construção e reconstrução de um projeto político entre agentes de diferentes segmentos sociais e políticos, só pode, então, ser minimamente assegurado através da manutenção do espaço de diálogo em que as contradições e as tensões jamais se dissipam por completo.

Mesmo que esse incidente tenha trazido ao debate a questão da pluralidade, interpretá-lo com severa gravidade arrisca insensibilizar-nos a tensões menos explícitas. Sabemos que as tensões entre partidos políticos e movimentos pela diversidade sexual são recorrentes nas brigas e rixas que permeiam as histórias de militância. Não é então de impressionar que reações agudas tomem a cena quando a partir de um espaço considerado militante são disseminadas informações indiquem vinculações partidárias. Isso porque a noção de que os movimentos podem tornar-se instrumento de um partido não representam paranoias entre militantes, mas podem ser rastreadas a acontecimentos onde, de fato, a luta pela diversidade sexual e gênero viu-se suprimida por não corresponder a interesses partidários ou até mesmo particulares. Contudo, acreditar na possibilidade de sejam estabelecidos limites absolutos entre partidos e movimentos é tão ingênuo quanto supor que interesses partidários são um fato secundário na militância LGBTT. O sentido apartidário do coletivo não tem a ver com a ausência de interesses partidários nem de agentes vinculados a partidos (que em certo ponto de vista pode caracterizar o coletivo como pluripartidário), mas de uma vigilância constante para que o potencial de visibilidade e articulação política das Paradas não sejam utilizados para fins personalistas. Se considerarmos que os incidentes antes de evidenciarem motivações subterrâneas nos ajudam a compreender os esforços de manter a pluralidade como princípio do projeto político, talvez possamos ver que os processos comunicativos em que a militância debate sobre potencialidades e limites da ação coletiva são cruciais para a construção do discurso político.

5-2. Negociações pelo espaço público

Como vimos anteriormente, já em 2001, ano da quinta Parada Livre, o grupo Nuances

discutia as tensões referentes à manutenção da Parada Livre enquanto um evento público, que se alia, mas não é proposta ou desenvolvida nem pelo setor privado e nem pelo Estado. Sabemos então que as negociações e o estabelecimento de parcerias entre agentes dos movimentos sociais sejam com o Estado ou com o setor privado nos conduzem a tramas controversas: tramas que não podem ser explicadas generalizando as posições de um e de outro. Por que uma Parada Livre é “financiada” pelo Estado ou pela iniciativa privada? Porque isso cumpre um mínimo do compromisso constitucional de assegurar a dignidade humana e de combater a desigualdade? Porque atrai o *pinkmoney*¹³¹ para a cidade? Porque representa a afirmação dos Direitos Humanos? Porque estabelece um território para a realização de estratégias de saúde pública? Porque dão visibilidade a gestores públicos e a empresas? Podemos indagar continuamente. O que é certo é que os interesses ou as razões das parcerias não são generalizáveis, mas só existem em relação às pessoas que agem em meio a situações concretas.

As parcerias entre Coletivo de Organização da Parada Livre e órgãos públicos, universidades e casas noturnas é uma estratégia que se tornou costumeira nos 19 anos do evento; pouco se debate sobre realizar ou não esse tipo de articulação, apenas se definem os parâmetros e as condições para realizá-las. Ainda assim, acredito que muitas das pessoas que compõem o Coletivo não desconheçam as críticas a que essas parcerias estão sujeitas. Quanto a essas críticas, podemos dizer que elas têm seu foco na consideração de que as parcerias podem produzir a despolitização do evento. A despolitização do evento, nesse caso, seria sua privatização ou a submissão da autonomia das reivindicações do movimento aos interesses de determinado segmento; segmento que pode ser tanto aquele que prioriza os interesses de uma única letra da sigla quanto de um único partido, governo ou empresa.

Se compreendermos que essa tensão quanto à manutenção do caráter público do evento não pode ser sanada, mas existe num constante jogo de forças em que, de fato, a coletividade pode ser submetida ao ordenamento arbitrário, sobretudo de quem ocupa uma posição privilegiada ao nível de recursos e influência, então como podemos agir para que essas parcerias que potencializam o evento não produzam também espaços de exclusão? Sem dúvida, a resposta a essa questão é dada no próprio processo de construção e negociação do evento, o qual engaja entes públicos e privados ao mesmo tempo que mantém certos limites, a fim de manter o “movimento”¹³² como real proponente das Paradas.

- Órgãos Estatais

¹³¹ Expressão utilizada para falar da circulação de dinheiro em um mercado de produtos voltados ao público LGBTTT ou a um de seus segmentos.

¹³² Figura de linguagem utilizada recorrentemente durante as reuniões do Coletivo, sobretudo quando são abordadas questões referentes às disputas de poder dos movimentos LGBTTT junto a outros segmentos como o Mercado e o Estado.

Passemos primeiro pelas interlocuções com a Brigada Militar, EPTC, DMLU e SMAM¹³³. Essas não são exatamente parcerias, uma vez que se dão junto a órgãos responsáveis por qualquer atividade que ocorra em espaço público da cidade. A interlocução com tais órgãos foi, sobretudo, indireta - por intermédio da protocolação de ofícios - e, por tal, a tarefa de enviar cada ofício e esperar pela resposta se converteu em atribuição individual. Em termos práticos o que ocorreu foi que o trabalho de contatar esses órgãos ficou a cargo de apenas duas pessoas. Um militante, o mais antigo dentro do processo de construção das Paradas Livres, não só assumiu sozinho a responsabilidade de entrar em contato com três desses quatro, mas também foi quem trouxe a urgência de contatar tais instâncias. Nesse sentido, nota-se que esse fazer - de solicitar a permissão de realização e a participação de determinados órgãos - não é dado, visto que ocupar o espaço público através de acordos prévios com agências estatais é uma escolha estratégica que poderia inclusive não ocorrer. Como foi dito em uma das reuniões: a Parada Livre é, atualmente e em termos de relações com o Estado, “comportada”. Em seu histórico de re-edições, assumiu-se a estratégia de, em sentidos institucionais, não “dar problema para a cidade¹³⁴”, uma vez que a Parada ocorre no fim de semana, em meio ao parque e, assim, não atrapalha os fluxos comerciais e organizacionais da cidade. Mesmo que isso possa parecer natural, visto que há quase vinte anos tem sido assim, não é imponderável imaginá-las adotando outras estratégias.

Já na primeira reunião do Coletivo da Parada surgiu a demanda de estabelecermos uma data para o evento junto à SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A definição dessa data organiza o calendário da Parada Livre; através da definição, o tempo disponível para a montagem do evento é dimensionado e são distribuídas as atividades que o antecedem e sucedem. Além das atividades propostas pelo coletivo, a eventual ocorrência de outras ações relativas à militância LGBTTT podem vir a articular-se com a realização da Parada¹³⁵.

Esse contato com a SMAM é um dos trâmites que 'legaliza' a realização da Parada Livre diante das agências governamentais; a partir do acordo com a Secretária, a Parada passa a constar no calendário administrativo da cidade e garante a reserva de uma área do Parque da Redenção para a montagem do palco. Com a data fixada, também se viabiliza o diálogo com demais agências governamentais que cuidam da manutenção do espaço. Esse trâmite demanda que se estabeleçam relações institucionalizadas entre movimentos e agências governamentais, uma vez que a solicitação

¹³³ Empresa Pública de Transportes e Circulação, Departamento Municipal de Limpeza Urbana e Secretária Municipal de Meio Ambiente.

¹³⁴ Fala proferida durante a reunião do dia 28.07.

¹³⁵ No caso de 2015, a definição de que a Parada Livre seria realizada no dia oito de novembro propiciou um arranjo tal que o evento pode servir como um encerramento simbólico da conferência municipal LGBTTT. Em contrapartida, colidiu com a data inicialmente proposta para a XV Parada Livre de Caxias, a qual foi transferida para o dia primeiro de novembro.

se faz através de uma pessoa jurídica.

A interlocução com a SMAM foi relativamente atribulada devido à dificuldade de se obter o ofício de confirmação. Por mais que tenha sido solicitada a reserva da data com relativa antecipação, o órgão tardou a emitir a autorização. Essa demora gerou desconforto; temeu-se que a autorização não fosse concedida, pressionando o deslocamento do evento para outra área da cidade. Em julho de 2015 a área do Parque da Redenção onde há mais de dez anos tem sido montado o palco da Parada estava tomada por tapumes em decorrência de uma reforma que se estendia desde janeiro. Uma vez que o prazo de conclusão das obras já havia excedido o previsto, essa questão rapidamente instaurou uma sensação de instabilidade; será que a obra seria concluída até o mês de realização da Parada? Com isso em vista, foram pensadas alternativas para a ocupação do espaço público: quem sabe armar o palco em outra zona do Parque? Talvez montá-lo em frente ao monumento do expedicionário? Ou poderíamos levar a Parada para a rua e tomar a avenida que contorna a Redenção? Ao debatermos alternativas, alguém relembra as investidas de agentes da administração pública que por vezes tentaram realocar as Paradas Livres para áreas consideradas de menor visibilidade dentro da cidade. “Como quando queriam nos empurrar para o Marinha”, diz um dos militantes ainda na primeira reunião do ano. Parece evidente que ocupar o Parque Marinha do Brasil, localizado à orla do rio Guaíba e rodeado de prédios administrativos, produziria um menor impacto na cidade do que ocupar o parque Redenção. E o que se entende é que os custos desse menor impacto são políticos; se referem ao risco de um maior isolamento da Parada Livre em relação à esfera pública da cidade e às pessoas que nela circulam.

Em vista dos entraves em conseguir a autorização, agentes do Coletivo solicitaram que o pedido de uso do Parque da Redenção fosse encaminhado pela SALOS. A SALOS, enquanto uma secretaria voltada à questão da diversidade sexual, aparece como um meio privilegiado de interlocução entre Estado e movimentos pela diversidade sexual e de gênero¹³⁶. É assim que a secretária foi contatada com a solicitação de que encaminhasse o ofício à SMAM a fim de agilizar o processo por dentro da esfera governamental.

Com a BM, EPTC e DMLU, as interlocuções se deram no sentido de solicitar, respectivamente, o policiamento do parque, a orientação do tráfego na região e a concessão de lixeiras. Os ofícios foram obtidos com facilidade, ainda que tenham surgido críticas quanto à atuação da EPTC e da BM no dia do evento.

Restam então as relações com a Secretária de Turismo, com a SALOS, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e com a Universidade Federal

¹³⁶ Um exemplo disso é a parceria que garante o financiamento das Paradas Livres. Essa, ao ser realizada, não põe fim a uma estratégia, mas torna-se solo de novas ações. Tanto que, a partir dela, justifica-se os convites para que o governador ou governadora e o prefeito ou a prefeita falem no palco. Convite que se traduz numa estratégia que tem como objetivo fazer com que essas representações comprometam-se com a diversidade sexual.

do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos de realização da Parada Livre, a SALOS tem sido o órgão para o qual o coletivo de organização da Parada Livre encaminha a solicitação de verba para a infraestrutura do evento. A partir da solicitação a secretaria é atribuída da responsabilidade em garantir a verba que, através de licitação pública, se destina a uma empresa terceirizada. Assim, o trâmite requer a articulação entre pelo menos três instâncias; Coletivo da Parada, SALOS e empresa contratada.

No ano de 2015 a secretária em exercício compareceu a algumas das reuniões do coletivo para negociar os termos da parceria. Afirmando que à SALOS fora destinado um orçamento anual que girava em torno de 100 mil reais, a secretária declarou que os gastos foram distribuídos, sobretudo, entre Parada Livre e Conferência Municipal LGBT. Para a Parada Livre foi fixado o valor de 45mil reais. Esse orçamento, passando direto do orçamento públicos para a empresa que ganhou a licitação para a montagem da estrutura do evento, não é de responsabilidade direta do coletivo da Parada Livre. Contudo, mesmo que o orçamento seja manejado entre Estado e empresa, quem determina os equipamentos que compõem a infraestrutura¹³⁷ do dia do evento é o Coletivo. Por isso que no ano de 2015 foi solicitado que representantes da empresa que ganhou a licitação comparecessem a uma reunião do Coletivo. Com essa solicitação se buscou reforçar os acordos quanto à contratação de equipamentos e discutir a logística de montagem da infraestrutura para o dia 08.11. O encontro com representantes da empresa e secretária da SALOS ocorreu na reunião do dia 27 de outubro. No dia, as negociações foram agitadas: houve dissonâncias entre a infraestrutura demandada por agentes do Coletivo e os equipamentos que a empresa disponibilizaria. Tais dissonâncias se davam sobre aquilo que havia sido contratado; militantes buscavam que recursos, como uma rampa de acesso lateral ao palco, fossem garantidos, enquanto representantes da empresa diziam não poder garantir que toda a estrutura solicitada estaria disponível no dia. Mesmo ao final da reunião os acordos pareciam frágeis e incertezas pairavam quanto a quais equipamentos que estariam disponíveis no dia do evento.

As parcerias com a prefeitura municipal de Porto Alegre para a realização da Parada Livre ocorrem desde sua segunda edição. Essas parcerias se renovam a cada ano e, assim, variam os órgãos e agentes de interlocução. Com a SALOS, por exemplo, as parcerias ocorrem desde pelo menos 2003, quando a secretaria adjunta ainda atendia pelo nome de Núcleo de Políticas Públicas para a Livre Orientação Sexual. Antes disso a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania era uma parceira do evento.

¹³⁷ Para o dia 08.11 foram solicitados: um palco coberto com dimensões 12mx12m com gradil no entorno; uma passarela na frente do palco em formato de T, com 5m de comprimento e 2m de largura; iluminação para o palco; 5 microfones; equipamentos de som para DJ e banda; testeira de lona com a arte do evento com 12m de comprimento por 2m de altura, colocada na parte frontal superior do palco; camarim fechado com 8 cadeiras, 2 mesas e espelho ao lado do palco; 3 trios elétricos.

Como último ponto de articulação entre SALOS e Coletivo, temos a consideração da II Conferência Municipal LGBT dentro da programação da Parada Livre de 2015. Essa se deu de forma pragmática: a conferência, planejada para ocorrer nos dias seis e sete de novembro, desembocava bem no dia do evento. A proximidade possibilitou que os eventos somassem força.

Em 2015, o Coletivo de organização da Parada estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Turismo do Município de Porto Alegre. De certa feita, o princípio dessa parceria pode ser traçado à iniciativa da Secretaria de Turismo de, em junho de 2015, convocar agentes dos movimentos pela diversidade para um encontro que teve como mote a construção do programa/campanha de Turismo LGBT na cidade de Porto Alegre¹³⁸. Militantes que participaram desse primeiro encontro trouxeram como pauta, já na reunião do dia 07.07, uma possível parceria entre o Coletivo de organização da Parada e a Secretaria. A partir daí foi marcada uma reunião com agentes da Secretaria para discutir tal possibilidade.

No encontro, foi definido que a Secretaria mediará a proposta do Coletivo junto à EPTC de que fossem colocados 30 busdoors em ônibus da capital e colados cartazes do evento no interior dos ônibus. Além disso também foi solicitado espaço na programação do BusTv com o intuito de transmitir a vinheta de divulgação da Parada Livre. Em contrapartida, o Coletivo de organização da Parada Livre aceitou que o selo da campanha de Turismo fosse vinculado em materiais do evento.

Nota-se que o papel da Secretária foi somente o de mediar as relações com a EPTC, não havendo recursos para a produção da vinheta, dos cartazes e dos adesivos que seriam colados nos ônibus. Dessa forma, agentes do Coletivo se responsabilizariam pela feitura ou viabilização desses materiais. A produção da vinheta ficou então sob responsabilidade de um militante do grupo Freeda. Para a confecção dos adesivos, um militante do IBRAT conseguiu o apoio de uma gráfica que os produziu voluntariamente. Já os cartazes foram impressos através de parceria com a SALOS.

A parceria entre Coletivo de organização da Parada Livre e UFRGS se deu através do Nupsex. No ano em análise, foi adotada uma estratégia semelhante à do ano anterior: sabendo que o núcleo planejava um seminário para o período de novembro, foi acordado que esse integraria também a programação da Parada Livre de 2015. O seminário ocorreu nos dias 5 e 6 de novembro e teve como tema: *“Políticas Públicas e Travestilidades/Transexualidades: Educação, Saúde, Segurança e Trabalho. Diálogos Brasil-Canadá”*.

Por fim, temos a parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul¹³⁹. Há pelo menos oito edições da Parada Livre, a Assembleia tem

¹³⁸ O programa foi lançado em setembro do mesmo ano durante uma feira de turismo em São Paulo. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_noticia=181019&PORTO+ALEGRE+LANCA+PROGRAMA+DE+TURISMO+LGBT>> (acessado em 08/11/2016)

¹³⁹ A CCDH foi uma comissão criada em 25 de junho de 1980 como resultado de pressões da sociedade civil diante sobretudo um episódio de violação de direitos humanos que ocorrera em 1979. A comissão tem o objetivo de trabalhar

contribuído com a realização do evento seja com o financiamento de materiais de divulgação seja cedendo espaços para a realização de reuniões. Em 2015, o pedido feito pelo Coletivo à Assembleia solicitava a impressão de 300 cartazes em folha A3 e cinco mil panfletos. O pedido foi encaminhado após a quarta reunião do Coletivo, realizada no dia 27 de julho.

Passados alguns dias desde o encaminhamento, uma mensagem chegou no grupo de e-mails do Coletivo da Parada alertando que o pedido havia gerado polêmica na Assembleia. Sob argumentos de que a Parada Livre seria uma atividade privada organizada por pessoas e entidades ligadas a partidos políticos, dois deputados, um do Partido Progressista e outro do Partido Social Cristão, posicionaram-se contra o apoio à Parada Livre¹⁴⁰ durante a reunião da comissão que decidiria a favor ou contra a parceria. Ainda que três parlamentares presentes na reunião tenham refutado tais argumentos, a questão permaneceu irresoluta e a votação foi adiada para o próximo encontro da comissão.

Evidentemente, a polêmica gerou indignação. Parecia que o histórico de apoio e a natureza da Comissão acabava de tomar um caldo da 'onda' conservadora que essa mesma edição do evento denunciava. Os motivos da recusa remetiam a recorrentes falácias proferidas quando se tenta silenciar os movimentos pela diversidade sexual e de gênero. Além disso, a indisposição dos dois deputados demarcava uma recusa não dirigida unicamente ao apoio solicitado para a impressão de materiais de divulgação, mas uma recusa de apoio no âmbito político; na visão deles, a Assembleia não deveria figurar como parceira do evento.

Como resposta, o Coletivo da Parada designou um militante um dos mais antigos militantes do Coletivo para realizar a fala na sessão em que a pauta seria novamente debatida. Além dessa ação, também tentou-se produzir uma mobilização para garantir que o maior número de pessoas estivesse presentes no dia da votação.

A sessão ocorreu no dia 26 de agosto de 2015. Para descrever a situação, incluo um fragmento do diário de campo:

Chego à sala designada em torno de 9h, momento em que começou a sessão ordinária. A sala em que se reúne a comissão é dividida em pelo menos dois espaços. Passando a porta de entrada, um conjunto de cadeiras forma uma pequena plateia enquanto em frente há uma mesa em forma de U invertido onde no centro se posicionam presidente e vice-presidente da

sobre casos e situações de violação de direitos realizando encontros, audiências públicas, atividades de atendimento ao público para receber e encaminhar denúncias, palestras, oficinas, produção de seminários, publicações, pareceres, visitas a instituições públicas e organizações não-governamentais (ONGs), formulação legislativa, proposição de políticas públicas e articulação da sociedade. Disponível em: <<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Comissoes/tabid/328/IdComissao/46/vw/hist/Default.aspx>>> (acessado em 08/11/2016)

¹⁴⁰ Disponível em: <<<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/Default.aspx?IdMateria=300872>>> (acessado em 08/11/2016)

comissão e nos braços sentam-se demais parlamentares presentes. A sessão conta inicialmente com quórum suficiente de parlamentares para a tomada de decisões válidas em Assembleia. Posicionando-se na mesa de centro, a primeira pessoa a falar é o militante Bruno. Bruno utiliza do tempo de fala para resgatar o histórico de lutas pela diversidade sexual na cidade de Porto Alegre, ressaltando as parcerias anteriores entre movimento e Assembleia e a situação contraditória que a presente situação representava. Na sequência, todos os parlamentares que utilizaram seus espaços de fala defendem o apoio da Assembleia e expressam a importância das lutas LGBTT. Entre as falas, os dois deputados, do PP e do PSC, - que se encontravam ali desde o princípio da sessão – saem do recinto. Na conclusão dos monólogos, o parecer geral era favorável ao apoio, contudo, a redução no número de parlamentares adia novamente a votação para uma sessão seguinte.

A saída dos dois parlamentares que se opuseram ao evento muito provavelmente tem um cunho estratégico de evitar que seja fechada a matéria naquele dia. Ainda assim, numa sessão em que a pauta voltou à mesa com o quórum necessário, a parceria foi aprovada.

- **Empresas Privadas**

As parcerias com empresas, no ano de 2015, se resumiu a parcerias com casas noturnas. Parcerias com casas noturnas ocorrem desde a segunda Parada Livre e são uma modalidade recorrente em Paradas de muitas cidades. Localmente, as parcerias com as casas poucas vezes se revertem em contribuição financeira direta – para a Parada de 2015, por exemplo, foram arrecadados 600 reais em contribuições. Na maior parte das vezes, a parceria é estabelecida sobre a realização de espetáculos, a entrada com carros de som para a caminhada no parque e a realização de uma festa da Parada Livre.

Em 2015, durante as conversas em reunião sobre a convocação das casas noturnas, o Coletivo de organização estabeleceu que seriam enviados convites para 10 estabelecimentos da cidade via e-mail. É importante notar que durante essas conversas foi colocado que a escrita do e-mail deveria conter uma justificativa política para o apoio à Parada Livre. A partir daí, a escrita tomou como base a união em reação ao retrocesso.

Proposta por uma das integrantes do coletivo, o convite às casas noturnas afirmou que:

“Lesbitransviadagens: Frente contra o Retrocesso vem reagir contra o quadro de violências LGBTfóbicas, os retrocessos fundamentalistas no Congresso Nacional, a retirada de gênero e sexualidade dos Planos de Educação, entre diversos outros ataques fruto do conservadorismo”, frisando que “O movimento LGBT de Porto Alegre precisa se unir na defesa de nossos direitos”. Com isso dito, convocou-se o apoio das instituições através de

alguma dessas formas de colaboração: “(1) Participação em ativamente das discussões da Parada Livre; (2) Divulgação da Parada Livre no seu estabelecimento e nas suas redes sociais; (3) Doação de recursos para confecção de material gráfico; (4) Patrocínio de um carro de som na Parada Livre.”.

Três dos dez convites se desdobraram em parcerias: com uma casa de festas que se ofereceu para realizar a festa de encerramento do evento; com outra casa que ofereceu um apoio financeiro o qual foi revestido em ajuda de custo para as apresentadoras da parada; com uma sauna/bar que, como de costume em diversas das edições anteriores do evento, colocou um carro de som e proporcionou shows com gogo-boys e gogo-girls.

Ademais, duas outras parcerias foram estabelecidas com estabelecimentos que não constavam nos primeiros dez estabelecimentos acionados. Essas foram contatadas pessoalmente por uma militante e doaram cada uma trezentos reais para a confecção de materiais gráficos. Em contrapartida a essas doações, os logotipos das casas foram colocados em alguns materiais de divulgação do evento. Quanto a essas parcerias, uma delas se desdobrou num epicentro de tensões.

Tais desdobramentos começaram quando um dos grupos que contava com representação no Coletivo recebeu a demanda de acompanhar e prestar auxílio num caso de violência contra LGBTTT dentro de uma casa noturna. No incidente, um dos funcionários do estabelecimento fora apontado como o agressor. Agentes do grupo, tomando medidas diante da situação, tentaram mobilizar entidades na realização de um ato de protesto e indignação diante do estabelecimento onde a violência ocorreu. Nesse primeiro momento, a questão foi trazida por e-mail direto a algumas entidades do movimento LGBTTT, não ao Coletivo da Parada. Ainda que essa tenha sido a postura inicial, a questão chegou ao Coletivo, uma vez que o local em que ocorrera o abuso foi uma das casas noturnas que apoiou a Parada.

Por e-mail, algumas pessoas se puseram dispostas a realizar o ato o mais rápido possível, enquanto outras consideravam que não contar com o consentimento admitido da vítima seria desrespeitar sua vontade. Como se tratava de uma questão urgente, foi encaminhado que os donos da casa noturna fossem convocados para uma conversa durante a próxima reunião do Coletivo.

Na data marcada, os donos se reuniram com agentes do Coletivo de Organização. Transparecendo nervosismo, os donos falaram que a casa abertamente reconhecia, acolhia e promovia a diversidade. Dessa forma, admitiram-se inconformados com o incidente e afirmaram que estavam tomando medidas a respeito. Tais medidas foram o mote das discussões durante a parte da reunião em que os representantes da casa noturna participaram. Agentes do coletivo da Parada solicitaram que as medidas não se restringissem a medidas individuais, mas que se revertissem em estratégias de sensibilização e fortalecimento de laços entre as pessoas contratadas para trabalhar no

estabelecimento. Reconhecendo que seria melhor comprometer os donos do estabelecimento em vez de simplesmente acabar com a parceria, essa foi mantida.

Após a saída dos proprietários, voltou à pauta a proposta de realizar um ato diante do local em que ocorreu a violência. A proposta gerou discordância e algumas pessoas, sobretudo militantes mais jovens, consideraram arriscado realizar um ato público que não contasse com o aval direto da vítima. A questão era intrincada uma vez que a pessoa encontrava-se fragilizada e seria difícil o contato direto com ela. O tema do abuso fora tratado, até então, não com a vítima, mas com uma amiga que sabia do estado de vulnerabilidade em que ela se encontrava. Dessa forma, por mais que quem trouxe a demanda - a amiga - concordasse com a realização do ato, a impossibilidade de saber se a própria pessoa que sofreu a violência concordava com a ação foi motivo de polêmica entre integrantes do Coletivo. Tinha-se o receio de vulnerabilizá-la ainda mais uma vez que tornaria notório o ocorrido. Quanto a isso, algumas pessoas afirmaram que seu nome não seria revelado e, portanto, ela não ficaria em evidência. Ainda assim, tentou-se refutar tal argumento afirmando que um ato realizado na frente do estabelecimento e contando com a descrição do ocorrido tornaria a situação visível a ponto de comprometer o anonimato. A partir daí uma enervada discussão versou sobre os limites da ação militante.

De um lado era afirmada a responsabilidade do movimento em expor uma situação como essa: de agir e de não silenciar diante a violência. Do outro, colocava-se em dúvida os limites das ações do movimento, ponderando sobre qual a implicação desse com o estado de vulnerabilidade da pessoa e até mesmo se inquiria por que desse caso gerar tamanha comoção quando os assassinatos de travestis e transexuais que ocorrem com assustadora frequência não geram semelhante ímpeto de sair às ruas. Ainda que ninguém discordasse que ações poderiam ser realizadas no sentido de aproximar-se da vítima para prestar-lhe assistência direta e verificar sua opinião e desejo quanto ao ato, nem todas as pessoas consideravam que a realização do ato dependia da opinião e do consentimento dela. De um lado, era afirmado que realizar um ato em decorrência de uma situação de violência seria uma premissa do movimento. Do outro, estabelecia-se que só com o aval de quem sofrera a violência o ato poderia ser realizado.

Em meio ao impasse de perspectivas, a questão foi intensamente discutida. As opiniões divergentes em torno do projeto de ação desencadearam uma discussão sobre o quanto pode, afinal de contas, a ação militante? Até onde era possível agir? A ação deveria ser contida, visto a impossibilidade de interlocução com quem sofrera a violência? Ou era necessário agir no fogo do acontecimento a fim de produzir uma mobilização que ao visibilizar a violência lutaria para que ela não voltasse a ocorrer?

Mesmo que a discussão tenha acirrado discordâncias sobre os limites da ação do próprio movimento, ela mantinha um pé na urgência de realizar o ato. E foi sobre o ato que então se chegou

a uma alternativa na qual as pessoas puderam concordar em trabalhar juntas. Uma vez que a discordância sobre realizar o ato se baseava no quanto esse exporia a pessoa, mas havia um acordo que o importante naquele momento era visibilizar não a vítima, mas a violência, alternativas foram expressas. Alternativas no sentido de realizar uma ação denunciasse a violência contra LGBTTs nos estabelecimentos comerciais do Bairro Cidade Baixa sem evidenciar o ocorrido. Ou seja, o acordo se deu sobre a premissa de realizar um ato mais genérico.

A partir daí, se propôs como estratégia de ação que o ato percorresse a Cidade Baixa “batendo na porta” de diversos estabelecimentos convocando pessoas responsáveis por esses a assinarem uma carta ou termo de comprometimento com o combate a violência contra LGBTTs. Para o ato, foi escrito um texto que explicava a atividade e foram impressos mil folders de conscientização. Sendo remarcado duas vezes em decorrência de chuvas, a mobilização para realizá-lo esmaeceu e, por fim, ele não foi realizado.

5-3. Mobilizações

- Realização de ações adjacentes

Como já explicitado, o espaço de reunião do Coletivo de organização da Parada não é limitado à produção do evento, ou, em outras palavras, a produção do evento não envolve apenas o evento em si, mas traz consigo uma série de outras implicações que ultrapassam a realização do ato da Parada Livre. Agentes do Coletivo não raro articulam em reunião a realização de atos que não objetivam diretamente produzir a Parada Livre, mas que respondem a demandas relativas à militância pela diversidade sexual. Tal foi o ato proposto diante da violência sobre o qual falamos na sessão anterior, o qual, mesmo não sendo realizado, mostra o ímpeto do grupo em atuar diante a violência a que LGBTTs são alvos. Além dessa, pelo menos outras duas ações foram elaboradas enquanto ações do Coletivo de Organização da Parada Livre. Tais foram: o ato contra o Estatuto da Família e protesto a um caso de agressão homofóbica e o ato “Somos todas Valéria”.

- Ato contra o Estatuto da família e contra a violência homofóbica

Numa das reuniões do Coletivo, uma militante trouxe a proposta de realizarmos um ato contra o Estatuto da Família. Em sinergia com outros atos que ocorreriam nacionalmente, sua realização foi proposta para o dia 20 de outubro. A proposta foi aceita. Foi então criado um texto de divulgação do evento e um dos militantes conseguiu auxílio para imprimir 600 panfletos para o ato.

Numa outra reunião, ainda antes do dia 20, chegou ao Coletivo a informação de que um

jovem havia sido agredido enquanto andava na rua de saia e batom. O jovem andava pelas ruas do centro de Porto Alegre quando alguém começou a ofendê-lo e deu-lhe um soco na cara. Sugerindo que fossem tomadas medidas a respeito, marcou-se uma conversa a vítima, a qual compareceu a uma reunião do Coletivo. Nesse dia, o jovem, junto de alguns amigos e amigas, contou do ocorrido e mostrou-se interessado na realização do ato. Com o ato do dia 20 já marcado, foi definida a realização de um protesto que reunisse a denúncia do caso de violência e o protesto contra o Estatuto. O ato conjunto ocorreu no centro da cidade e tomou a forma de um panfletão realizado por militantes do coletivo da Parada Livre e por pessoas implicadas em responder ao caso de violência homofóbica.

- Ato “Somos Todas Valéria”

O “Somos Todas Valéria”¹⁴¹ foi um ato organizado pelo Coletivo em protesto contra a agressão que a cantora transexual Valéria Houston e seu namorado sofreram enquanto caminhavam pela Rua da República no Bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. A agressão se deu da seguinte forma: um homem veio em direção ao casal e falou-lhes que “eram aberrações e que tinham que morrer. Tirou uma chave de fenda da mochila e atacou Valéria pelas costas.”¹⁴². Ainda que tenham sido atingidas por alguns golpes da arma do agressor, Valéria e seu namorado conseguiram se desvencilhar da situação.

Ganhando notoriedade, o caso tornou-se pauta de uma reunião da Parada Livre. A mobilização quanto ao incidente foi rápida. Diante o ocorrido, foi proposto um ato em apoio à cantora. Tal ato, que contou com o aval de Valéria, foi planejado para ocorrer no mesmo local da agressão e recebeu o nome de Somos Todas Valéria. Uma vez definida uma data para o evento, domingo dia 06/09, exatamente uma semana depois do ocorrido, uma das pessoas presentes disse que criaria um evento no Facebook para divulgá-lo. O evento foi criado e em sua descrição constava tanto o nome de todas as entidades envolvidas quanto que se tratava de uma ação do Coletivo da Parada Livre.

No evento do Facebook, um militante do grupo Desobedeça postou um link para outro evento. Tratava-se do evento Ocupa Diversidade¹⁴³, atividade organizada pelo grupo Desobedeça

¹⁴¹O Somos todas ou todos baseia-se numa campanha midiática que recentemente havia repercutido nacionalmente. Ainda que intente à solidariedade, o enunciado é deveras controverso. Sem dificuldade, pode ser feita a crítica de que trata-se criar uma igualdade falaciosa.

¹⁴²Disponível em: <<<http://www.sul21.com.br/jornal/exorcismo-socos-e-garrafas-as-marcas-do-preconceito/>>> (acessado em 10/12/2016)

¹⁴³Como consta na perfil da atividade: OCUPA DIVERSIDADE - Projeto do Grupo Desobedeça LGBT que visa levar a cultura LGBT para espaços públicos, com debates, shows, musica e confraternização. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/OCUPA-Diversidade-Grupo-Desobede%C3%A7a-LGBT-342321432631911/>>> (acessado em 10/12/2016)

que aconteceria no Parque da Redenção no mesmo dia do Somos Todas Valéria e também assumia como mote a agressão contra a cantora¹⁴⁴. Junto à postagem com o link do evento, o militante do Desobedeça solicitou que os eventos fossem unificados. A partir disso, um integrante do Coletivo da Parada enviou uma mensagem para o grupo de e-mail para que a unificação fosse debatida.

Mesmo que os termos da unificação não estivessem explícitos, as primeiras reações vieram no sentido de concordar ou discordar. Entre opiniões divergentes, estabeleciam-se argumentos justificando o porquê sim e o porquê não. E para a construção dos argumentos, foram lembradas as brigas históricas “dentro do movimento”. Com a continuidade do debate, foi consensuado que se proporia ao Desobedeça que a unificação ocorreria com a condição de que se realizasse um único evento: o Somos Todas Valéria.

A proposta não foi aceita pelo Desobedeça. Ainda assim, Coletivo e Desobedeça mantiveram os convites para que um participasse do evento do outro e, como as Paradas, ambos ocorreram separadamente.

5-4. Organização e Coordenação de atividades no dia da Parada Livre

O dia Parada Livre não se baseia na presença de militantes, mas no aparecimento de milhares de pessoas que manifestam a pluralidade da existência humana. Ao ser realizada, a Parada não reflete somente a iniciativa de um grupo, mas a ação de todas as pessoas que tomam parte no evento. Uma vez que a participação não é condicionada ao pertencimento a determinado grupo, a Parada configura um território que por mais que se dedique, não se limita à comunidade LGBTTT. O compartilhamento do espaço, ao não se restringir a identidade pessoal, ocorre através da coexistência. Nesse sentido, a Parada Livre torna tangível a pluralidade manifestada pelas pessoas ali presente, ultrapassando o âmbito de uma comunidade delimitada e adquirindo uma natureza democrática, visto que a realização do evento produz, reproduz e transforma a comunidade.

No que tange as Paradas Livres, o que as práticas militantes fazem é, a meu ver, assegurarem um âmbito público sem o qual, como disse Hannah Arendt (2011, p.195), “falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer”. Com isso, reconheço a ligação entre liberdade e comunidade no ponto em que é através do espaço comum em que associações inesperadas podem se desenvolver que a liberdade surge como um princípio da ação coletiva. Se é verdade que, no caso das Paradas Livres, a manutenção de um âmbito em que liberdade e comunidade são coemergentes se relaciona a práticas militantes, também é verdade que tais práticas não são capazes de, sozinhas, assegurarem esse espaço de liberdade.

¹⁴⁴Assim como o Somos Todas Valéria, o Ocupa Diversidade também contou com o apoio da cantora.

A ação das pessoas de fora do Coletivo que participem do evento, que façam-no repercutir e que ocupem o parque é o que assegura o aspecto público das Paradas. Se representassem a ação de um único grupo ou mesmo de grupos seletos, as Paradas, de fato, não corresponderiam a eventos públicos. Da mesma forma, se delas se ausentasse a natureza democrática, ou seja, o fato de que não isolam a comunidade, mas produzem e transformam uma comunidade de limites indefinidos, também se afunilaria o espaço de liberdade. As Paradas Livres não são necessariamente, mas podem corresponder a espaços de liberdade. Para que a liberdade, enquanto potencial, e o caráter democrático permaneçam, penso que é necessário que certas tensões não sejam definitivamente resolvidas e que determinados interesses não se sobreponham aos demais. A manutenção de tensões relativas à ocupação do espaço e à performance dos corpos são condições para que sujeitos possam agir em liberdade. E mesmo que a necessidade dessa manutenção esteja condicionada a ação de cada pessoa que compõe a multidão e não a grupos isolados, é o Coletivo da organização que assume o compromisso de estabilizar certos limites e de propor certas formas de organização em vista que essa represente um evento público.

Para quem integra o Coletivo de organização da Parada, o dia em que é realizada a Parada Livre é de celebração, trabalho e de oportunidade política. Trata-se de um dia em que muito daquilo que foi feito durante os prévios meses de articulação culmina; um dia em que é aberto um espaço particularmente especial para que questões e pautas sejam levadas a público e, assim, disseminadas, podendo despertar engajamento e comoção. Nesse dia, aquilo que foi acordado e preconizado pelo Coletivo de organização da Parada não deixa de estar em jogo. Trata-se de um dia de intensa atividade onde os sentidos da luta LGBTTT são expressos não só no que têm de coesos, mas também naquilo que tem de divergentes.

Podemos considerar que as principais atividades pelas quais o Coletivo de Organização da Parada se responsabiliza no dia do evento são o controle do palco da Parada e a caminhada que contorna as ruas da Redenção. O planejamento dessas atividades ocorre sistematicamente durante os encontros do Coletivo e levam ao estabelecimento de acordos e escolhas que não são unânimes. Muitos desses acordos e escolhas são matéria de ferrenhos debates que por vezes geram conflitos e colocam em jogo diferentes projetos políticos. A todo momento, novos acordos e escolhas podem ser feitos, desfeitos e refeitos, tornando imprevisível o desfecho daquilo que fora planejado.

- O Palco da Parada Livre

No dia de realização de qualquer uma das últimas dezoito Paradas Livres, quem quer que circulasse pelo Parque Farroupilha pôde não só tomar parte na multidão de corpos que desfrutavam da via pública, mas também se viu diante de um palco no qual um grupo de Dragqueens

coordenavam a apresentação de inúmeros espetáculos. Armados desde 1998, os palcos das Paradas Livres passaram a configurar um elemento estruturante dos eventos. Através deles, pessoas que de uma forma ou de outra se reconhecem enquanto parte da comunidade LGBTTT podem ocupar um local de destaque junto à multidão circundante.

Sobre o palco, entre as luzes e através da amplitude proporcionada pelas caixas de som, a força de espetáculo produz um espaço público de encontro, o qual também tem sua coesão mantida pelas apresentações de artistas, performers e militantes LGBTTT; sobre o palco, corpos são suspensos por guindastes e flutuam diante a multidão, dançarinas surgem enroscadas por serpentes, rapazes corpulentos tiram peça por peça de suas roupas, grupos de jovens apresentam números de hip-hop e funk. Entre a sequência de apresentações, as Dragsqueens conduzem a cerimônia a múltiplas tonalidades. Elas oscilam entre o humor despojado e o tom grave das denúncias sobre violência e perseguição. Elas reivindicam o respeito à diversidade enquanto retomam as conquistas e a história daquelas pessoas que dedicaram suas vidas à libertação sexual. Fazem isso reatualizando toda uma gramática que se produz e reproduz nas entrelinhas da comunidade LGBTTT. E são também elas que chamam à cena aquelas pessoas que durante grande parte do ano se concentraram em viabilizar a realização do evento.

Uma vez que através do palco da Parada Livre é instaurado um espaço de visibilidade onde as pessoas podem ser vistas e ouvidas, o controle e a coordenação desse tornam-se cruciais para a manutenção do evento tal como preconizado pelo Coletivo de organização da Parada. A coordenação e o controle do palco são efetivados de forma compartilhada, ainda que diferentes funções recaiam sobre diferentes agentes. Assim, as drags se encarregam da apresentação do evento e da condução da cerimônia, enquanto as pessoas que compõe o Coletivo de organização da Parada Livre se dividem, sobretudo, entre a realização de falas curtas em nome da entidade que representam e o controle da circulação de pessoas dentro da zona do palco.

Em 2015, como já a muitos anos vem sendo feito dentro da organização do evento, o Coletivo da Parada convidou três drag queens da cidade para que elas apresentassem o evento. Uma vez colocada em reunião a questão de “quem apresentaria essa edição da Parada”, algumas pessoas, considerando positiva a condução da edição anterior, propuseram a manutenção da equipe de drags. Assim, o trio de apresentadoras convidadas para a décima nona edição da Parada foram Glória Cristal, Charlene Voluntaire e Cassandra Calabouço. Glória já havia apresentado diversas edições do evento, enquanto para Charlene e Cassandra foi a segunda vez.

Ainda que não tenha influenciado diretamente nessa escolha, um aspecto que foi colocado em questão durante as conversas sobre quem apresentaria a Parada de 2015 foi a emergência de um novo cenário drag na cidade de Porto Alegre. Em parte influenciadas pela midiatização das dragqueens, mais casas noturnas passaram a comportar shows de drags e a dar espaço a novos

sujeitos interessados na prática de “se montar”. Ainda que tal emergência não deixasse de gerar controvérsias diante o receito de que o aparecimento desses novos sujeitos apagasse o fato de que as dragqueens fizeram parte de um contexto marginal de resistência na cidade de Porto Alegre, agentes do Coletivo consideraram que seria relevante trazer “a nova geração” para o palco do evento. Essa preocupação foi comunicada às apresentadoras que se encarregaram de acioná-las.

A relação entre as apresentadoras da Parada Livre e o Coletivo de organização se dá como uma parceria; as drags são convidadas mediante o perfil e a história de atuação na cena local¹⁴⁵. Uma vez definidas as apresentadoras, elas são chamadas para que participem das reuniões do coletivo em que será debatida a condução do espetáculo. Ao mesmo tempo que há uma hierarquia entre o Coletivo e a equipe de drags, uma vez que o é primeiro que dispõe sobre a formação da equipe, as apresentadoras possuem a autonomia e a responsabilidade de definir quem performará no palco e em que ordem transcorrerão as performances. Feitas essas definições, as drags repassam a programação para o Coletivo.

É certo que essa parceria, mesmo que se estabeleça através do respeito mútuo pelo trabalho de drags e militantes, suscita algumas tensões. Um dos pontos mais sensíveis dessa parceria nem sempre é explicitado, mas reaparece paulatinamente durante as reuniões do Coletivo. Trata-se das divergências quanto à forma de se dirigir ao público; ao que é dito e a forma que é dito. Durante as reuniões do Coletivo, é perceptível uma eventual binarização entre o discurso político das entidades e a fala das apresentadoras. E essa binarização se efetiva a despeito do fato de que a maior parte das pessoas que compõe o Coletivo compreendam que a atuação das drags é uma atuação política. Ao que percebo, essa polarização aparece, sobretudo, na crítica a certas normatividades que seriam reforçadas através do discurso das apresentadoras. A crítica coloca em questão pontos que considero importantes, mas que não dizem respeito somente às apresentadoras e sim a aspectos latentes em todo processo de produção do evento. Exemplos desses são a valorização dos corpos musculosos e viris, representados pela figura do gogo-boy, e o privilégio de uma sexualidade que gira em torno do corpo dos homens e do pênis.

Essas tensões sobre aquilo que será “apresentado” no palco se referem diretamente à noção de que a Parada define um público para o qual aquilo que o coletivo propor aparecerá. A dupla acepção do público como espaço em que a Parada transcorre e como pessoas que comparecem ao evento explícita algumas das tensões referentes à realização da Parada. Para colocarmos isso em questão, é preciso primeiro compreender que na realização da Parada não só o Coletivo de

¹⁴⁵ Podemos aqui destacar a publicação de 2014 do grupo Somos, compartilhada na página do facebook da Parada Livre, apresentando as apresentadoras: “O time é novo, mas as gurias não são novatas. Charlene tem mais de 20 anos de carreira e Cassandra, comemora 15 este ano. A afinidade do trio também vem de longa data, no comando de festas na noite LGBT da capital gaúcha e animando eventos, além do engajamento na Arte e Cultura LGBT.” Disponível em: <<<http://somos.org.br/noticia/parada-livre-2014-apresenta-novo-trio-de-apresentadoras>>> (acessado em 15/01/2017)

organização, mas também certas instituições e órgãos públicos, certas agências privadas e certos meios midiático ocupam uma posição privilegiada na construção e na narração do evento, ainda que sobre cada qual recaiam responsabilidades diferentes. A vigência dessas posições não é inevitável; ela é produto de negociações e da forma através da qual as Paradas têm sido realizadas. O Coletivo, não propondo o conflito direto com setores do Estado, nem restringindo o acesso dos meios hegemônicos de mídia e nem recusando a participação da iniciativa privada, se alia esses setores para ampliar o poder de difusão do evento. Dizendo isso, não quero afirmar que deveria ou que não deveria ser assim. O que quero ressaltar aqui é a forma de parceria entre esses setores intensifica a espetacularização das Paradas e estabelece a ambiguidade entre um evento de ocupação do espaço público e um evento que se destina a um público. Pelo que percebo, essa ambiguidade torna tangível a tensão entre forças que conformam as pessoas enquanto meros espectadores e espectadoras e forças que incitam o engajamento na luta pela transformação social e política.

Como sabemos, o compromisso afirmado por agentes do Coletivo da Parada Livre é não o de propor um espetáculo, mas de construir um espaço de liberdade que possa produzir engajamento. Também sabemos que a estratégia de espetacularização não é recusada e nem mesmo é vista como despolitizante; até certo ponto, a estratégia da espetacularização é compreendida como mobilizadora. Assim, o palco opera enquanto base para que os dramas, tragédias e comédias, para que algumas das inquietações, lutas, conquistas, derrotas e perigos que se colocam para a comunidade LGBTTT sejam encenadas. Ao fazer isso, ele estabelece uma tensão no espaço público que duplica o próprio sentido do que, ou melhor, de quem é público. Ele produz um público que se posiciona em relação ao espetáculo, ainda que a Parada como um todo não seja um evento para meros expectares, mas um momento de engajamento político onde qualquer pessoa pode se somar à mobilização. Essa duplicidade do público serve a estratégias mais ou menos precisas dos movimentos LGBTTT, onde as pessoas observam e agem ao mesmo tempo. A premissa não é a de criar uma barreira entre quem supostamente observa e quem supostamente faz o espetáculo, mas propor uma coesão à cerimônia e estabelecer um espaço de discurso que, ao ser expresso, reúne, e que ao reunir, produz a visibilidade e a mobilização de uma comunidade LGBTTT dentro do espaço da cidade.

É certo que a construção do espaço de visibilidade através do palco faz com que esse também se torne um local de disputa. Ainda que seja notória a importância que o Coletivo dá ao controle para que o espaço de visibilidade não seja usado para a promoção de determinado partido ou candidatura, é comum que parlamentares ou representantes de partidos próximos à causa LGBTTT ou a grupos que realizam a Parada subam no palco e fiquem pelos arredores. A fala concedida no momento da Parada, ao nível de representações governamentais, se dirige unicamente ao convite realizado à prefeitura apoiadora do evento. Nesse sentido, é de praxe que não seja o

prefeito ao comparecer ao evento, mas um representante da prefeitura. Quanto a isso, o Coletivo admite a fala de um ou uma única representante do município, de forma com que a prefeitura confirme seu apoio ao evento.

Na Parada de 2015, creio que um dos momentos mais conflitantes quanto ao aparecimento público através do palco se deu durante a entrada de representantes do governo municipal e de partidos políticos no momento destinado à fala do representante da prefeitura. O que ocorreu foi simples; após falar o representante, esse começou a circular o microfone entre pessoas que o acompanhavam, sendo essas figuras ou do governo ou candidatos. Esse momento desencadeou um verdadeiro choque entre militantes ali presentes, tanto que após a primeira fala que não fora autorizada, um militante interferiu justamente entre o que seria a passagem de microfone entre esse grupo.

O espaço de visibilidade dinamiza as relações de poder não só porque os sujeitos aparecem, mas porque agem, falam e compõe discursos. E não só a potencialidade desse espaço pode servir a diversos fins, mas sua própria constituição faz com que determinado valor seja agregado a ele; determinados agentes, mediante jogos de interesse, anseiam por ocupá-lo para assim realizar algo que lhes é caro. Creio que nesse sentido que o efeito de apropriação desse espaço de aparição, ação e fala é tão presado pelas pessoas do Coletivo. Não no sentido de que seja apenas um espaço somente para essas pessoas, mas sim que seja um espaço para quem durante o ano inteiro vivencia as realidades e conflitos que são as pautas das lutas.

- A Caminhada

Quero iniciar as reflexões sobre a caminhada ou marcha características das Paradas retomando duas cenas históricas. Durante a primeira marcha do orgulho gay de Buenos Aires, realizada no dia 3 de julho de 1992, um grupo significativo de manifestantes vestia máscaras que cobriam seus rostos. De forma semelhante, na primeira Parada Livre da cidade de Porto Alegre, realizada no dia 29 de junho de 1997, diversas mulheres lésbicas iniciaram o percurso encapuzadas. Para cada um desses eventos, houve desdobramentos distintos. O primeiro ficou marcado não pela retirada das máscaras, mas pelo depoimento de um dos proponentes daquele evento, Carlos Jauregui¹⁴⁶, que salientou sua esperança de que no ano seguinte menos pessoas viessem mascaradas. Já o segundo culminou na retirada dos capuzes, momento descrito por uma das participantes da caminhada da seguinte forma: “nenhuma mulher ficou de capuz [...] quando tu te sentes no meio de toda aquela gente... Acho que elas que achavam que não podiam aparecer se sentiram fortes

¹⁴⁶ Disponível em <<https://www.cultura.gob.ar/orgullosos-de-la-diversidad-conoce-la-historia-de-la-marcha-del-orgullo-lgbtqi-en-argentina_6807/>> Acessado em 9 de março de 2016.

também para aparecer e apareceram” (ANJOS, 199, p.105)

A ação de não mostrar a face, que atravessou ambas as manifestações, é significativa não somente por aquilo que esconde, mas, sobretudo, por encenar uma possibilidade de revelação e aparecimento. É certo que esse tipo de performance faz parte não apenas do campo de ação política dos movimentos pela diversidade sexual, ocorrendo em diversas outras investidas populares onde a possibilidade de agir sem necessariamente revelar uma identidade individual confere certa proteção diante de retaliações, perseguições e violências. Estamos então no campo transversal da política, no qual a ação e a mobilização ocorrem em meio a tensões em que existências singulares e coletivas estão em jogo.

Parece-me de grande significância esse fragmento da história dos movimentos LGBTT, onde mesmo sem mostrar os rostos as pessoas não deixam de ir para as ruas e colocar seus corpos em ação e constituir uma multidão. Um ato como esse revela um traço comum da multidão onde há algo que convoca as pessoas a estarem ali, mesmo que sua identidade pessoal seja velada. O corpo formado por essa multidão promove a visibilidade e torna factual a existência da diversidade sexual não só enquanto um dado percentual dentro da população de um território, mas enquanto um corpo político. Mesmo que o palco da Parada tenha como uma de suas funções servir de espaço para que uma multidão LGBTT apareça, é sobretudo o ato da marcha e da caminhada que faz com que as pessoas ajam em conjunto e adentrem o tecido da cidade. Compreensão essa que é constantemente expressa nos espaços de reunião do Coletivo, através do enunciado de que a caminhada é o principal momento político do evento.

No território do parque, os corpos que circulam disputam os limites imprecisos do pertencimento. Ali a tensão entre o prazer e a política chega a um de seus pontos culminantes; as pessoas dançam, pulam, caminham e marcham no que parece, ao mesmo tempo, uma caótica harmonia e uma inesperada coesão. Nesse momento, o trabalho dos integrantes do Coletivo é principalmente o de controle das bordas da multidão; controle do tempo dos carros de som, da lacuna entre eles e da velocidade com que o trajeto é percorrido. É um trabalho desgastante que de certo modo demanda um relativo distanciamento da performance festiva, mas que, e isso posso dizer pela experiência pessoal de construir as Paradas, encontra uma satisfação em agir no sentido de manter o espaço para que as pessoas possam se juntar a essa celebração.

Certamente, a manutenção desse espaço atende às estratégias de visibilidade preconizadas pela militância, uma vez que as pessoas, em sua diversidade, tomam as ruas da cidade e legitimam a atuação e os esforços realizados por agentes dos próprios movimentos. Ao se tornarem uma multidão em meio à cidade, a ação massiva propicia que “os traços, objetivos e interesses comuns não apenas venham à tona através da multidão, mas sejam reforçados e afetivamente amplificados.” (HELLER, 1984, p.33).

6. Considerações Finais

As considerações finais podem ser pensadas em aproximação com o dia em que ocorre a Parada Livre. No dia do evento, muito daquilo que foi planejado durante todos os meses que antecederam a sua realização parece culminar em algumas poucas horas. Aqui, de certa feita, também culmina muito daquilo que busquei descrever, analisar, debater e refletir por meio desta dissertação. Perseguindo as realizações das Paradas Livres e, sobretudo, a organização e concretização de sua décima nona edição, busquei compreender alguns dos processos através dos quais a ação coletiva produz as Paradas Livres.

O caminho de lutas traçado pelos movimentos LGBTTs representa uma das principais conquistas políticas do nosso tempo e as Paradas são uma expressão massiva disso. Nesse lastro, acredito na relevância de trabalhos que busquem aproximar-se da realidade dos esforços dos agentes desses movimentos. Ao versar sobre a ação coletiva, tentei empreender análises calcadas no exercício narrativo de contar e imergir naquilo que se passou entre as pessoas, por vezes evocando acontecimentos dos quais fui ouvinte e leitor, por outras trazendo cenas na qual também fui um participante.

Ao aliar a pesquisa histórica às experiências de campo, foi possível compreender determinadas transformações que se deram ao longo da ampliação e diversificação da militância pela diversidade sexual no Brasil e em Porto Alegre. Considerando as primeiras investidas às ruas durante o fim da década de 70 e início da de 80, o espaço urbano e suas formas de habitação mudaram radicalmente. Se outrora não era possível sair às ruas em nome da sexualidade e do gênero sem entrar em conflito direto com as instituições governamentais, hoje estas são muitas vezes aliadas da militância. Não somente, também são essas que por vezes, disputam os próprios espaços de visibilidade estabelecidos pelos movimentos.

Se, durante as últimas décadas, vimos o advento de um movimento global em torno da sexualidade e do gênero, isso fala das transformações relativas não somente às vida individuais, mas também naquilo que interliga nossas existências. É certo que os movimentos de revolta e de mobilização não são fenômenos que imediatamente impõem uma mudança estrutural, mas criam novos processos os quais reverberarão por um tempo que muito possivelmente ultrapassará a vida individual daqueles e daquelas que os iniciaram. E é essa mesma vida individual que é recorrentemente posta em cheque, seja quando é submetida à opressão sistemática ou quando se rebela e participa de movimentos que arriscam sua própria permanência.

Para que possamos hoje contemplar duas décadas de ações massivas de mobilização urbana em Porto Alegre, foi necessário que inúmeros acontecimentos pudessem culminar na organização de movimentos voltados à militância relativa à sexualidade e ao gênero. Ainda que as ações do

passado não determinem o presente de forma exata, sua influência é capaz de tornar tangíveis experiências de mundo que em dada circunstância seriam quase impensáveis. Dessa forma, a tomada à esfera pública atuou no sentido de abrir caminhos e criar espaços para que se desencadeiem novos começos que reverberarão através das vidas e do tempo.

Quando, em 1999, João Silvério Trevisan (2000, p.531-532) participava da terceira Parada de São Paulo, o autor, que esteve no princípio da articulação militante do Somos e do Lampião, pode dizer que aqueles “que insultavam gente anônima” teriam agora que se “defrontar com uma multidão”. Essa multidão não era abstrata, mas tinha “rosto e identidade”, sendo capaz de “ir às ruas, em nome dos seus direitos”.

Já ali Trevisan compreendia que “o fenômeno das Paradas tende a crescer como rastilho de pólvora e se multiplicar em cada grande cidade brasileira.”. Em seu enaltecimento das Paradas como um momento político em que “vencemos nosso pior inimigo, a invisibilidade, e afirmamos nossa existência”, Trevisan salienta sua percepção de que a Parada de São Paulo havia funcionado, antes de tudo, “por sua eficiência”. Refere-se aqui ao “processo trabalhoso” através do qual ativistas juntaram forças e formaram equipes “divididas em comissões específicas” que se empenhavam em garantir a infra-estrutura, a comunicação e os eventos adjacentes à ação da Parada. Pontua, assim, a ação pragmática e as formas de organização que de certa forma transcendem e sustentam o momento de ir às ruas.

Durante a realização desta dissertação, por vezes me percebi tomado por certa duplicidade. Por um lado, me via contornando feitos extraordinários que pareciam demarcar um início para algo que outrora era improvável ou impensável e, por outro, imergia na atuação cotidiana, lenta, articulada e progressiva em vista de realizar um projeto coletivo. O processo foi marcado por pelas contínuas passagens entre intensidades que ocorrem em meio à teia de relações humanas, a qual é o suporte para que possamos falar de ação coletiva.

No decorrer da pesquisa e de minha trajetória enquanto militante, vim a compreender que o estabelecimento e manutenção de um Coletivo de organização da Parada Livre representa um suporte social, político e material para a realização dos eventos de mobilização massiva. Uma vez que as pessoas se colocam umas em relação às outras, estabelecendo acordos e alianças, fazendo planos e projetos, divergindo, disputando e aprendendo, elas produzem uma trama que dá continuidade às Paradas Livres. Através dessa continuidade, o evento ganha sua consistência e torna-se um espaço de aparecimento, ação e enunciação para a comunidade LGBTT e de contestação a regimes de violência e exclusão. Assim, podemos pensar no papel da militância como aquele que organiza certas demandas dessa comunidade¹⁴⁷, segundo a compreensão de Agnes

¹⁴⁷ Ainda que evidentemente não seja prudente pensar numa relação puramente de coesão entre essa própria comunidade política da qual militantes fazem parte.

Heller (1984, p.34), autora que toma a comunidade como categoria social que emerge por “derivação da ação política”, não sendo natural ou necessária, mas aparecendo de forma a intervir nos próprios modos de reprodução de uma determinada sociedade.

O momento culminante da Parada certamente se refere à ação militante do Coletivo, mas não se finda nela. A singularidade de cada uma das pessoas que comparece ao evento, a materialidade de suas vivências, de suas lutas, de seus sofrimentos e das próprias comunidades das quais elas fazem parte, também compõe as relações de poder através das quais as Paradas ganham consciência política. Entre essas pessoas, nelas, se expressa a miríade de identidades políticas e a diversidade de pertencimentos sociais e econômicos que demarcam os indivíduos em suas existências cotidianas.

Nesse espaço que as pessoas não somente integram, mas criam, podemos perceber aquilo que Butler (2011, p.11) afirma quando debate o conceito de política exposto por Hannah Arendt; que “a liberdade não vem de mim ou de você: ela pode acontecer e acontece como uma relação entre nós ou conosco”. Através dessa compreensão da humanidade enquanto relacional, a autora afirma que podemos articular o conceito de igualdade. Ela indica, ainda, que essa igualdade seja colocada em cheque continuamente através das forças de um mundo que nos antecede e nos procederá, e que é através da ação política e transformadora que podemos estabelecer relações de igualdade, bem como incorporá-la às nossas lutas.

Retomando o conceito de política exposto por Hannah Arendt (2007, p.17), relembramos que ela o liga à condição humana da natalidade; à condição que diz respeito ao nascimento e à forma como novos sujeitos adentram o mundo e são capazes de transformá-lo através de sua capacidade “de iniciar algo novo, isto é, de agir”. Diante desse nascimento com o qual a política se relaciona e que terá a ação e o discurso como forma de aparecimento, Butler (2011) nos lembra que aparecemos através de nossos corpos. Dessa forma, o corpo aparece em seu potencial contestatório, não sendo apenas aquele que sofre o resultado das relações de poder, mas aquele que também as estabelece e as redimensiona, engajando outros corpos em seu caminho.

Assim, aquilo que é proposto pelo Coletivo de Organização da Parada Livre tem a ver com a continuidade de um processo de realização dos próprios corpos/sujeitos em meio ao tecido da cidade. Tem a ver com a forma com que sujeitos, dentro ou fora de espaços de militância, agem para a realização de um projeto comum que não é o mesmo para todos, mas que os alia em seus prazeres, em suas dores e em suas lutas.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, Gabriele. A sexualidade é política. Atração, identidade e estratégias de manutenção em um grupo gay de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- ARENDT, Hannah. (2007/1958) A Condição Humana. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição, 2007.
- _____. A dignidade da Política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003
- _____, O Que é Política?. 6.ed. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2006
- _____. Entre o passado e o futuro. 6. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011
- ARMSTRONG, Elizabeth; CRAGE, Suzanna. “*Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth.*” American Sociological Review, vol. 71, no. 5, 2006.
- BARLEU, Gaspar História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil). Ed. Itatiaia/USP, Belo Horizonte/São Paulo, 1974, 414p.
- BARROSO, Fernando. Jornal do nuances: prática midiática de uma ONG de Porto Alegre – RS para o confronto político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona”. 310 f. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007.
- BOER, Alexandre (Orgs). A batalha pela igualdade: prostituição de travestis em Porto Alegre. Porto Alegre: Igualdade, 2004.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versini Scott, REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.
- BRITO, A. O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2016.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2 edição, 2000.
- _____. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street.* Palestra realizada para a série *The State of Things*: Veneza, 2012.
- CAMARGOS, Moacir Lopes de. Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r)esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo. 259p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007,
- CANFIELD, Fernanda Ferreira. O direito humano a (homo)afetividade e os movimentos sociais LGBT. Curitiba: Appris, 2015.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia; SIMÕES, Júlio Assis; FACHINNI, Regina Política, Direitos,

- Violência e Homossexualidade. 9a Parada do Orgulho GLBT, São Paulo; Cepesc, 2005;
- CONDE, Michelle. O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2004.
- CORRÊA, Tiago Matheus. O governo carnalizado ou o carnaval governado: política e estética no campo de ação da 9a Parada da Diversidade de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012;
- COTTA, Diego de Souza. Estratégias de Visibilidade do Movimento LGBT: Campanha Não Homofobia – um estudo de caso. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2009;
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a Filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- DIAS, Vera Lucia N.; OLIVEIRA, Giully de. Gestao Urbana: Praças e Parques de Porto Alegre - RS, II Segundo Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica as Cidades e a Produção de Espaço, 2013;
- DULESKO, Darlei de Andrade. Os caminhos de uma organização na construção de uma identidade homossexual em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. São Paulo: Garamond, 2005.
- _____, Regina. Psicologia e diversidade sexual. / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo: CRPSP, 2011;
- _____, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT Brasileiro. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 3, 2009.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1. A contada de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011
- _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. Segurança, Território e População. Martins Fontes. São Paulo, 2008.
- FRY, Peter. O que é homossexualidade. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993;
- GREEN, James. Além do carnaval - a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, São Paulo: UNESP: 2000.
- GREEN, James N. & QUINALHA, Renan. (org.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. O protesto na festa: política e carnavalesco nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

- JUNGE, Benjamin. *Heterosexual Attendance at Gay Events: The 2002 Parada Livre Festival in Porto Alegre, Brasil*. *Sexuality & Culture* 12, 2008, p.116–132.
- HELLER, Agnes. *Everyday life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- LATIMER, Tirza True. (2004) ‘The Closet’. em *GLBTQ: An Encyclopedia of Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender, and Queer Culture*. Chicago: Ed. Claude J. Summers, 2004.
- LUGONES, Maria. “Rumo a um feminismo descolonial”. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.
- LACERDA, Thiago William Felício. *A Parada LGBT e os espaços públicos: a afirmação da diversidade sexual em Campinas*. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- MACHADO, Frederico Viana. *Muito Além do arco-íris: a constiruição de identidades coletivas entre a sociedade civil e Estado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduação em Psicologia, 2007
- MACRAE, Edward. *Os respeitáveis militantes e as bichas loucas*. In: EULALIO, Alexandre. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 99-111.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MELLO, Luiz; BRAZ, Camila; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; AVELAR, Rezende Bruno de. *Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas*. Soc. E Cult, Goiânia, 2012;
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades*. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 39, p. 403-429, Dec. 2012.
- NEIS, Fabiano Preto; CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Parada gay de Pelotas nas páginas do nuances: imprensa, visibilidade e política*. *MÉTIS: história & cultura* – v. 13, n. 26, p. 101- 119, jul./dez. 2014.
- ORTEGA, Francisco. (2001). Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. *Trans/Form/Ação*, 24(1), 225-236.
- OOSTERHUIS, Harry. *Sexual Modernity in the Works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll*. *Medical history*, v. 56, n.2: 2012 p.133 -155.
- Passos, E. & Barros, R.B. *Por uma política da narratividade*. In *Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (pp.

150-171). Porto Alegre: Sulina, 2015.

PARIS, Gisele. Parada do Orgulho LGBT no Rio de Janeiro: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PASSAMANI, Guilherme. Arco-íris (Des)coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais - os casos de Porto Alegre e Buenos Aires. Dissertação de Mestrado, Integração Latino-americana, UFSM, 2008.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; COSTA, Frederico Alves. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. Soc. estado., Brasília, v. 26, n. 3, p. 685-720, Dec. 2011.

RODRIGUES, André. A Parada Gay na cena GLBT: entre a luta pela inclusão social e a visibilidade política. Comunicação & política, Rio de Janeiro Vol. 24, n. 3 (set./dez. 2006), p. 21-45.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSSI, Alexandre José. Avanços e limites da política de combate à homofobia: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil sem Homofobia. Dissertação de mestrado em Educação, Porto Alegre, UFRGS, 2010.

SAGGESE, Gustavo. Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias no coming out de homens homossexuais. Dissertação de Mestrado, IMSUERJ, 2009.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v., n. 1, pp. 179-212 jan-jun, 2016.

SILVA, Alessandro Soares da. Luta, Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2008.

TEIXEIRA, Paulo César. Nega Lu – Uma dama de barba malfeita. Porto Alegre, Libretos, 2015

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

WEEKS, Jeffrey. (1998) *The sexual citizen. Theory, Culture & Society*, v. 15, n. 3-4, pp. 35-52.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: Editora UNB, 1998.